



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CAROLINA MORARI MENDES

**A FALA DA CRIANÇA AUTISTA: IMPLICAÇÕES DA
LINGUAGEM E DA VOZ**

**Campinas,
2023**

CAROLINA MORARI MENDES

**A FALA DA CRIANÇA AUTISTA: IMPLICAÇÕES DA LINGUAGEM E
DA VOZ**

**Tese de doutorado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Doutora em
Linguística.**

Orientadora: Prof.^a Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
CAROLINA MORARI MENDES, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA NINA VIRGÍNIA DE ARAÚJO
LEITE.

**Campinas,
2023**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

Mendes, Carolina Morari, 1978-
M522f A fala da criança autista : implicações da linguagem e da voz / Carolina Morari Mendes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Nina Virgínia de Araújo Leite.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Psicanálise. 2. Linguagem. 3. Autismo. 4. Voz. I. Leite, Nina Virgínia de Araújo, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The speech of the autistic child: implications of language and voice

Palavras-chave em inglês:

Psychoanalysis

Language

Autism

Voice

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Nina Virgínia de Araújo Leite

Lauro José Siqueira Baldini

Paulo Sérgio de Souza Junior

Angela Maria Resende Vorcaro

Suely Aires Pontes

Data de defesa: 11-10-2023

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0009-0001-4355-4148

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9040895625489474>

FOLHA DE APROVAÇÃO



BANCA EXAMINADORA:

Nina Virgínia de Araújo Leite

Lauro José Siqueira Baldini

Paulo Sergio de Souza Junior

Angela Maria Resende Vorcaro

Suely Aires Pontes

IEL/UNICAMP

2023

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora,
consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de
Pós-graduação do IEL.**

DEDICATÓRIA

Para Nina,
pelo desejo indestrutível de
transmissão da psicanálise.

Para Angela,
que pela fala, tece seda com o emaranhado de fios do outro.

Para Ana María
(*in memoriam*),
que esta escrita seja a marca infinita de sua presença e suas palavras.
Saudade imensa.

AGRADECIMENTOS

À querida Nina Virgínia de Araújo Leite, por sua presença ao longo de todo o percurso da Pós-Graduação (2013-2023), pela leitura atenciosa deste escrito de tese e pela liberdade/insistência conferida à sua orientação; a quem tenho um agradecimento afetuoso e genuíno pelo incentivo aos estudos no exterior, possibilitando um enriquecimento acadêmico, linguístico, clínico e cultural.

Aos integrantes das bancas de qualificação de área e de tese, em especial à querida Maria Fausta Pereira de Castro pela leitura atenta que conferiu importância no início deste trabalho que contou também com as preciosas contribuições e presenças de Angela Maria Resende Vorcaro, Lauro Baldini, Suely Aires que aceitaram participar da banca examinadora. À Paulo Sérgio de Souza Júnior pelo rigor nas traduções da bibliografia utilizada e por ter aceitado o convite dessa participação final de exame.

Ao Projeto CAPES-UDELAR nº 0001, "Formação da Clínica Psicanalítica e escrita de caso: interpretação, construção, narrativa" no qual participei como pesquisadora (missão de estudos) em 2017, na cidade de Montevideu-Uruguaí. Agradeço à coordenação de J. Guillermo Milan-Ramos e Ana María Fernández Caraballo pelo acolhimento e apoio, incluindo a amizade construída “entre línguas” com Paola Behetti, irmã de coração que me concedeu o suporte necessário para que esse intercâmbio se realizasse. Agradeço também a Edh Rodrigues pelas trocas e aprendizagens. Ao pessoal da École Lacanienne de Psychanalyse pelas experiências. Ao povo uruguaio, uma gratidão que não cabe em palavras. Aos professores brasileiros Christian Ingo Lenz Dunker, Clarice Paulon, Mario Eduardo Costa Pereira e Michele Roman Faria por abrir as atividades deste projeto (missão de trabalho) e pelas fecundas contribuições para este trabalho. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pela concessão da Bolsa de Pesquisa na modalidade Doutorado-Sanduiche.

Às amigas e integrantes do grupo de orientandas Camilla Rehen, Lívia Ciscato, Lílian Braga, Mariana Maroca Castro, Mariana Marques Moraes, Maria Cecília Franchin, Marie-Lou Lery-Lachaume, Maria Raquel Aguiar, Patrícia Lopes, Agustina Craviotto e Júlia Mendes e às intercambistas María Magdalena Piquerez Figueiredo e Catherine

Garín Ramírez pelas discussões, que de diferentes formas contribuíram para a minha trajetória de pesquisa e escrita.

Às amigas Lilian Baccarin Sanches e Mariana Rosa Cavalli, pela amizade constituída desde os tempos de graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL), pela parceria de estudos e discussões clínicas. Ao querido amigo Walker Douglas Pinceratti, que como “sujeito suposto saber” foi meu companheiro assíduo na escrita desta tese, me auxiliando nos estudos da linguagem em Psicanálise, meus sinceros agradecimentos. Estendo meus agradecimentos aos integrantes do grupo de leitura Inscritos na Psicanálise [@inscritos.psicanalise](https://www.instagram.com/inscritos.psicanalise), por terem percorrido comigo as escritas dos textos psicanalíticos.

À minha família, em especial aos meus pais Antônio Oldack Mendes e Luzia Morari Mendes, meu marido Gilberto Costa de Souza, meus irmãos Maria Rita, Patrícia, Júlio César, meus cunhados Pedro Toledano, Fabiana Mendes Duran, Carlos Salgado e sobrinhos Luíza Mello Mendes, Pedro Mendes Toledano, Catarina Mendes Salgado, Luigi Duran Mendes e Francisco Mendes Salgado, que estão na expectativa deste doutoramento.

À Vera Colucci (*in memoriam*) por ter me apresentado o IEL-Unicamp, pois como ela mesma dizia “Campinas é o lugar onde as pessoas vêm escrever teses [...]”. Ao Outrarte – Psicanálise entre ciência e arte, pelo rigor na leitura da letra freudiana, pela transmissão em Psicanálise e pelo espaço de encontros preciosos com Cláudia Thereza Guimarães de Lemos, Eliana Benguela, Maria Teresa Guimarães de Lemos, Flávia Trocolli, Ricardo Pacheco, Patrícia Ribeiro, Luíza Jatobá, Claudia Leite, Ciça Azenha, Gloria Maria Monteiro de Carvalho, Cristóvão Giovani Burgarelli e Carlota Zilberleib. À Mariângela de Andrade Máximo Dias pela importante presença na minha formação em psicanálise.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IEL, Claudio Platero, Miguel dos Santos e Rosemeire Marcelino e Raíça Fernandez pela presteza nas orientações. À Rochele Lassarot e Mani Atticiati pelo dedicado trabalho de revisão e formatação do texto.

*“Nenhuma criança é analfabeta,
Cada uma tem a sua leitura de mundo.”*

(Paulo Freire)

*“Tia, fale comigo; tenho medo, porque está muito
escuro.”*

*A tia exclamou: “De que adianta? Você não está me
vendo.”*

*Ao que o menino respondeu: “Não importa, quando
alguém fala, fica claro.”*

(Sigmund Freud)

RESUMO

A FALA DA CRIANÇA AUTISTA: IMPLICAÇÕES DA LINGUAGEM E DA VOZ

A escrita desta tese suscita questões importantes pertinentes à clínica psicanalítica de crianças autistas. A consideração de que o *autismo infantil precoce* se constituiu numa entidade psicopatológica com base em uma linguagem behaviorista do contexto de seu surgimento é indicativa de uma concepção em que a linguagem é tomada em si mesma como instrumento de comunicação e nomenclatura. Sustentamos a hipótese de que uma específica concepção de linguagem está no fundamento das bases teóricas e, conseqüentemente, na direção de tratamento relativa aos métodos clínicos realizados com essas crianças. Nessa perspectiva, buscamos evidenciar o quanto a concepção de linguagem da psicanálise a distingue, enquanto método de tratamento e investigação, de outros campos do saber como a psiquiatria e a psicologia. A importância dessa constatação está na possibilidade de permitir ao clínico realizar diferenciações diagnósticas visando a direção do tratamento em psicanálise. Destacamos dessa experiência de tratamento aquilo que permite escrever o modo como o outro lida com a linguagem, ou seja, a posição do sujeito partindo de um diagnóstico estrutural. Diante das questões colocadas, o interesse de nosso percurso foi o de explorar nos ensinamentos de Freud a sua descoberta sobre a linguagem, isto é, essa outra abordagem d'alíngua, *lalangue*, cujo sentido veio à luz da retomada por Lacan, para pensarmos sobre os padecimentos, em particular do começo da vida. A linguagem é um campo em que se estabelece a relação do sujeito com o Outro, com a falta e com o gozo e promove à fala a assunção de sua função significante. Nesse campo de experiências, percebemos que a linguagem pode afetar de um modo imprevisível crianças cuja sensibilidade as escreve de um modo singular nas suas relações com as pessoas, as situações ou as coisas do mundo. Como forma de ilustração, trouxemos para análise o caso Dick de Melanie Klein e a importante discussão realizada por Lacan no início do seu ensino. Além disso, trabalhamos a especificidade da voz como uma das formas de objeto *a*, ou seja, como objeto pulsional pensando em como ela incide no corpo do autista, passando pelos estudos sobre o timbre até chegarmos à indagação sobre a escuta e a fala de crianças autistas. As últimas formulações lacanianas sobre a linguagem em sua dimensão real, simbólica e imaginária a partir da "Teoria dos Nós", pela topologia, permitiu avançarmos em nossas considerações sobre a clínica do(s) autismo(s). Concluímos que ainda existem problemas, impasses e desafios que persistem, possibilitando pensarmos melhor sobre um diagnóstico estrutural à luz da Psicanálise. Esperamos que os resultados desta pesquisa tragam contribuições às reflexões de profissionais de diversas áreas e possibilidades de tratamento e intervenção que considerem o cuidado com a singularidade de cada criança autista.

Palavras-chave: psicanálise; linguagem; autismo; voz.

ABSTRACT

THE SPEECH OF THE AUTISTIC CHILD: IMPLICATIONS OF LANGUAGE AND VOICE

The writing of this theses raises significant questions relevant to the psychoanalytic clinical approach to autistic children. The consideration that early childhood autism has evolved as a psychopathological entity based on a behaviorist language within the context of its emergence indicates a conception in which language itself is taken as a tool for communication and nomenclature. We support the hypothesis that a specific conception of language lies in the foundation of the theoretical framework and, consequently, shapes the clinical methods employed in the treatment of these children. In this perspective, we aim to highlight how much the psychoanalytic conception of language distinguishes itself – as a treatment and research method – from other fields of knowledge such as psychiatry and psychology. The importance of this conversation resides in its potential to enable clinicians to make diagnostic differentiations that guide psychoanalytic treatment. We emphasize the aspects of this treatment experience that allow us to elucidate how the other engages with language, in other words, the subject's position from a structural diagnosis. Given the questions posed, our endeavor was to delve into Freud's teachings, particularly his insights into language, that is, the other approach of language, *lalangue*, a concept brought to light through Lacan's reexamination that enable us to contemplate on the sufferings, especially in the early stages of life. Language is a realm in which the subject's relationship with the Other, the lack, and the jouissance is established, and it bestows upon speech the assumption of its signifying function. Within this realm of experiences, we perceive that language can unpredictably affect children whose sensitivity manifests uniquely in their relationships with people, situations, or worldly things. As an illustrative example, we brought to light the analysis of Melanie Klein's case study of Dick and Lacan's significant discourse at the beginning of his teachings. Furthermore, we explored the specificity of the voice as one of the forms of object *a*, that is, as a drive object, contemplating how it impacts the body of the autistic individual, spanning from studies on timbre to inquiries about the listening and speech of autistic children. The latest Lacanian formulations regarding language in its real, symbolic, and imaginary dimensions through the "Theory of Knots" in topology have enabled us to advance our considerations regarding the clinic of autism(s). We concluded that there are still problems, impasses, and challenges that persist, which prompt us to reconsider structural diagnosis in the light of Psychoanalysis. We hope the outcomes of this research can contribute to the reflections of professionals from various fields and offer possibilities for treatment and intervention that prioritize the unique nature of each autistic child.

Keywords: psychoanalysis; language; autism; voice.

RÉSUMÉ

LA PAROLE DE L'ENFANT AUTISTE: IMPLICATIONS DU LANGAGE ET DE LA VOIX

L'écriture de cette thèse soulève d'importantes questions relatives à la clinique psychanalytique des enfants autistes. La considération selon laquelle *l'autisme infantile précoce* s'est constitué au sein d'une entité psychopathologique fondée sur un langage behavioriste du contexte de son émergence indique une conception dans laquelle le langage est pris en soi comme un instrument de communication et de nomenclature. Nous soutenons l'hypothèse qu'une conception spécifique du langage soutient les bases théoriques et, par conséquent, l'orientation du traitement relative aux méthodes cliniques pratiquées auprès de ces enfants. Dans cette perspective, nous cherchons à montrer combien la conception du langage de la psychanalyse la distingue, en tant que méthode de traitement et d'investigation, d'autres champs du savoir tels que la psychiatrie et la psychologie. L'importance de ce constat réside dans la possibilité de permettre au clinicien de faire des différenciations diagnostiques visant l'orientation du traitement en psychanalyse. Nous dégageons de cette expérience de prise en charge ce qui permet d'écrire la manière dont l'autre traite le langage, c'est-à-dire la position du sujet partant d'un diagnostic structurel. Face aux questions soulevées, l'intérêt de notre parcours fut d'explorer dans l'enseignement de Freud sa découverte du langage, c'est-à-dire cette autre approche de lalangue, *lalangue*, dont le sens s'est dégagé via la reprise par Lacan, afin de pouvoir penser les souffrances, en particulier celles du début de la vie. Le langage est un champ où s'instaure le rapport du sujet à l'Autre, au manque et à la jouissance et favorise l'assomption de la parole à sa fonction signifiant. Dans ce champ d'expériences, on s'aperçoit que le langage peut affecter de manière imprévisible des enfants dont la sensibilité les écrit de manière singulière dans leurs relations avec les personnes, les situations ou les choses du monde. A titre d'illustration, nous avons intégré dans nos analyses le cas Dick de Mélanie Klein et l'importante discussion menée par Lacan au début de son enseignement. De plus, nous avons travaillé sur la spécificité de la voix comme l'une des formes de l'objet *a*, en tant qu'objet pulsionnel, pensant à ses incidences sur le corps de l'autiste, en passant par des études sur le timbre jusqu'à parvenir à l'enquête sur l'écoute et la parole d'enfants autistes. Les dernières formulations lacaniennes portant sur le langage dans sa dimension réelle, symbolique et imaginaire à partir de la Théorie des Nœuds, par la topologie, ont permis que nous avancions dans nos considérations visant la clinique de l'autisme / des autismes. Nous en avons conclu qu'il y a encore des problèmes, des impasses et des défis qui persistent, lesquels permettent de mieux penser le diagnostic structurel à la lumière de la Psychanalyse. Nous espérons que les résultats de cette recherche contribuent aux réflexions de professionnels dans divers domaines, et qu'ils fournissent des possibilités de prise en charge et d'intervention prenant soin de la singularité de chaque enfant autiste.

Mots-clés: psychanalyse ; langage ; autisme ; voix.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

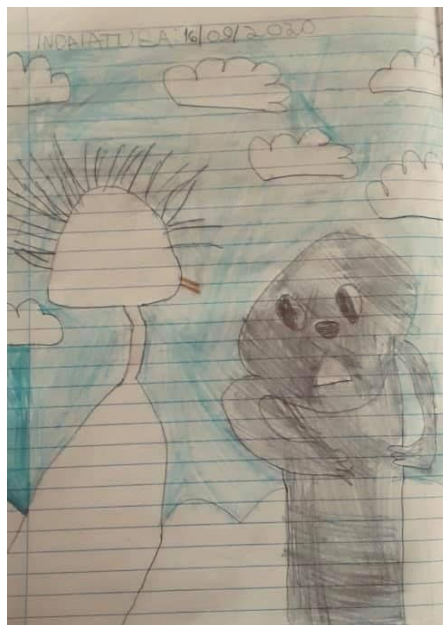
Figura 1 – Experimento do buquê invertido.....	62
Figura 2 – Experimento do buquê invertido.....	63
Figura 3 – Mostra as modificações realizadas por Lacan	64
Figura 4 – Esquema do neologismo.....	73
Figura 5 – NAO é o primeiro robô criado por Aldebaran.....	112
Figura 6 – Trajeto da pulsão.....	122
Figura 7 – Trajeto em duplo laço.....	123
Figura 8 – Trajeto em superfície de toro.....	124
Figura 9 – Trajeto que projeta o corte da garrafa de Klein	124
Figura 10 – <i>O grito</i> , de Edvard Munch.....	129
Figura 11 – Seis cruzamentos da trança.....	143
Figura 12 – Campos de gozo sobre o R, S, I com a intrusão da inibição, sintoma e angústia.....	147
Figura 13 – Psicanálise de crianças.....	156

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	16
2	A LINGUAGEM NA PSICANÁLISE	29
2.1	O RENASCIMENTO EM ROMA: DA DENÚNCIA AO RETORNO AOS FUNDAMENTOS.....	30
2.1.1	Movimentos de linguagens: um retorno à fala vazia e à fala plena	32
2.1.2	Os sentidos de uma experiência.....	39
2.1.3	O símbolo constitutivo de um desejo reconhecido.....	44
2.1.4	Jogos constitutivos dos símbolos: o nascimento da criança na linguagem 46	
2.2	O LUGAR NO MUNDO SIMBÓLICO: O MUNDO DA LINGUAGEM E DA PALAVRA.....	50
2.2.1	O <i>eu</i> entre o caso clínico e a linguagem	53
2.2.2	Melanie Klein e o caso do pequeno Dick	54
2.2.3	A entrada de Lacan	59
2.2.4	A análise lacaniana do caso Dick	65
3	LALÍNGUA NA PSICANÁLISE.....	72
3.1	LALÍNGUA: A LÍNGUA DO INCONSCIENTE?.....	73
3.1.1	O real da língua não é (todo) da ordem do calculável.....	76
3.1.2	As línguas (não) formam uma classe consistente	78
3.1.3	O que é a língua, se a psicanálise existe?	81
3.1.4	O real ou é concebido como representável ou não.....	85
3.2	O CAMPO DE LALÍNGUA NA EXPERIÊNCIA PSICANALÍTICA	89
4	A VOZ NA PSICANÁLISE	93
4.1	O CORPO DA VOZ	93
4.1.1	Matéria sonora e fenômeno vibratório	93
4.1.2	A voz.....	97
4.2	Criança(s) autista(s): uma fala entre corpo(s) e voz(es).....	100
4.3	A invocante experiência do inconsciente.....	120
5	A LINGUAGEM EM SUAS DIMENSÕES REAL, SIMBÓLICA E IMAGINÁRIA 132	
5.1	UMA CLÍNICA DA TRANSLITERAÇÃO	134
5.2	REAL, SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO.....	139
5.3	O CASO DICK E A ATUALIDADE.....	150

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS.....	157
7	BIBLIOGRAFIA	165

PRÉ-ESCRITO



A pandemia, o silêncio e o grito¹

[...] Dentre todas as que se propõem neste século, a obra do psicanalista talvez seja a mais elevada, porque funciona como mediadora entre o homem da preocupação e o sujeito do saber absoluto. Isso também se dá porque ela exige uma longa ascese subjetiva, e que jamais será interrompida, não sendo o fim da própria análise didática separável do engajamento do sujeito em sua prática. [...] Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas. Quanto as trevas do mundus ao redor do qual se enrosca a imensa torre, que ele deixe a visão mística a tarefa de ver elevar-se ali, sobre um bosque eterno, a serpente putrefaciente da vida.

Lacan, no *Discurso* (1953, p. 322)

¹ Desenho realizado por Pedro, meu sobrinho, na época com 7 anos, para uma atividade escolar em que fora pedido para desenhar partes de uma estória, lida a partir de um texto escrito do livro didático. Quando me interessei pelo desenho, e pedi para ele me contar a respeito, os áudios sucessivos narravam justamente uma outra estória: a pandemia ainda era, no contexto do indiscernível, silêncio e grito. (Brasil, setembro de 2020)

1 APRESENTAÇÃO

Estamos cada vez mais atravessados por um discurso em que as entidades diagnósticas se tornam a leitura da vez. Nas escolas, crianças são facilmente designadas como tendo um déficit de atenção e hiperatividade quando não respondem de acordo com o que se espera delas em uma determinada idade ou circunstância. Na justiça, crescem os pedidos de ação que mostram o quanto as dificuldades de relações, seja com as situações, seja com o outro, resultam em uma queixa de prejuízo individual e consequente adoecimento. O mesmo discurso se passa nas empresas, onde a cultura da análise do desempenho tem colaborado com o aumento de quadros de depressão, ansiedade, isolamento e insegurança. Podemos identificar nesses três lugares uma exposição a modos particulares de avaliação que parecem ampliar uma leitura sobre os sintomas, ocasionando uma mudança no modo como nos relacionamos e lidamos com o mal-estar e com o sofrimento na sociedade moderna.

A questão do sofrimento foi evidenciada por Freud no século 20, em seu texto de 1930, *O mal-estar na civilização*. O autor trouxe questionamentos que produziram reflexões mundialmente sobre os sentimentos e os fatos subjetivos, tais como o sofrimento resultante dos impasses do encontro do homem com o declínio natural do corpo, com as intempéries da natureza, com as imperfeições das leis que regem relações e das exigências de satisfações da sociedade (DUNKER, 2015). Nesse cenário, a psicanálise foi atravessando fronteiras e surgindo como uma “bagagem argumental” (THOMAS, 2014a) que se propôs a dizer e a operar com esse *unbehagen*, mal-estar, possibilitando uma interpretação do sofrimento como uma experiência relacional na modernidade.

Aproximando nosso olhar das abordagens diagnósticas da atualidade, verificamos que o autismo infantil aparece como uma entidade psicopatológica em evidência e com uma grande demanda de tratamento. Mas se, por um lado, essa demanda mostra que crianças estão sendo encaminhadas para tratamentos especializados, por outro percebe-se uma falta de cuidado excessiva na realização dessas precisas indicações. Essa falta de cuidado, além de produzir diagnósticos equivocados, aponta para uma “ansiedade geral” em fechar diagnósticos. Objetiva-se, com isso, saber o nome da patologia apresentada, o que acaba por apagar a

importância de investir no acolhimento e cuidado de um tratamento que seja, de fato, especializado e adequado para cada criança. Além disso, vemos propagar uma pergunta, seja da equipe escolar, seja da comunidade de pais, que ressoa muito angustiante: “Será que não é autismo?” Em consequência disso, começa a peregrinação por clínicas médicas e profissionais multidisciplinares para uma avaliação que resulte em um diagnóstico que seja conclusivo. Grandin e Panek (2015, p. 14), no livro *O cérebro autista: pensando através do espectro*, fazem um alerta que vai ao encontro do que queremos dar destaque nesta pesquisa:

O autismo e outros transtornos do desenvolvimento continuam sendo diagnosticados segundo o desastroso sistema de perfil comportamental de um livro intitulado *DSM*, abreviação de *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais). À diferença do diagnóstico de uma infecção de garganta, os critérios de detecção do autismo mudam a cada edição do *DSM*. Quero alertar pais, professores e terapeutas para que evitem se prender a rótulos. Eles não são precisos. Rogo-lhes: não permitam que uma criança ou adulto sejam definidos por um rótulo do *DSM*.

A evidência dessa entidade diagnóstica aparece também no campo teórico, tendo em vista o crescente debate a partir de diversas disciplinas. Encontramos a literatura do(s) autismo(s) ligada às teorias psicopatológicas, referidas ao campo da medicina, tais como a psiquiatria infantil, a neurologia (mais especificamente as neurociências), a pediatria e tantos outros campos que se propõem como científicos, por exemplo, a psicologia, a fonoaudiologia, a pedagogia etc. Não são poucos os campos teóricos que buscam, a partir de teorias organicistas, hipóteses de lesões, de déficits neurológicos ou genéticos ou de teorias da linguagem que estudam as falhas na comunicação e as dificuldades no processamento auditivo e até mesmo teorias psicológicas-psicanalíticas que se ocupam de compreender os fracassos da “intersubjetividade”. Em consequência disso, o autismo infantil surge como um quadro clínico que vem se transformando enquanto transtorno em um fenômeno de psicopatologia autista² (THOMAS, 2014a) e de espectro autista³ (LEVIN, 2018).

² Do original inglês, *autistic psychopathy*. Esse termo é citado por Marie Claude Thomas durante sua leitura crítica a essa entidade psicopatológica médica (THOMAS, 2014a).

³ Esteban Levin também traz uma leitura crítica acerca do perigo da extinção da infância diante do crescimento da nomeação de uma criança como pertencente à comunidade dos espectros autistas (LEVIN, 2018).

Porge (*apud* BURGARELLI, 2017), em “Um sujeito sem subjetividade”⁴, coloca em debate os desafios que se lançam hoje à psicanálise e aos psicanalistas diante do crescimento cada vez maior de novas designações psicopatológicas. Atualmente, essas designações são qualificadas de “novas patologias” e aparecem para justificar a existência de “novos sujeitos”, frutos de uma economia liberal de mercado que resultaria em uma “nova economia psíquica (NEP)”⁵ (MELMAN, 2003 *apud* PORGE, 2017, p. 12). Para o autor, “essas pretensas novas patologias” (PORGE *apud* BURGARELLI, 2017, p. 14) são tomadas como signos desses novos sujeitos e desconsideram qualquer consistência estrutural de um diagnóstico clínico, fazendo do sintoma (psiquiátrico) o signo da própria doença. Podemos pensar, por exemplo, que nessa economia liberal de mercado uma pessoa com um estado transitório de tristeza pode ser diagnosticada com depressão permanente e ser nomeada de “depressiva” com uma necessidade permanente do uso de medicamentos farmacológicos.

Tomemos o exemplo citado por Porge para entendermos melhor o que geralmente acontece com as crianças no universo da psiquiatria infantil. Nas crianças chamadas hiperativas, o sintoma (psiquiátrico) hiperatividade é o mesmo que vai nomear a doença hiperatividade. No caso, uma criança que “não para quieta” (PORGE *apud* BURGARELLI, 2017, p. 14) é rapidamente interpretada pelo sinal de hiperatividade apresentado, cujo nome vai se transformar em doença. Mas qual seria o motivo dessa movimentação e/ou dessa “atividade” toda? Nessa leitura psiquiátrica não se faz nenhuma equivalência entre o sinal que a criança apresenta e as relações estabelecidas por ela, sejam com as pessoas, seja com as perguntas, as suas próprias ou as dos outros, além das relações com as coisas ou situações. O significante “parar quieto” não toma uma significação de acordo com o significante ao qual ele remete. Assim, aquilo que é apresentado pela criança se transforma num sinal, que nomeado fica fechado em si mesmo, sem relação com aquilo que o cerca. Trata-se de um ato de nomeação⁶, ou seja, de uma psicopatologia que “não tem nenhuma consistência

⁴ Capítulo do livro. BURGARELLI, C. G. (org.). **Padecer do signifiante**: a questão do sujeito. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

⁵ MELMAN, C. Entretiens avec Jean-Pierre Lebrun. **L’homme sans gravité**. Joir à tout prix. Paris: Donel, 2002. [MELMAN, C. **O homem sem gravidade**. Gozar a qualquer preço. Tradução: Sandra Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003], citado por Porge (*apud* BURGARELLI, 2017).

⁶ Para Porge (*apud* BURGARELLI, 2017), as consequências desse ato de nomeação retornam a uma posição antissaussuriana, de uma concepção de linguagem enquanto nomenclatura. Lembramos que essa concepção está nas bases teóricas das terapias comportamentais e foi desenvolvida a partir de uma abordagem crítica em minha qualificação de área realizada no IEL/Unicamp em maio de 2021 e está sendo organizada para uma futura publicação.

estrutural”, pois “ela é o produto de uma invenção de laboratórios ansiosos para vender Ritalina” (PORGE *apud* BURGARELLI, 2017, p. 14).

No enfrentamento desse cenário, há psicanalistas que contam com uma larga experiência no tratamento de crianças chamadas autistas dedicados à investigação e à pesquisa que têm interrogado esse fenômeno “psicopatologizante” buscando, antes de tudo, uma relação de cuidado com essas crianças a despeito de qualquer diagnóstico, tais como: Erik Porge (2014, 2017), Jean-Michel Vives (2009, 2016, 2021), Marie-Claude Thomas (2014a, 2014b, 2016, 2018), Esteban Levin (2018), Tânia Ferreira e Angela Vorcaro (2017), Marie-Christine Laznik (1995/2011, 2004/2013), Jeanne Ribeiro (2005), entre outros. O horizonte em vista nas abordagens desses autores é a busca de uma direção de tratamento que leve em conta o sofrimento psíquico dessas “crianças angustiadas” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 14) em sua posição de sujeito, em relação ao outro na linguagem e a transferência em psicanálise. Nessas abordagens, percebemos que “o mal-estar implica o reconhecimento de que há formas de sofrimento que não se inscrevem em narrativas categoriais, em pré-formatos discursivos” (DUNKER, 2013, p. 694).

Foi nesse sentido de investigação e de pesquisa que busquei realizar em minha missão de estudos pelo projeto CAPES-UDELAR “Formação da clínica psicanalítica e escrita de caso: interpretação, construção, narrativa”, em 2017, na cidade de Montevideu, uma leitura crítica sobre o “fenômeno” do autismo infantil. O diálogo com os colegas uruguaios resultou no encontro com a literatura de Marie-Claude Thomas⁷ e sua abordagem epistemológica dessa entidade psicopatológica. Essa análise teve como passo inicial estudos sobre o pensamento científico do início do século 20 nos Estados Unidos, tal como a concepção de linguagem estruturalista de Bloomfield e do behaviorismo dominante, que nutriram saberes científicos que influenciaram a construção diagnóstica do autismo: *o autismo infantil precoce* (KANNER, 1943 *apud* ROCHA, 2012)⁸.

⁷ A autora é membro da École Lacanienne de Psychanalyse (ELP) e possui uma prática de mais de 30 anos de trabalho com crianças no Hospital Dia de Paris-França. Doutora em psicopatologia fundamental e psicanálise, ministrou, durante muito tempo, aulas na Unidade Paris VII Denis Diderot. Fez análise com Jacques Lacan por dez anos. Suas publicações mais importantes, em espanhol, são: *Lacan, lector de Melanie Klein – Consecuencias para el psicoanálisis de niños* (2012); *El autismo y las lenguas* (2014a) e *Genealogia del autismo – Freud, Breuler, Kanner* (2014b).

⁸ Esses estudos resultaram no texto apresentado a exame de qualificação de área, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Fausta Pereira de Castro, do Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, intitulado: *Os*

Como resultado dessa investigação preliminar constatamos que o autismo infantil surge como uma entidade psicopatológica em um contexto que ansiava por controle e previsão de respostas. A hipótese a ser confirmada trazia a ousada afirmativa de que a diagnóstica do autismo teria suas bases construídas numa linguagem behaviorista. Nesse estudo, percebemos o quanto a linguística estruturalista de Leonard Bloomfield (1933/1967) é uma teoria científica que marca não somente sua diferença com relação à teoria estruturalista de Saussure (1916/2012) como inaugura outra concepção de linguagem. Uma concepção de linguagem mecanicista de caráter binário que influenciou enormemente a psicologia⁹, a pediatria e a psiquiatria infantil: uma linguagem tomada em si mesma como instrumento de comunicação e da linguagem enquanto nomenclatura.

A linguística e a psicologia norte-americanas buscavam a elaboração e organização de um objetivo comum: tomar para estudo um objeto passível de avaliação e explicação, por meio dos novos moldes científicos. É a partir da linguística que a psicologia constrói a variável comportamental (comportamento verbal) como uma resposta emitida pelo “indivíduo”¹⁰ e suas variantes, a aprendizagem adaptativa e as relações de contingências com a comunidade verbal. Com isso, não só o “comportamento verbal” de Skinner (1957 *apud* THOMAS, 2014a) toma o centro da cena, como também evidencia uma concepção de linguagem que se constituiu conceitualmente distante daqueles fundamentados do outro lado do oceano.

A importância em conhecer esse percurso de influências de saberes científicos surgiu principalmente quando buscamos interrogar os fundamentos dos métodos de tratamentos realizados atualmente com crianças que apresentam dificuldades na fala e na linguagem. Pudemos verificar que as bases dos tratamentos mais realizados¹¹, tanto no Brasil como no exterior, se estruturam em uma concepção de linguagem como gesto de comunicação que torna nulo o seu caráter significante, deixando apartado o que melhor fundamenta as teorias da linguagem em sua abordagem

fundamentos teóricos da concepção de linguagem de Leonard Bloomfield e suas influências na construção diagnóstica do autismo (2021).

⁹ Lembramos que a linguística estruturalista de Bloomfield foi influenciada pela psicologia de Watson e depois veio a influenciar a psicologia de Skinner.

¹⁰ Buscamos seguir o termo “indivíduo” encontrado na bibliografia (SKINNER, 1957 *apud* THOMAS, 2014a).

¹¹ Métodos ABA (*Applied Behavior Analysis*) e TEACCH (*Training and Education of Autistic and Related Communication Handicapped*) (THOMAS, 2014a).

estruturalista francesa em detrimento da predição, do controle e da universalização da língua¹² (SKINNER, 1957 *apud* THOMAS, 2014a, p. 7):

o que ocorre quando um homem fala ou responde a uma fala é claramente uma questão relativa ao comportamento humano e, portanto, uma questão a ser respondida com os conceitos e técnicas da psicologia enquanto ciência experimental do comportamento.

A investigação epistemológica dessa entidade diagnóstica não se fez sem que houvesse como horizonte o tratamento em psicanálise e a singularidade da criança autista. A isso se deve todo o nosso trabalho em demarcar as diferenças entre concepções de linguagens que orientam os trabalhos com essas crianças. Se em um primeiro momento buscamos trazer à superfície, a partir de uma leitura crítica, os fundamentos da concepção de linguagem das abordagens comportamentalistas, isto é, dos métodos de tratamentos baseados em técnicas de aprendizagens centradas na previsão, controle e adaptação de comportamentos e respostas, o intuito agora é construir um percurso teórico que permita analisar as dificuldades da/na fala e na linguagem a partir do que a literatura traz sobre as experiências infantis que uma criança é capaz de realizar, na sua relação com o outro e com as situações e as coisas do mundo, mediante uma concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica.

No livro *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogos com múltiplas experiências* (2017), fruto de um longo trabalho de pesquisa, Tânia Ferreira e Angela Vorcaro destacam questões de grande importância diante do crescimento de crianças autistas que chegam para tratamentos nos mais variados serviços de saúde a elas destinados. Trata-se de crianças que ficaram por décadas “escondidas sob o manto da deficiência” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 13) e agora buscam profissionais e instituições para serem acolhidas e tratadas “a partir de um cuidadoso diagnóstico” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 13). Entretanto, a pesquisa dessas autoras mostra o quanto a busca por esse acolhimento ainda está marcada por dificuldades e impasses, mostrando a importância de estudos mais específicos no campo dos autismos, partindo, principalmente, das múltiplas experiências de tratamentos já realizados.

¹² (THOMAS, 2014a).

Destacamos três pontos que são de nosso interesse dentro desse campo de experiências: discussões que abarcam questões sobre o diagnóstico, sobre o tratamento em psicanálise e sobre a concepção de linguagem que fundamenta a teoria psicanalítica lacaniana. O primeiro traz a situação complexa do diagnóstico. Percebemos que desde o momento em que o autismo foi nomeado pela primeira vez como uma entidade psicopatológica a partir do *autismo infantil precoce* de Kanner (1943 *apud* ROCHA, 2012) até as inúmeras mudanças em sua nomenclatura a partir dos “DSMs” (a primeira edição, em 1952, e a quinta, em 2013, com a edição revisada no último março de 2022), o interesse na transmissão de uma clínica com essas crianças não avançou na mesma velocidade dessas descrições. Assim, a questão que repercute sobre “nomeações e diagnósticos” é fundamental para pensarmos tanto na direção do tratamento quanto na formação de profissionais e educadores, visando, assim, uma mudança na trajetória dessas crianças que ainda sofrem os impactos de “um diagnóstico oferecido sem nenhum cuidado ou cautela” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 14).

O segundo ponto é o questionamento em relação ao tratamento dessas crianças. Nesse aspecto, Ferreira e Vorcaro (2017) indicam inúmeros problemas relacionados aos tratamentos realizados atualmente. Elas percebem o quanto estudos direcionados podem contribuir na diminuição de dificuldades, principalmente pensando na direção de tratamento dessas precisas indicações. Foi observado, por exemplo, que a falta de evolução e progresso muitas vezes era atribuída ao “espectro do autismo”¹³, deixando de fora os questionamentos sobre os métodos clínicos dos procedimentos realizados. A identificação desse fato no âmbito do tratamento mostrou que, para além das dificuldades que os autismos apresentavam, poder pensar a relação da criança em sua involução/evolução partindo das modalidades dos trabalhos clínicos realizados permitiu o encontro das pesquisadoras com “experiências exitosas” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 13).

O terceiro ponto de nosso interesse não deixa de ir ao encontro das indicações apontadas pelas autoras nesse precioso livro: a importância de conhecer os fundamentos de uma abordagem teórica de tratamento. O “diálogo com múltiplas experiências”, isto é, o trabalho no qual se lançam as autoras mostra o encontro com as experiências relatadas por psicanalistas e com o testemunho vivo de autistas e

¹³ Grifo das autoras.

seus pais. Esse encontro permitiu identificar a importância da psicanálise e sua responsabilidade enquanto um método de tratamento e investigação nesse dificultoso processo de inclusão¹⁴, ainda constituição. Além disso, foi verificado que os fundamentos teóricos dos procedimentos clínicos dos tratamentos realizados se encontram dispersos na literatura sobre o tema e muitas vezes “nas entrelinhas dos relatos de casos clínicos e sociais” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 14) e a direção de tratamento a partir de “distintas posições teóricas que habitam o campo da psicanálise de orientação lacaniana, muitas vezes não são claramente explicitadas, quiçá formalizadas por aqueles que teorizam o tema” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 14).

Esses três pontos destacados (diagnóstico, tratamento e fundamentação teórica) trazem questões que derivam de uma específica concepção de linguagem¹⁵ e não serão estudados detalhadamente nesta pesquisa. Por outro lado, as questões a eles pertinentes serão orientadoras ao que desejaremos construir. Portanto, vamos insistir prioritariamente no estudo da linguagem como fundamento¹⁶, haja vista a precariedade desse estudo na literatura sobre o tema.

O tratamento em psicanálise é uma experiência de linguagem. Assim, qual a importância de conhecer a concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica? Como o trabalho clínico é pensado considerando essa específica concepção? A direção de tratamento psicanalítico se baseia nessa linguagem e não se formula numa linha de “comunicação unívoca¹⁷” (LACAN, 1958/1998c, p. 592). Mas o que isso significa? E a singularidade da criança autista, a sua fala, como essas qualidades distintivas são tomadas dentro do tratamento quando consideramos a particularidade dos casos? Essas questões convergem ao tratamento com crianças autistas, e a sua formalização coloca em evidência os fundamentos da teoria psicanalítica.

Sustentaremos a hipótese de que uma específica concepção de linguagem está no fundamento das bases teóricas e, conseqüentemente, na direção de tratamento relativa aos métodos clínicos realizados com essas crianças. É por esse motivo que o grande interesse de nosso percurso será o de explorar nos ensinamentos de Freud a

¹⁴ Posição do psicanalista junto à comunidade escolar e às instituições que regem as normas e regulamentações que beneficiam essas crianças.

¹⁵ E de sua conseqüente concepção de sintoma, sujeito e objeto.

¹⁶ Os fundamentos da psicanálise, ou seja, o que a funda como práxis (LACAN, 1964/2008a).

¹⁷ Sem equívocos.

sua descoberta sobre a linguagem, isto é, essa outra abordagem d'alíngua, cujo sentido veio à luz da retomada por Lacan, para que possamos pensar sobre os padecimentos, em particular do começo da vida.

Essa específica concepção de linguagem vai determinar também a concepção de sintoma que temos na teoria psicanalítica na sua diferença com o sintoma da psiquiatria. Lacan, em *Nota sobre a criança* (1969/2003a, p. 103), elabora que o sintoma da criança “acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar”. Essa pontuação é de fundamental importância para a experiência analítica, pois vem indicar a verdade do casal familiar na dinâmica em que a criança está inserida. Mas de qual perspectiva abordarmos essa história parental? Como entendemos as incidências do inconsciente dos pais no tratamento? Esse “saber insabido” incide no inconsciente de quem? Na estruturação da criança? Há um encobrimento naquilo que os pais falam. Como ficar advertido a isso? E a fala do autista, de que lugar a tomamos? Será que não fazemos uma interpretação muito mais referenciada ao sintoma da psiquiatria¹⁸ do que ao da psicanálise? De todo modo, precisamos estar atentos de que há um ideal incidindo sobre a criança e de que a resposta desta junto aos pais (des)aponta algo, indicando a grande inserção que eles têm nesse transitar dos filhos.

A concepção de sintoma que temos na psicanálise permite pensarmos o enlaçamento do padecimento infantil à história parental. Um lugar onde se desdobram as questões sobre o nascimento, a relação com o outro, com o corpo próprio, com o sexo, com a diferença, com a vida e a morte, ou seja, a função civilizatória do Édipo. O sintoma analítico evidencia que o ser falante tem um sofrimento, um mal-estar, cabendo ao tratamento decifrar o seu sentido. Nisso uma discussão se faz necessária para diferenciarmos psiquiatria e psicanálise: será que é possível viver sem sintomas?

Nesse campo de investigação e pesquisa buscaremos construir um modo outro, quiçá diferente de abordar, trabalhar e principalmente de falar sobre a criança autista. A ideia é ofertar outro olhar daquele comumente trazido pela psiquiatria/psicopatologia descritiva dos diagnósticos produzidos, das desordens e afecções mentais, tão referenciados atualmente pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*DSM*¹⁹). Ao contrário disso, buscaremos considerar a posição

¹⁸ Do sinal apresentado pela criança como signo da própria doença, como apresentado por Erik Porge no início deste trabalho.

¹⁹ Sigla em inglês.

subjetiva e as manifestações da criança autista como um sintoma tomados pela abordagem psicanalítica. Ou seja, um sintoma que em si mesmo possui um valor de linguagem e que se estrutura nas experiências infantis: na relação da criança com o outro e com os afetos, no brincar, nas produções de linguagens, nas estereotípias, entre outros gestos expressivos escolhidos pela criança.

No segundo capítulo, abordaremos a linguagem em psicanálise a partir dos questionamentos que são colocados pelo “Discurso de Roma”²⁰, reconhecido por inaugurar o ensino de Lacan e por indicar um programa de um retorno a Freud, a marca do pensamento lacaniano da década de 1950. O tom polêmico desse discurso tem a sua importância por revelar as circunstâncias históricas que denunciavam os desvios pelos quais a técnica da psicanálise sofria, abrindo, assim, um caminho para a sua releitura a partir da linguagem. A marca dessa denúncia dará o tom a esta pesquisa, que, de certa forma, denuncia a violência²¹ praticada por determinados métodos de tratamentos muito utilizados com crianças autistas.

No terceiro capítulo, vamos realizar um percurso a partir de *lalangue*²², termo forjado por Lacan através de um lapso em seu ensino e que indica de forma muito interessante um viés pelo qual se constitui a concepção de linguagem da psicanálise: *lalangue* do inconsciente. Nesse trajeto, buscaremos demarcar as diferenças com a língua, objeto de estudo da linguística. Milner (1978/2012), em *O amor da língua*, buscou mostrar por um percurso epistemológico certos questionamentos que o colocaram em um caminho “sem volta” no modo como podemos pensar, tanto os estudos sobre a linguagem quanto os estudos sobre a língua considerando a hipótese de que há inconsciente. Assim, a ideia é problematizar a pergunta: o que é a língua se a psicanálise existe²³?

O quarto capítulo será destinado aos estudos sobre a voz na teoria psicanalítica. Lacan, em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, concedeu um lugar específico à voz, dando-lhe um estatuto de objeto a (MILLER, 1994/2013). Com base nesses estudos, daremos destaque à voz em suas inúmeras considerações: como corpo de um fenômeno vibratório, como objeto vocal de uma

²⁰ Relatório do Congresso de Roma, realizado no Instituto Di Psicologia Della Università Di Roma, em 26 e 27 de setembro de 1953.

²¹ Walter Benjamin (1921) realiza uma discussão bastante pertinente sobre certo tipo de violência em que os “meios” justificariam “os fins”, no seu texto “Crítica da violência: crítica do poder” (BOLLE *apud* BENJAMIN, 1986).

²² *Lalíngua*.

²³ Milner (1978/2012).

estrutura que comporta uma função significativa e como instância que traz a dimensão em que se inscreve o desejo no campo do Outro. Como fenômeno vibratório, estudos mostram como as modulações da voz podem interferir pontualmente no tratamento com crianças autistas, especialmente o timbre, que é a face mais enigmática para pensar a relação com o autista, pois constitui o que há de mais real na voz humana. Como objeto vocal de uma estrutura significativa de linguagem, a literatura mostra que “a voz não se identifica ao som” (CATÃO; VIVES, 2011, p. 85), ou seja, ela não pertence ao registro sonoro, assim, a nossa ideia é mostrar que a voz tomada como objeto a está inscrita numa dimensão pulsional de linguagem referenciada à dimensão do Outro, da causação do sujeito, o que coloca em questão a posição do psicanalista e a direção do tratamento em psicanálise. É a partir dessa dimensão pulsional, ou seja, ao tomarmos a voz como objeto a que vamos trazer algumas das modulações entre silêncio, voz e grito (LACAN, 1965/2006).

Ao retomar os fundamentos da psicanálise e, assim, os estudos sobre a pulsão em Freud, Lacan (1964/2008a) articula o conceito de pulsão invocante. Nessa perspectiva, o autor formula que a pulsão escópica (do olhar) mostra que o movimento do *se fazer ver* é como uma flecha que retorna para o sujeito e que o *se fazer ouvir* da pulsão invocante (voz) vai no sentido do Outro. Isso permitiu ao autor evidenciar que “os ouvidos são, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar” (LACAN, 1964/2008a, p. 190). Interessante pensar essa afirmação de Lacan quando se busca estudar mais a fundo a questão da linguagem e da fala no tratamento psicanalítico de crianças autistas. Pois, a literatura revela que a criança autista reage ativamente “tapando os ouvidos” diante de um ruído que lhe parece insuportável e numa circunstância de invocação do Outro, de demanda do Outro (FERREIRA; VORCARO, 2017); (VIVES, 2009; CATÃO; VIVES, 2011; ORRADO; VIVES, 2020/2021); a mesma reação de atividade acontece quando decide “não dar ouvidos” ao Outro, parecendo surda, o que demonstra outra forma de fechamento (TUSTIN, 1975; RIBEIRO, 2005). A razão disso, avança Lacan, é de estrutura.

Lacan discute, na “Conferência em Genebra sobre o sintoma”, que os autistas, além de escutar a si mesmos, articulam muitas coisas, mas “trata-se de ver precisamente onde escutaram o que articulam” (LACAN, 1975/1998e, p. 12). Nessa conferência, Lacan coloca como ponto crucial a relação do autista com a demanda do Outro. Por outro lado, tudo isso que o autor coloca sobre os autistas parece ficar inaudível quando tratamos de pensar a relação do autista com a voz do Outro. Será

mesmo que os autistas tapam os ouvidos para não ouvir? Não seria o contrário, uma tentativa de reter a voz que eles escutam para tratá-la?

Laurent, no seu livro *A batalha do autismo – Da clínica à política* (2014), demarca que existe uma perturbação da relação com o Outro no autismo. Ou seja, a criança autista vai precisar lidar com a estrutura dessa dimensão linguageira do Outro, cada uma ao seu modo, e o tratamento psicanalítico permitiria à criança um *savoir-faire* com isso. Mas o que acontece nesse campo de linguagem que resulta numa relação intrusiva ou mesmo insuportável? Há uma dimensão em que a voz revela a sua face vocal como objeto causa que indica o “peso” da presença do sujeito da enunciação, ou seja, do Outro (LACAN, 1959/2002). Do ponto de vista de uma formulação conceitual sobre a estrutura da linguagem, temos que esse campo do Outro traz a marca significante de uma específica concepção de sujeito: o sujeito entre significantes, o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo. Seria, portanto, a voz na sua versão desejante esse peso do *a* que traz a perturbação para a criança autista? E quanto ao que essa criança fala, será que estamos a ponto de alcançá-la (escutá-la)? Essa será outra questão que buscaremos discutir nesse capítulo.

No quinto capítulo, a radicalidade de Lacan em relação ao inconsciente ser estruturado como uma linguagem marcará o seu rompimento com a ciência linguística: eis a sua “linguisteria”. Uma elaboração que mostrará que o modo como tratamos a linguagem tanto na teoria quanto na prática clínica indica a maneira como vamos ou não escutar a fala da criança autista. Angela Vorcaro²⁴ (2022), em minha banca de qualificação de tese, chamou a atenção para algo que atualmente os psicanalistas estão surdos: a fala do autista. Entra em jogo uma fala que implicaria pensarmos uma concepção de linguagem em que a leitura das manifestações da criança possa seguir na importante asserção lacaniana de que a linguagem é o campo que possibilita à fala o exercício de sua função significante. Assim, quais desdobramentos teóricos são necessários para tratar a pergunta: “O que ela quer me dizer quando me diz isso?” “Há equívocos em nossa interpretação”, relata a autora. Diante dessas perguntas, esse capítulo será dedicado a estudar como a concepção de linguagem em Lacan foi sendo articulada no final de seu ensino. A emergência de novos conceitos permitiu ao

²⁴ Discussão realizada em minha banca de qualificação de tese realizada no Instituto de Linguagem/Unicamp em 14 de dezembro de 2022, na qual estavam presentes a Prof.^a Nina Leite e o Prof. Lauro Baldini.

autor elaborar, pela topologia dos nós, a linguagem a partir dos registros do real, do simbólico e do imaginário. Mas qual seria o desdobramento sobre a linguagem pensando no que o autor evidencia sobre a realidade ser real, simbólica e imaginariamente constituída? Essa elaboração evidencia a importância da formalização dos conceitos tendo como horizonte a prática clínica e a transmissão em psicanálise. “Eu dei isso aos meus. Dei-lhes isso para que se orientem na prática” (LACAN, 1980). Com isso, a questão preliminar que havíamos trazido sobre o diagnóstico e o tratamento implicaria em problematizarmos a linguagem a partir de como esses registros se conjugam, se enodam, se superpõe.

2 A LINGUAGEM NA PSICANÁLISE

O menino que carregava água na peneira (Manoel de Barros)²⁵

Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.
A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.
A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.
O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.
Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.
Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.
No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.
O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.
Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.
A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.
Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!

Para abrir o vasto campo dos estudos sobre a linguagem em psicanálise, escolhemos para ilustração uma poesia de Manoel de Barros interessante por indicar, de algum modo, aquilo que pretendemos apresentar: do que transita da exceção à regra e passa pelas “irregularidades” da língua. Expliquemos melhor. Esse autor

²⁵ Poeta pantaneiro nascido em 1916 que teve o bioma Pantanal por grande tema. Definiu sua arte de vanguarda primitiva. Encantou-se em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 13 de novembro de 2014, aos 97 anos de idade.

escolhido traz em sua escrita um universo próprio e singular. Ao subverter a sintaxe, produz construções que não respeitam as normas da língua padrão, rompendo com a estrutura poética usual, tal como o próprio autor costumava dizer: “Gosto de furar gramáticas, de entortar sintaxes” (CITELLI, 2009, p. 128). Ao construir seus versos, o autor invoca experiências vividas, permitindo um trânsito da imaginação à linguagem. Sua escrita é marcada pelos neologismos e jogos sinestésicos em que se misturam fortemente percepções afeitas e sentidos diferentes, possibilitando, assim, que uma cor possa evocar uma imagem ou um som possa ser capaz de evidenciar o aroma etc. Uma linguagem peculiar que afeta pelos seus estranhamentos e pela sua excêntrica diferença.

“Furar gramáticas” e “entornar sintaxes”, além de provocar afetos, não está distante do movimento que pretendemos fazer com a escrita desta tese, que é uma escrita que se propõe a falar e escrever sobre a linguagem na psicanálise e o tratamento de crianças autistas.

Mas como começar esse percurso em que se pretende estudar a concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica tendo como horizonte o tratamento em psicanálise de crianças autistas? O que é a linguagem na psicanálise? Por que estudar “linguagem” em psicanálise é algo tão elementar quanto complexo? E a fala, *parole*? Qual o lugar de importância em nosso estudo, dessa que é o meio por onde a experiência analítica se realiza e indica do lugar do inconsciente? A nossa proposta é pensar essas perguntas a partir de conceitos que adquirem sentido ao se orientarem pela linguagem enquanto um campo de relações afetivas e pela fala como um instrumento que ocupa um lugar de função. Primeiramente, buscaremos retomar os fundamentos da fala e da linguagem através da trajetória de Lacan pelo estruturalismo, a fim de melhor delimitar o terreno da experiência psicanalítica.

2.1 O RENASCIMENTO EM ROMA: DA DENÚNCIA AO RETORNO AOS FUNDAMENTOS

O Congresso de Roma, realizado no *Istituto Di Psicologia Della Università Di Roma*, em setembro de 1953, tem para o nosso percurso uma grande importância, tanto no sentido das circunstâncias políticas que se fizeram presentes e que exigiu o questionamento do psicanalista em relação à sua própria prática quanto nas

redescobertas dos fundamentos psicanalíticos, necessários para a recondução da experiência da psicanálise no cenário dessa disciplina perante as sociedades psicanalíticas da época.

Havia 18 anos que os psicanalistas da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), ligada à *International Psychoanalytical Association* (IPA), participavam desse encontro de psicanalistas que nesse ano aconteceu na capital italiana. No entanto, entre a data do convite e a ocasião do congresso, produziu-se uma secessão na SPP com a consequente renúncia forçada de Lacan à presidência e, assim, à fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP). Esse período que antecedeu o congresso foi marcado por uma série de divergências que estavam relacionadas tanto à formação dos analistas quanto a discordâncias conceituais.

O prefácio do relatório desse discurso chama a nossa atenção para um posicionamento crítico que já se constituía no olhar de alguns no momento em que o relatório foi redigido. A epígrafe escolhida contém ironia e marca a negação do Instituto de Psicanálise²⁶ diante das relações entre disciplinas, tais como a fisiologia, psicologia e sociologia, incluindo aí clínica, para ceder lugar ao que de fato existia no horizonte dessa corporação psicanalítica: a neurobiologia.

As divergências entre grupos de psicanalistas tiveram como consequência a tentativa de impedimento da participação nesse congresso daqueles “dissidentes”, porém o que não se esperava era o efeito revés, pois esses analistas, incluindo Lacan, não só enfrentaram essas resistências como usufruíram desse importante lugar de fala numa proposta de renovar “sua disciplina” e os fundamentos que essa retira da linguagem. Além de denunciar os desvios que estavam relacionados às regras de caráter autoritários que permeavam a formação dos analistas, a transmissão em psicanálise e a relação com a prática clínica.

Com efeito, o “Discurso de Roma” abriu um importante caminho para a disciplina da psicanálise – que deve seu valor científico aos conceitos forjados por Freud em sua experiência. Ou seja, os conceitos que, em certo sentido, estavam sendo criticados e mal compreendidos puderam agora ser elaborados à luz da linguagem das ciências da época, tais como a antropologia, a matemática, a linguística estrutural, bem como dos problemas pelos quais passava a filosofia, possibilitando, assim, uma reflexão e um retorno aos seus fundamentos. Ao

²⁶ Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP).

negligenciar esses preceitos, a psicanálise se perdia nos excessos de regras técnicas, muitas vezes autoritárias, deixando fora da cena analítica qualquer possibilidade da implicação do psicanalista no contexto de sua própria experiência. Assim, colocar em questão a formação dos analistas, seu papel junto ao paciente, seu lugar social no grupo e a missão de seu ensino marca a importância que teve esse discurso na história da transmissão da psicanálise.

2.1.1 Movimentos de linguagens: um retorno à fala vazia e à fala plena

A aversão do interesse pelas funções da fala e da linguagem está intrinsicamente ligada às mudanças encontradas no objetivo e técnica da psicanálise e, de certa forma, foi anunciada pelo movimento²⁷ psicanalítico francês dissidente.

Essas mudanças de condução da técnica resultaram em problemas, principalmente por evidenciar o distanciamento da prática clínica em relação à experiência freudiana. Podemos destacar esses problemas em três pontos. Em síntese, o primeiro estava relacionado às funções do imaginário, e assim tratava-se de colocar em questão como uma leitura reducionista da segunda tópica freudiana (isso, *eu* e supereu) repercutia numa direção de tratamento pautada no fortalecimento do *eu*. Para Lacan, essa condução trouxe problemas em como a função da fantasia foi sendo tomada pela técnica na experiência analítica, bem como a relação de objeto na constituição psíquica²⁸. Essas reflexões tornaram-se ainda mais importantes quando o que estava em jogo era o tratamento com crianças. Lacan notou que havia algo problemático no modo como os psicanalistas estavam se nutrido dos ensinamentos psicanalíticos, ocasionando problemas na interpretação e no manejo da transferência²⁹.

²⁷ Interessante notar que o termo “movimento” já se fazia presente pelos caminhos por onde a teoria psicanalítica foi se constituindo como um método de tratamento e investigação do inconsciente nos grupos ou “sociedades”. Podemos constatar isso na intenção de Freud em mostrar à sociedade da época, a partir de seu artigo “História do movimento psicanalítico” (1914), tantos os seus postulados quanto algumas das divergências que começavam a surgir entre os seus pares na “Sociedade das quartas-feiras” e que deveriam ser designadas como teorias distintas.

²⁸ O autor se refere às escolas de psicanálise que tomaram força na Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial (1945) a partir de psicanalistas que haviam migrado para o país, por exemplo, Melanie Klein e Ana Freud.

²⁹ Podemos encontrar partes dessa discussão no livro 1 – *Os escritos técnicos de Freud* –, quando Lacan aponta algumas contradições manifestas e falhas de demonstração no que se refere à função do *eu*. A partir de uma leitura crítica do livro de Anna Freud – concernente à análise de crianças e especialmente às defesas do *eu* –, Lacan verifica que a relação analítica era interpretada como uma relação dual, não havendo uma interpretação no sentido da estruturação simbólica do

Ainda relacionado à função do imaginário, o segundo ponto problemático acendeu o alerta sobre as relações libidinais de objeto no campo das psicoses. Com isso, a investigação para uma construção de uma teoria sobre o imaginário e o papel do *eu* na construção da realidade viria favorecer de modo importante os estudos sobre o delírio e o tratamento das psicoses pela psicanálise. Já o terceiro ponto colocava em questão a importância da contratransferência (resistência) na direção do tratamento psicanalítico e a formação do psicanalista, incluindo nesse aspecto os embaraços referentes ao final da análise etc. Dito isso, era evidente a urgência de um retorno aos fundamentos da teoria freudiana, tanto para resgatar seus principais conceitos quanto para pensá-los no manejo da experiência clínica.

Os traços comuns desses pontos problemáticos se encontravam no nível da teoria, tanto no sentido de um distanciamento da palavra freudiana quanto numa leitura influenciada pela linguagem reducionista de caráter universalizante da psicologia e psiquiatria norte-americana da década de 1950, muito presente no discurso dessa época, o que mostra o quanto o conhecimento sobre a importância dos fundamentos da fala e da linguagem caía no abandono no interior da experiência clínica. Assim, essa situação só poderia ser contornada mediante o retorno aos estudos, ou seja, um retorno aos fundamentos da psicanálise, sendo importante, nesse percurso, reconhecer as complexidades dessa disciplina para minimizar a crescente obliteração do sentido da obra freudiana.

Os efeitos do Congresso de Psiquiatria de 1950 e a importância que teve a participação do grupo americano trouxeram consequências para essa crescente obliteração. Não é de desprezar a tradição cultural e científica americana e seu anti-historicismo como traço principal da “comunicação” desse grupo e seus efeitos nas práticas terapêuticas por ele difundidas. Um exemplo disso é a noção psicológica na qual se constituiu o behaviorismo e sua visada na adaptação do indivíduo ao meio social e tantas outras abordagens que se baseavam em modelos de conduta e objetivação implicados na noção de relação humana e sua “intersubjetividade” de “ego para ego”, como a nomeada *psicologia do ego*³⁰. Uma terapêutica diametralmente

sujeito, a ser situada para além da estrutura atual de seu *eu*. Além dessa discussão, Lacan também trabalhou o artigo de Melanie Klein, intitulado *A importância do símbolo no desenvolvimento do eu*, em que pôde verificar uma maior proximidade ao eixo da descoberta freudiana (LACAN, 1954/1993).

³⁰ Grifos nossos.

oposta da experiência analítica que desconsidera por completo o conceito de inconsciente.

Nesse sentido, é indiscutível que a psicanálise vinha se perdendo diante das modalidades positivistas de posições excludentes, os termos mais vívidos da experiência psicanalítica freudiana: a sexualidade e o inconsciente. Quanto a isso, Lacan faz um alerta em relação à técnica analítica mostrando a importância de que seus conceitos estejam referidos à função da fala e ao campo de linguagem (LACAN, 1953/1998a, p. 247).

Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala.

A fala do paciente é o meio pelo qual a psicanálise se realiza em sua experiência, ou seja, um endereçamento através de uma fala que pede uma resposta, mesmo que essa resposta seja dada por um silêncio. Com isso, pode-se dizer que a análise se realiza numa função que há entre fala e escuta, por meio de um endereçamento ao Outro.

Mas não significa que isso que ocorre nessa função compartilhada não seja negligenciado. Se o que se passa nessa função pela qual a fala opera nessa relação à escuta for experimentado somente pela via do apelo e, possivelmente, pelo vazio que se faz ouvir inicialmente nele, se incorrerá no engano da introspecção e consequente busca por preencher esse vazio. Nesse sentido, o que seria esse apelo, para além do vazio de seu dito, senão um apelo à “verdade”, por meio da qual terá ainda que percorrer um longo caminho, de vacilos desses apelos, frustrações, de instantes catástrofes, encontros malfadados e ideais amparadas pela monumentosa estrutura de um narcisismo? É então que se apreende que a “associação livre de ideais” se passa por um trabalho forçado, diante desse discurso, como diz Lacan, sem escapatória, de função imaginária, através da ordem simbólica (LACAN, 1953/1998a, p. 253):

[...] O psicanalista sabe melhor do que ninguém que a questão aí é ouvir a que ‘parte’ desse discurso é confiado o termo significativo, e é justamente assim que ele opera, no melhor dos casos: tomando o

relato de uma história cotidiana por um apólogo que a bom entendedor dirige suas meias-palavras, uma longa prosopopeia por uma interjeição direta, ou, ao contrário, um simples lapso por uma declaração muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir.

Trata-se de operar com isso que surge desse registro do imaginário, a partir de uma pontuação que concede um sentido outro ao discurso do sujeito. Nesse aspecto, vale pensar aqui o que se colocava sobre a suspensão da sessão, ou seja, do manejo de sessões mais curtas e com tempos variados, que enquanto intervenção da técnica psicanalítica objetiva precipitar uma mudança de sentido e, assim, uma significação outra dessa trama de discurso. Justamente o que tratava de ser interrogado nessa época, da pausa da sessão que era guiada apenas pelo seu tempo cronológico.

Isso que se passa na cena analítica e que permeia uma relação imaginária está ao alcance do analista no exercício de sua prática. Essa relação o liga ao sujeito da experiência como o seu eu, *moi*, e diante da impossibilidade de eliminá-la é possível servir-se dela para regular sua função de escuta, isto é, detectar o que precisa ser escutado, na redução desse sentido imaginarizado. Esse sentido Lacan (1953/1998a) atribuiu como *fala vazia*, ou seja, a função da fala em que o sujeito parece falar em vão e se afastar de seu desejo. Cabe lembrar que nessa época o autor atribuiu – para poder dar destaque às diferentes leituras em que a fala é tomada na situação analítica – os termos: *fala vazia* e *fala plena*³¹. O propósito era poder discutir as funções aí presentes, porém, esses termos tiveram suas transformações e caíram em desuso no decorrer de sua teorização.

De todo modo, o que o autor buscou marcar nessa época com a nomeação de *fala vazia* é a significação de viés depreciativo em que a fala estava sendo tomada como objeto na técnica analítica, com consequente desvio de sua verdadeira função: desse movimento que a fala promove nessa relação dialética que é a experiência analítica.

Diante disso, se fazia urgente fundamentar a experiência analítica com a ciência da linguagem para entender, assim, a função da fala. Seguindo essa discussão, o autor atribuiu como *fala plena* a realização da fala tomada em referência à história e casuística do falante para valorizar a interpretação simbólica de sua narrativa, reconhecida ou censurada, na sua relação com o Outro. Mas como essa

³¹ Grifos nossos: daremos destaque a esses termos provisórios de Lacan.

função se constituiu? Essa função foi resgatada da época de Freud. Como sabemos, o método instaurado por Breuer e Freud (1893-1895) em seus *Estudos sobre a histeria* foi batizado por uma de suas pacientes, a famosa Ana O. Famosa no sentido em que seu nome deu origem à técnica do *Talking cure*, tratamento pela fala, pela palavra. Foi a partir dessa experiência de tratamento pela fala inaugurada pelas histéricas que se deu a descoberta do acontecimento traumático pela psicanálise e, com isso, o entendimento de que esse acontecimento patogênico era responsável pela causação dos sintomas corporais. Assim sendo, foi verificado que o “colocar em palavras”, isto é, o relato das pacientes, resultava na eliminação dos sintomas. Era o início da psicanálise e do tratamento a partir da fala.

Nessa época, os preceitos psicológicos não reconheciam na verbalização outra realidade que não sua *flatus vocis*, palavra esvaziada de significação. Foi a partir do método hipnótico que isso mudou, e assim a fala passou a ter certa importância, comportando um sentido. Como nesse método a verbalização era considerada “dissociada” da conscientização, uma nova via se abriu em relação ao que era relatado. Em relação a isso, é bem possível que os behavioristas não se importassem em saber o que quer que fosse lembrado, pois tratava-se apenas de uma narração de um acontecimento, sem grandes significações ou finalidades. Mas, para a psicanálise, o verbalizar se associa ao “passar para o verbo”, ou seja, colocar em palavras uma vivência, daquilo que foi visto ou ouvido anteriormente e que agora retorna numa significação recalcada sob a forma de um sintoma no corpo. Dito de outra forma, poder verbalizar “impressões experimentadas cedo e depois esquecidas” (FREUD, 1939/2018, p. 56), ou seja, experiências sentidas no corpo num momento em que o sujeito possuía condições simbólicas insuficientes para significá-las. Dessa forma, tratava-se de incluir o discurso em sua “língua arcaica” ou mesmo estrangeira, que se efetiva no tempo presente da sessão analítica. Assim, constatou-se que a importância de uma rememoração hipnótica estava sobretudo na significação falada que presentificava o passado em lembranças, com efeitos, *a posteriori*, dos encontros com essas reminiscências.

Podemos verificar a relação entre o imaginário e o real a partir da revelação da histérica de seu passado. Poderíamos pensar que se trata de mulheres mentirosas pelo que foi narrado por elas, mas é justamente aí que a psicanálise apresenta o nascimento da verdade na fala, ou seja, a sua função a partir de uma rememoração: “a verdade dessa revelação é a fala presente, que atesta na realidade atual e que

funda essa verdade em nome desta realidade” (LACAN, 1953/1998a, p. 257). Com isso, não se trata na experiência analítica de realidade, mas de verdade, pois o efeito de uma *fala plena* é reordenar as contingências passadas dando-lhes um sentido outro.

A partir dessa outra forma de tomar a fala em sua função significativa, não aparente e superficial, pensemos nas investigações que Freud realizou na exposição do caso “Homem dos Lobos”. O relato desse tratamento mostra a história de um jovem homem russo de 20 e poucos anos que adoeceu seriamente alguns anos após a perda de seu pai. Na ocasião do encontro com Freud, tinha acabado de herdar uma fortuna de família e encontrava-se totalmente incapacitado de dirigir sua vida e dependente dos outros. O modo como Freud constrói a estória infantil do caso escrito concede especial importância às influências das contingências passadas na constituição sintomática atual do paciente. A historicização desse processo mostra, inclusive, o almejado papel científico que a análise de uma neurose infantil poderia trazer para a construção teórica da psicanálise. Além disso, é possível perceber o quanto a linguagem dos sonhos foi levada a sério por Freud, trazendo à superfície as lembranças mais remotas do paciente, suas distorções e retificações ao relacioná-las retrospectivamente. No relato do “sonho dos lobos”, por exemplo, o autor localiza a atualização de uma cena infantil primária e, com isso, os conflitos subjetivos através de significações que estavam condensadas nas mais diversas experiências vividas pelo seu paciente quando criança, das descobertas que insistiam em se reestruturarem no psiquismo infantil: do encontro com o pulsional do seu próprio corpo; do encontro com o outro no corpo do outro; do encontro com a fala do outro falando do seu próprio corpo; do encontro com a fala do outro que ameaça o seu encontro com o seu próprio corpo; do encontro com o amor, o ciúmes e o ódio; e do encontro com aquilo que toca em questões sobre a vida e a morte, ou seja, do que nomeamos como a dialética do complexo de Édipo. Um recorte que mostra um caminho para uma tentativa do paciente se reconhecer nas “reviravoltas” de seu inconsciente e de sua história.

Diante disso, podemos verificar como a fala endereçada ao Outro, nessa assunção de uma história pelo sujeito, serviu de fundamento para a constituição do método psicanalítico de Freud. A fala é, assim, o único meio desse método na medida em que ela confere uma significação ao sujeito, enquanto o seu campo é o do discurso concreto pelo qual se realizam as operações que são da história na sua relação com

o real. Nesse sentido, a significação ao sujeito se realiza nessa experenciação de endereçamento, isto é, nesse lugar que pede respostas e por onde vem a escrever o inconsciente, que pela descoberta freudiana se formula como “aquela parte do discurso concreto, como ‘trans-individual’, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1953/1998a, p. 260).

Assim, no tratamento psicanalítico, o inconsciente é o capítulo da própria história marcada por um branco ou ocupada por uma mentira, ou seja, o capítulo censurado, mas que pode ser resgatado, já que está escrito em outro lugar, a saber (LACAN, 1998a, p. 261):

nos monumentos: esse é meu corpo, isto é, no núcleo histérico da neurose em que o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode ser destruída sem perda grave; nos documentos de arquivo, igualmente: e esses são as lembranças de minha infância, tão impenetráveis quanto eles, quando não lhes conheço a procedência; na evolução semântica: e isso corresponde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, bem como ao estilo de minha vida e a meu caráter; nas tradições também, ou seja, nas lendas que sob forma heroicizada veiculam minha história; nos vestígios, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções exigidas pela reinserção do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e cujo sentido minha exegese restabelecerá.

Convém lembrar que Freud inaugurou sua teoria estabelecendo a noção de simbolismo analítico com a sua “interpretação dos sonhos” para marcar como as leis do inconsciente fazem emergir o sujeito do desejo como um sujeito determinado pela linguagem, concedendo, assim, lugar a uma específica concepção de sujeito na psicanálise. Nesse sentido, essa explanação nesse congresso italiano buscava dar luz à importância que as especificidades das funções da fala e da história subjetiva do sujeito possuem para a experiência psicanalítica ao denunciar os graves desvios que estavam ocorrendo no decurso do método e da técnica, no sentido de uma normalização psicanalítica. Com isso, o mal-estar no grupo das sociedades francesas teve um efeito importante no sentido de possibilitar uma reabertura e um caminho outro para um retorno da significação simbólica da teoria psicanalítica.

2.1.2 Os sentidos de uma experiência

“Uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela”

(LACAN, 1954/1993, p. 272)

Devemos resgatar o sentido da experiência psicanalítica, e nada melhor que retornar à obra freudiana para entendermos como o símbolo³² e a linguagem, enquanto estrutura, permitem delimitar o campo psicanalítico. Freud (1900) mostra, na *Interpretação dos sonhos*, que o sonho tem a estrutura de uma frase, de um *rebus*, uma escrita em que o sonho da criança representaria a ideografia primordial. No adulto, se reproduz a partir dos elementos significantes, tais como são os hieróglifos do Antigo Egito ou os caracteres que a China conserva. Uma estrutura de linguagem que permite a versão textual de um sonho que pode, numa análise, ser lido como um texto a partir dessa elaboração que se realiza por intermédio de um discurso em que o sujeito apresenta a expressão de seu desejo. Essa linguagem vai ainda mais longe quando Lacan (1998a) evidencia que o desejo do homem encontra o seu sentido no desejo do Outro, não porque esse Outro sabe o caminho do objeto desejado, mas porque o primeiro objeto está justamente nesse lugar de busca de reconhecimento por esse Outro.

Outra obra freudiana com merecido destaque para pensarmos sobre a experiência analítica e a sua relação com a linguagem é a *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Temos, nessa obra, o esclarecimento de que um ato falho se constitui em um discurso bem-sucedido, a partir de uma fala amordaçada que se realiza e mostra a eficácia subjetiva de certas associações simbólicas. A mesma significação simbólica se verifica nos sintomas, neuróticos ou não, constituídos num duplo sentido, como um símbolo de um conflito esquecido. Os sentidos desses acontecimentos, isto é, o que se realiza por essa trama simbólica, Freud nos deixou como ensinamento. Trata-se, assim, de dar importância e acompanhar nos textos de associações livres e suas ramificações a possibilidade de detectar – em suas formas verbais –, o seu sentido. Dito isso, um sintoma, por ser estruturado como uma

³² A partir desse texto lacaniano de 1953 é possível perceber que o termo usado mostra o interesse do autor em situar seus conceitos a partir de uma ciência da linguagem, quando busca resgatar a questão da fala partindo do nascimento dos símbolos.

linguagem, se “dissolve” numa análise languageira em que uma fala é libertada para reconhecer nela o seu sentido inconsciente.

Em *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905), “tudo é substância, tudo é pérola” (LACAN, 1953/1998a, p. 271). A transparência que essa substância revela de efeito espirituoso, de atividade criadora e principalmente de absoluta gratuidade, a coloca, enquanto obra, incontestável pois o efeito inconsciente se mostra “até os confins de sua fineza” (LACAN, 1953/1998a, p. 271). Nesse livro, Freud convoca o leitor a passear por um “jardim seletto do mais amargo amor” (LACAN, 1953/1998a, p. 271) que indica como a linguagem na tentativa de dominação sobre o real “exprime-se no desafio do contrassenso, em que o humor, na graça maliciosa do espírito livre, simboliza uma verdade que não diz sua última palavra” (LACAN, 1953/1998a, p. 271).

Resgatar a linguagem e o sentido de uma experiência a partir dessas obras freudianas, em seus mais diversos estilos, possibilitava que a psicanálise fosse reexaminada e, dessa forma, redirecionada ao caminho de sua transmissão. Esse retorno possibilitava problematizar e enfrentar o desprezo que incidia na época em relação à investigação sobre a linguagem dos símbolos, o que ocasionava, tecnicamente, uma mudança de objeto. Passando, assim, da descoberta do inconsciente para uma modalidade de linguagem que atestava um nível mais rasteiro, servil da comunicação.

Dessa forma, a experiência psicanalítica embarca na contramão desses pressupostos na busca de saber como a fala se fundamenta pela lei da linguagem. Lacan (1953/1998a) afirma que a lei do homem é a lei da linguagem desde que as primeiras palavras de reconhecimento originaram os primeiros dons. Dons como símbolo de um pacto significante que constituíram os significados dos objetos das trocas simbólicas, que paradoxalmente são desprovidos de sua destinação, pois a neutralização do significante está na natureza da linguagem. Mas o que isso quer dizer? Podemos retornar aos exemplos que Lacan traz acerca do comportamento animal, cuja observação possibilita identificar nesse contexto experimental o reconhecimento do símbolo, mesmo que numa simbologia fixa que se diferencia da linguagem humana. No entanto, importa destacar que até mesmo fora do domínio humano encontramos os símbolos e seus efeitos de comportamento simbólico.

Lacan não retorna a essa linguagem fora do domínio humano sem ironia em relação a determinadas abordagens “psicologizantes”. Em protesto, ele chama a nossa atenção para mostrar o quanto marcar uma diferenciação entre a linguagem

animal e a linguagem humana não resolve a questão, pois a complexidade vai mais além (LACAN, 1953/1998a, p. 274):

Pensem, pois, num homem que produziu a neurose, ex-pe-ri-men-tal-men-te, num cão amarrado sobre uma mesa, e por que meios engenhosos: uma campainha, o prato de carne que ela anuncia e o prato de maçãs que chega inoportunamente – dispenso-os do resto. Não há de ser ele – pelo menos é o que nos assegura ele próprio – quem se deixará apanhar pelas “amplas ruminações”, pois é assim que se exprime, que os filósofos dedicaram ao problema da linguagem. Ele vai agarrá-lo pela goela para vocês.

O experimento por traz dessa ironia atesta uma experiência de equivalência de estímulos, cujo sinal (campainha) se transformou em símbolo de presença de alimento. Olhando para isso, assim de imediato, não quer dizer muita coisa. Em síntese, o que ocorre nesse experimento é uma reação individualizada que possibilita que um sinal seja transformado em símbolo, que, no caso, é ideativo por ser resultante de uma fonte fisiológica, segundo a elaboração sobre o símbolo pelos behavioristas³³. Outro experimento³⁴ semelhante foi realizado com um ser humano, como associar uma projeção de uma luz diante de seus olhos, com o ruído de uma campainha e, após, associar a essa projeção um outro como uma ordem falada pedindo que “contraia” (a pupila); o resultado dessa solicitação foi a pupila contraída. Contudo, a relação aí estabelecida diante de uma reação individualizada de símbolo ideativo não passa de um efeito exclusivamente da proteção da retina contra uma possibilidade de luz excessiva, algo que seria inacessível nem voluntariamente nem efeito de uma fala. Ou seja, trata-se novamente de uma abordagem que cria uma experiência de extensão limitada que marca de forma incipiente as diferenças existentes nessas linguagens (humana e animal), que dificulta a possibilidade de um entendimento melhor sobre a complexidade que as separam, ou seja, que apenas os humanos falam.

Portanto, recorrer às diferenças aparentes dessas duas linguagens não colocava em jogo a questão que aí aparecia velada e que a psicanálise de 1953 precisava retomar: a distinção que há na palavra, na fala entre significante e significado, deixada de lado pelo behaviorismo a partir de sua abordagem sobre o

³³ Jules H. Massermann, “Language, behavior and dynamic psychiatry”, International Journal of Psychoanalysis. 1994 (LACAN, 1953/1998a).

³⁴ Hudgins (LACAN, 1953/1998a).

termo *idea-symbol*³⁵. Tomemos a sequência dos elementos do experimento que Lacan cita que passa a incluir uma ordem falada. Esse experimento mostra a inconsistência da abordagem behaviorista sobre a linguagem:

- 1ª luz + campainha = contração da pupila (reação)
- 2ª luz + ordem falada = proteção da retina (reação)

Seria ingenuidade considerar que uma solicitação através de uma ordem falada se realizasse com autonomia numa reação cuja previsibilidade é exata: ideia-símbolo, ou seja, uma situação criada numa relação de equivalência (entre sinal e símbolo) que está fundada exclusivamente numa reação de ordem reflexa, de base fisiológica. Mas podemos ir mais longe. Como considerar que uma ordem falada de uma expressão aconteceria sem atropelos, sem dúvidas, sem equívocos de interpretação diante do duplo sentido que há na linguagem?

É essa equivocidade da linguagem que a psicanálise lacaniana buscava tornar evidente em sua teoria; justamente os pressupostos que faziam parte da ciência da linguística da época. Para os estudos da linguagem, a linguagem humana se realiza numa complexidade de nível semântico e sintático que se instala sempre que uma enunciação de um vocábulo pode se articular, nas mais variadas formas de locuções possíveis. Isso ocorre porque há na palavra uma distinção simbólica entre o seu significante e seu significado, não sendo possível, com isso, confundir signo linguístico³⁶ com o símbolo ideativo designado pela abordagem behaviorista.

Para os estudos da linguagem, o que define um signo como um elemento qualquer de uma língua como pertencente à linguagem é que esse elemento se distingue como tal para todos os usuários de uma língua, no suposto conjunto constituído pelos elementos homólogos e suas relações com as experiências particulares do sujeito.

Desconsiderar essas ligações fora de qualquer referência a um conjunto de elementos da língua é negar a própria função da linguagem. O discurso de Roma foi insistente em marcar isso, principalmente concedendo um grau de importância para o resgate das especificidades da linguagem, pontuando como se constituem diferentes concepções de linguagens, o que vai fazer toda a diferença quando se trata da direção

³⁵ Grifos do autor (LACAN, 1953/1998a).

³⁶ Foi somente em 1956 que Lacan trabalhou minuciosamente o signo saussuriano, no texto *Instância da letra ou a razão desde Freud*.

de tratamento na experiência analítica. Sendo assim, essas diferenças indicam o quanto a psicanálise estava se transformando em uma técnica³⁷ totalmente oposta à experiência freudiana (LACAN, 1953/1998a, p. 276):

A descoberta de Freud é a do campo das incidências, na natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica e do remontar de sentido às instâncias mais radicais da simbolização do ser. Desconhecer isso é condenar a descoberta ao esquecimento, a experiência à ruína.

Diferentemente do que acontece na simbolização fixa que observamos no comportamento animal, no homem há sempre alguma coisa que completa o símbolo, isto é, o objeto simbólico das relações para dele fazer linguagem. Desse modo, para que o símbolo se transforme em palavra, não se trata da qualidade sonora de sua matéria, mas de seu caráter evanescente, no qual o símbolo encontrará a permanência de seu conceito, que surge pela palavra, que é a presença feita na ausência. Encontramos essa nomeação na brincadeira do *fort-da* da criança, tão bem capturada por Freud e que buscaremos desenvolver no tópico 2.1.5. Trata-se do momento original pelo qual o par presença e ausência faz nascer o universo do sentido de uma língua, por onde o universo das coisas vai se ordenar. Pois é o mundo da palavra que cria o mundo das coisas, que pelo próprio assassinato da coisa a faz existir no campo das ideias, na linguagem. Assim, se o homem fala é porque o símbolo fez o homem (LACAN, 1953/1998a, p. 280):

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo “em carne e osso”. Trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino.

O nascimento do símbolo para o homem é o que permitirá o surgimento de um desejo, que para ser reconhecido será posto em jogo através das relações do sujeito com a fala e com a linguagem. Essas relações são fundamentais e, assim, para que a psicanálise não se enverede por falsos caminhos de uma teorização contrária à sua estrutura dialética³⁸ (de negatividade e contradição), é preciso que seus conceitos

³⁷ Nomeada de psicologia do ego, teve seu crescimento nos Estados Unidos, com ecos na Europa a partir de 1950.

³⁸ Lacan se refere com frequência à experiência clínica como sendo uma “relação dialética”, uma “experiência dialética”, de uma “estrutura dialética” (LACAN, 1953/1998a, p. 290), a “análise como

sejam pensados na história e com a história para que se formalize adequadamente as dimensões essenciais de sua experiência: comecemos pela teoria histórica do símbolo na sua relação com a teoria psicanalítica.

2.1.3 O símbolo constitutivo de um desejo reconhecido

Interessa à técnica psicanalítica reconduzir a experiência aos seus fundamentos da fala e da linguagem. Trata-se de considerar que há uma fala no sujeito que, paradoxalmente, pede para ser libertada, reconhecida. Essa técnica objetiva que se introduza o sujeito da linguagem e do desejo, nessa fala que, para além do que é dito, fala à sua revelia, índice do simbolismo de seu sintoma. A importância desse simbolismo está naquilo que ele se revela como constituindo o campo dessa linguagem que capta o desejo recalcado inconsciente, humaniza-o e o lança no campo dialético, contraditório dessa busca incessante de reconhecimento.

Nesse campo, o analista joga com o poder do símbolo. É possível dizer que, em alguns casos, ele até brinca com os símbolos, seja nas metáforas que usa, seja no jogo do duplo sentido das palavras, seja quando entra nos jogos infantis da criança: concretos ou simbólicos. O analista evoca e opera, nas ressonâncias de suas colocações, os efeitos de sentido à interpretação.

É importante ressaltar que o efeito significativo proporcionado pela interpretação possui uma função simbolizadora ao se relacionar com o próprio corpo, com as relações de parentesco, com o nascimento, a vida e a morte. Numa análise, é entre o receptor (o analista), aquele para o qual uma fala foi endereçada, e o emissor (o analisante) que se estabelece, em transferência, uma relação fecunda para que essas questões aí formuladas sejam desdobradas. Convém aqui revisitarmos a estrutura da linguagem, principalmente para desfazermos o mal-entendido da linguagem-signo que vigorava nas “novas tendências” da sociedade psicanalítica da época, aquela que Lacan insistiu em criticar. Se a comunicação é concebida quando o emissor informa o receptor de “alguma coisa”, seria prudente considerarmos nesse

dialética (LACAN, 1953/1998a, p. 299), como tento sua “pontuação dialética”. Ele refere esses termos pela via de Koyève nos anos 1930, de Hypollite nos anos 1950 e de Althusser nos de 1960, teorias que abarcam a filosofia de Hegel (1770-1871). Uma elaboração que propõe uma renovação (em relação a Descartes e Kant) e uma introdução de uma teoria do sujeito em psicanálise que estivesse fora do alcance normativo e adaptacionista do conceito de indivíduo do eu psicológico (DUNKER, 2013). Um estudo que exige aprofundamento numa pesquisa futura.

contexto situacional os efeitos que uma “mensagem” pode sofrer a partir da posição subjetiva de seus falantes e ouvintes diante da equivocidade da linguagem. Essa relação é o que vai definir o sentido em que está envolvida a mais alta função da fala ao investir seu destinatário de uma nova realidade subjetiva.

Portanto, numa mediação psicanalítica, uma fala inclui uma resposta. E trata-se de dar a essa fala do sujeito sua pontuação dialética, isto é, como efeito de uma consciência dividida que vai operar como equívoco a todo instante, como um duplo movimento sujeito. Qual valor essa fala assume com o Outro, na interpretação de suas resistências em transferência? Numa análise, a linguagem se constitui numa “comunicação” em que o emissor (o analisante) vai receber de seu receptor (analista) a sua própria mensagem de forma invertida, um retorno em eco de um dizer que cava um sentido outro. Ou seja, é preciso passar pelo outro para que uma fala, em seu retorno, seja ouvida em sua significação.

Outros apontamentos surgem diante das relações entre fala e linguagem na experiência analítica. Para Lacan (1953/1998a), “à medida que a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala, e ao se tornar demasiadamente individual, perde sua função de linguagem” (LACAN, 1953/1998a, p. 300). Dito de outra maneira, uma linguagem é funcional quando suas propriedades objetivam o trânsito de informações, se diferenciando de uma linguagem cujo endereçamento, isto é, o apelo de uma resposta ao Outro – busca de reconhecimento –, se constitua nessa dialética função subjetiva. Cabe ao analista a responsabilidade de tais discernimentos se deseja intervir pela função da fala nesse campo de experiência que é o da linguagem para assim “dar ouvidos ao não dito que jaz nos furos do discurso” (LACAN, 1953/1998a, p. 308).

O desconhecimento da função da fala impede que seja reconhecido o objeto (imaginário ou real) a que se dirige o desejo, pois é na relação do sujeito com esse objeto que um sentido opera na redução de sua imaginação. Entretanto, essa tarefa só terá um caminho se houver a distinção, por parte do analista, de que numa análise a fala opera como uma função estruturante, efeito de uma divisão subjetiva, de causação do sujeito na sua relação com o Outro, o que significa dizer que isso que fala não é idêntico à presença daquele que ali fala. Trata-se de uma fala que se estrutura numa linguagem cuja função não é informar, mas evocar (LACAN, 1953/1998a, p. 301):

O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder. [...] Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando.

Diante dessa forma específica de operação, temos que o desconhecimento da função de estrutura da fala e da linguagem pode até ser justificável, diante da complexidade da teoria, mas é inaceitável para aquele que deseja ocupar o lugar do psicanalista. A formação do analista devia, então, estar muito mais pautada numa problematização do legado freudiano do que em uma abordagem de controle de seus integrantes, principalmente quando pensamos na importância que tem a questão da direção do tratamento em psicanálise.

Dessa maneira, o “Discurso de 1953” funcionou como uma barra diante dessa “nova tendência” que se propagava a partir de um pensamento objetivante instituído por uma leitura cuja terminologia era resultado da má interpretação das tópicas freudianas, desconsiderando a subordinação da função egóica³⁹ ao elemento recalcado, o inconsciente. Uma terminologia que foi responsável pelo progresso e desenvolvimento de uma “ortopedia psicológica” das mais desviadas concepções de análise que “Roma” denunciou. Uma concepção de sujeito que se instituiu a partir de uma concepção de linguagem pautada em uma psicologia⁴⁰ da relação entre corpos (entre dois), isto é, uma relação “fantasística” de caráter identificatório, em que o inconsciente era excluído do campo da experiência, tornando-o inaudível às funções da fala. Além da “selvageria interpretativa” que se dirigia da ilusão à completude, operando no apagamento do sintoma freudiano em detrimento de uma concepção de sintoma classificatória da psiquiatria moderna.

2.1.4 Jogos constitutivos dos símbolos: o nascimento da criança na linguagem

³⁹ Referimos aqui a segunda tópica, denominada por Freud (1923) em seu texto *O eu e o ID*.

⁴⁰ Ego psychology, Psicologia do ego.

Voltemos agora à função da fala e sua relação com a posição subjetiva constitutiva do sujeito, naquilo que permite reconhecermos que função esse assume na ordem das relações simbólicas. Sabemos pelos jogos repetitivos, isto é, pelos jogos das presenças e ausências que uma posição na linguagem se constitui mediante uma operação em que o sujeito participa no “domínio” de sua derrelição, seu desamparo. Essa constituição é inaugural e indica o momento em que o desejo se humaniza, a saber, o momento do nascimento do símbolo em que a criança “aparece” para a linguagem.

Freud (1920/2010), em *Além do princípio do prazer*, apresenta uma problemática sobre a pulsão de morte ao abordar que as pulsões regeriam tanto o funcionamento da vida psíquica, quanto a organização do ser vivo. O professor Christian Dunker⁴¹ (2017) realiza uma discussão bastante elaborada sobre esse conceito freudiano e seus desdobramentos por meio da releitura proposta por Lacan, que permite pensarmos a relação entre a pulsão e o nascimento do símbolo na criança. Essa discussão parte inicialmente do questionamento que considera que haveria um grande equívoco em qualificar a pulsão de morte apenas pelo seu viés destrutivo ao desconsiderar o seu potencial de caráter criativo. Tomando pelo seu fundamento, a pulsão de morte é indutora e se apoia em um processo de destinação das pulsões que chamamos de sublimação. Dunker explica que a sublimação seria um modelo psicanalítico para a criação de objetos de relevância social de dessexualização de libido, que abarca a passagem da libido para a libido na pulsão de morte negativizada, a “antilibido”. O conceito de pulsão de morte não seria, então, indicativo de destrutividade, que serviria para explicar os processos de agressividade e de violência do indivíduo ou das coisas. Trata-se de algo muito mais complexo que Freud vai desdobrar a partir de uma leitura em termos econômicos, tópicos e dinâmicos.

O mesmo questionamento se dá quando se traz a versão corrente de que em Lacan “o gozo é mortífero”. De quando a repetição – que é algo próprio da pulsão –, se mostraria incontrolável, “mortífera”, de determinação quantitativa e intratável. Há um equívoco nessa ideia de pulsão de morte, pois o que a literatura psicanalítica coloca é que o autor fez uma leitura desse conceito tanto pela noção de gozo quanto pela noção de Real, uma abordagem que tentava ir além do fundamento biologista da

⁴¹ Falando Nisso, n. 130. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n44l_ILh3ek. Acesso em: 22 out. 2022.

época de Freud. O que Lacan percebe é que esse conceito de pulsão de morte não precisaria ser apresentado a partir de uma noção ontológica, mas sim defendido a partir do que se pode presumir como conflito originário, que traz a questão de uma ausência de identidade na constituição do processo subjetivo, isto é, o processo da fala: da entrada da criança na linguagem.

Lacan identifica a repetição freudiana da pulsão de morte com a repetição do significante e a repetição do objeto *a*. Esse último como aquilo que permitiria ao sujeito catalisar e concentrar o gozo. “Essa é a pulsão de morte”, pois é a única que existe para Lacan, ressalta o professor. A pulsão de morte conteria, assim, a pulsão de vida, a pulsão de autoconservação, as pulsões sexuais, as pulsões gregárias, ou seja, a síntese do conceito de pulsão da fundamentação psicanalítica. Para Dunker (2017), esse conceito que Freud buscou fundamentar a psicanálise permite-nos avançar ao presumir a força da contradição e da negatividade como originária para pensar a linguagem, o ser, o sujeito e o desejo.

A importância de acompanharmos esse desenvolvimento conceitual se deve aos seus desdobramentos em relação ao nascimento do símbolo na criança. Freud (2010) se atenta à característica impulsiva das pulsões, isto é, ao seu caráter impulsivo e passa a questionar a relação que esse caráter teria com a compulsão à repetição. Essa indagação parece ter nascido do interesse do autor pelo significado de uma ação misteriosa que presenciou em seu cotidiano familiar, da relação do neto diante da ausência materna. Voltemos à pontuação freudiana de 1920.

O neto de Freud tinha o hábito de jogar pequenos objetos que alcançava para longe de si. Ao fazer isso, ele articulava, com expressão de interesse e satisfação, um forte e prolongado *o---o---o---o*, que, segundo a mãe da criança, significava (em alemão) *fort*, “foi embora”. Freud percebeu que essa ação infantil se tratava de um jogo em que a criança usava os brinquedos para jogar “ir embora”. Isso se confirmou quando Freud presenciou essa brincadeira sendo então realizada com um carretel, cujo cordão era agora segurado pela criança. Quando o lançava para longe, a ponto de o objeto desaparecer, a criança fazia *o---o---o---o*, e quando puxava de volta, saudava alegremente com um *da*, “está aqui”. Freud assegura o leitor de que o intenso prazer se dava muito mais nesse segundo ato.

A princípio, a interpretação freudiana desse jogo se dirigiu à conquista cultural da criança ao permitir a ausência materna sem grandes protestos. Mas como essa desagradável vivência era repetida como brincadeira? A ausência encenada parecia

ter uma significação mais complexa para essa vivência ter sido repetida e, assim, transformada em jogo. A repetição da vivência em jogo parece ter promovido um trânsito de uma situação vivida numa certa passividade para outra em que a criança assumia uma posição ativa. Isso possibilitou a criança apoderar-se da situação, sem precisar tanto depender de uma recordação (da ausência da mãe), fosse ela desprazerosa ou não. Além disso, a significação desse jogo poderia também indicar um sentido desafiador, quiçá hostil, que supriria na vida sua vingança da mãe por ter desaparecido: “Sim, vá embora, não preciso de você, eu mesmo a mando embora” (FREUD, 1920/2010, p. 129).

Nesse sentido, o jogo infantil parece atestar uma operação cuja tendência vai além do princípio do prazer por tratar-se de algo mais primitivo e independente dele. Dessa forma, o que é em si desprazeroso pode encontrar meios e caminhos para tornar objeto de recordação e elaboração psíquica. Transpondo essas discussões para a experiência clínica, Freud se deu conta, a partir de observações extraídas da conduta na transferência e do destino das pessoas, que há na vida psíquica dos adultos essa compulsão à repetição, que ultrapassaria também o princípio do prazer. De todo modo, essa compulsão estaria ligada ao impulso que leva as crianças a brincar. Mas qual seria a função dessa repetição no psiquismo, e em que condições ela se evidencia? Em síntese, as manifestações que participam dessas primeiras atividades da vida psíquica infantil exibem em alto grau um caráter impulsivo. Nessa experiência de jogo, a criança repete a vivência desprazerosa porque lhe é permitido lidar com a forte impressão vivida, de maneira mais afetiva⁴² e com menor sofrimento. Assim, a cada repetição “nasce” um controle, isto é, uma autonomia para lidar com essas fortes impressões.

Lacan localiza que Freud capturou na brincadeira da criança o sentido do jogo simbólico de presença e ausência, nesse “lance” do *Fort-Da*. Com isso, Lacan reconhece como a criança não domina aí apenas a sua privação, sua falta e seu desamparo, mas também como ela a assume, experimentando-a na sustentação de seu desejo. Nessa ação, a criança “destrói” o objeto, experimenta o poder de jogar com a sua existência e inexistência, ou seja, sua aparição e desaparecimento, permitindo, por meio da linguagem, jogar simbolicamente com a ausência materna. Dito de outro

⁴² Importante lembrar como esse caráter afetivo será um diferencial quando se trata do tratamento psicanalítico com a criança autista, mais especificamente com crianças muito pequenas, do momento em que apresentam sinais indicativos de riscos.

modo, há aí o nascimento de uma fala sobre uma falta, em que a palavra se revela como a presença de uma ausência, ou seja, a palavra torna a significar a coisa ausente, presente elevando o desejo da criança a uma potência secundária (LACAN, 1953/1998a, p. 320):

[...] esse objeto, ganhando corpo imediatamente no par simbólico de dois dardejamentos elementares, anuncia no sujeito a integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, da qual a linguagem existente oferece a estrutura sincrônica e sua assimilação.

Desse modo, a criança começa a incorporar o sistema do discurso concreto a partir de sua experiência “reproduzindo mais ou menos aproximadamente, em seu *fort!* e em seu *da!* os vocábulos que dele recebe” (LACAN, 1953/1998a, p. 320). Ao mesmo tempo em que negativiza o seu desejo, colocando-a como objeto dessa encenação.

Com isso, essas primeiras brincadeiras infantis de jogar com os objetos – não só na possibilidade de suas alternativas, mas no poder de conduzi-las a ponto de se colocar nesse jogo – possibilitam o “jogar com seu corpo na ponta de língua”, com suas primeiras palavras (ou fonemas) na constituição de um desejo que se faz para e com o outro.

Nessa experiência subjetiva de jogos simbólicos, a fala faz a “morte da coisa” pela eternização de um desejo que sucederá na circularidade desse duplo jogo de reconhecimento e desconhecimento, que é o se perder em um querer que é o querer do outro. Pois, como desejo de morte, o sujeito se identifica com o outro, cristalizando-o numa metamorfose de uma imagem essencial, sede das ilusões. Dessa forma, esse sentido mortal revela na fala um centro externo à linguagem; eis a estrutura por onde a linguagem se constitui, do símbolo à sustentação da morte, do desejo inaugural ao desejo de se colocar como objeto de desejo do outro.

2.2 O LUGAR NO MUNDO SIMBÓLICO: O MUNDO DA LINGUAGEM E DA PALAVRA

O programa lacaniano de retorno aos fundamentos da psicanálise teve início, como seminário, em novembro de 1953, marcando, assim, o ensino público de

Lacan⁴³. Esse programa visava resgatar o âmago da descoberta freudiana, isto é, a descoberta do inconsciente e sua importância para a experiência analítica, em um momento marcado por desvios e equívocos na transmissão dos conceitos psicanalíticos.

Nomeado de *Os escritos técnicos de Freud* (LACAN, 1953/1993), esse seminário situa, entre outras discussões importantes, a linguagem no centro da experiência psicanalítica. Assim sendo, recolocar os conceitos psicanalíticos e os problemas pelos quais a psicanálise atravessava à luz dos estudos sobre a linguagem foi crucial para estabelecer esse momento de questionamento e investigação.

É nesse primeiro seminário que Lacan (1953/1993) coloca que a psicanálise é uma análise do discurso que visa a transformação do sujeito, sendo o analista aquele que vai promover a simbolização na experiência analítica. Se em um primeiro momento no *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* Lacan (1953/1998a)⁴⁴ falava da linguagem enquanto símbolo, nesse seminário outros termos começam a tomar corpo: a palavra, a locução, o discurso, o significante, o significado, a significação e a ordem simbólica.

É também nesse momento que Lacan promove uma discussão bastante interessante trazendo a ideia de significante a partir do *De Magistro* de Santo Agostinho (354-430 d.C.), entre outras discussões importantes para os estudos da linguagem. Lembremos (LACAN, 1953/1993, p. 282):

[...] É bastante exemplar aperceber-se de que os linguistas, se é que podemos reunir através das eras uma grande família que se chamaria com este nome, os *linguistas*, levaram 15 séculos para redescobrir, como um sol que se levanta de novo, como uma aurora nascente, ideias que já estão expostas no texto de Santo Agostinho [...]. Tudo o que eu acabo de dizer a vocês sobre o significante e o significado está lá, desenvolvido com lucidez sensacional [...].

⁴³ Esse primeiro seminário aconteceu na Rue de Lille, 5, em Paris, consultório onde Lacan praticava a psicanálise.

⁴⁴ Importante distinguirmos as diferenças entre esses textos, ambos escritos em 1953. Na obra de Lacan, os textos escritos e publicados em vida, em sua maioria relatórios oriundos de conferências, foram trabalhados e compilados para publicação em 1966 com o título *Écrits*, Escritos. Já os Seminários são resultados dos seminários públicos proferidos por Lacan (que contou muitas vezes com a participação de seus alunos) e estabelecidos a partir da transcrição dos áudios desses encontros. Ou seja, um texto escrito a partir daquilo que foi entendido do que Lacan (ou seus convidados) disse.

É também nesse seminário que Lacan fica às voltas com o imaginário e a formação do *eu*. De certa forma, o movimento que denunciava “os equívocos de uma condução da análise pautada no *eu* e em seu fortalecimento” (FARIA, 2019, p. 12) possibilitou que o autor partisse da teoria freudiana do narcisismo e do conceito de *eu*, oriundo da segunda tópica freudiana (*eu*, *supereu* e o *isso*) para pensar e elaborar a tópica do imaginário. É juntamente a essa investigação sobre o imaginário que o autor vai indagar a função simbólica, que é a função da palavra.

Nesse campo de questões concernentes ao lugar do imaginário e da função simbólica, Lacan comenta dois casos clínicos de crianças que são bastante significativos para uma investigação sobre a concepção de linguagem da psicanálise, tendo como horizonte o tratamento de crianças autistas. No primeiro, conhecido como o Caso Dick, tenta-se elaborar para discussão a experiência de tratamento de um menino de quatro anos de idade que praticamente não falava e a intervenção por parte de sua analista, Melanie Klein, que “simbolizou” aquilo que a criança, por meio dos brinquedos, não podia colocar em palavras. Já o segundo, o Caso Roberto de Rosine Lefort, traz para a discussão o relato de uma experiência na qual a criança falava apenas as palavras “o lobo!” para dar conta de tudo que acontecia ao seu redor. Nessa investigação, vamos priorizar a análise do caso do pequeno Dick de Melanie Klein e sua discussão por Lacan para buscar problematizar questões concernentes à linguagem e ao tratamento com crianças em psicanálise.

Qual a importância desses casos, isto é, dos relatos de tratamentos dessas crianças comentados por Lacan e seus alunos, diante de nossa pergunta sobre a concepção de linguagem empreendida pela psicanálise? Qual questão Lacan coloca na demonstração desses tratamentos? É possível verificar o quanto Lacan estava interessado, nesses anos de 1953-54, no que compreendia a formação do símbolo e a *análise do eu*⁴⁵, pensando nos efeitos do diálogo que há entre o psicanalista e o analisante. Mas, será que podemos dizer que há apenas dois nessa relação? Se a situação analítica é uma estrutura, há que incluir aí o fenômeno de resistência que aparece como efeito dessa relação transferencial.

A importância crescente atribuída a contratransferência (resistência) foi fundamental na escolha dos conceitos a serem retomados e estudados nesse primeiro seminário. Uma pergunta insistia nesse retorno ao pensamento de Freud: o que

⁴⁵ Grifos do autor.

fazemos quando fazemos análise? Em relação a isso, o que se encontrava entre pares, entre os analistas das sociedades francesas, eram formulações rigorosamente contraditórias. Diante disso, estudar a *inter-reação*⁴⁶ imaginária entre o psicanalista e o analisando era algo urgente a se levar em conta. “É claro que é com o eu do sujeito, com suas limitações, suas defesas, seu caráter, que temos a ver. Temos que fazê-lo avançar” (LACAN, 1954/1993, p. 77), comenta o autor. Mas, qual seria a função que o *eu* desempenha nessa operação? Dar destaque a essas perguntas era uma forma de recomeçar toda vez que os princípios da técnica fossem abordados.

Lembremos aquilo que Lacan disse no início desse seminário: não há *two-bodies psychology* sem que intervenha na situação clínica um terceiro elemento, pois “se a palavra é tomada como ela deve ser, como ponto central de perspectiva, é numa relação a três, e não numa relação a dois, que se deve formular, na sua completude, a experiência analítica” (LACAN, 1954/1993, p. 20).

Ou seja, tudo que o autor buscou questionar e resgatar a partir de seu ensino público (com a sessão de abertura no 18 de novembro de 1953) já estava sendo apontado e denunciado no Relatório de Roma (escrito meses antes e apresentado na cidade italiana, em setembro de 1953). Questões que mostravam como as elaborações recentes da obra analítica comportavam contradições manifestas, tanto em relação aos conceitos teóricos que Freud forjou no processo de sua experiência, quanto em relação a formação do psicanalista. Nesse sentido, 1953 foi um ano de rupturas que marcou a urgência de uma releitura dos ensinamentos freudianos.

2.2.1 O *eu* entre o caso clínico e a linguagem

Dando sequência a discussão de seu primeiro seminário Lacan, ao anunciar falar do caso Dick, situa primeiramente a crítica sobre a função do *eu* nas análises a partir de Anna Freud. Daremos certa atenção a isso antes de iniciarmos o estudo do caso em questão. Ao problematizar o relato de experiência de tratamento para angústia (ansiedade) abordadas pela autora no livro *O eu e os mecanismos de defesa* Lacan se atenta as suas próprias impressões: “se tem o sentimento, se passarmos sobre a linguagem às vezes desconcertante pelo seu caráter coisista, de que ela fala do *eu* no estilo de compreensão que tentamos manter aqui” (LACAN, 1954/1993, p.

⁴⁶ LACAN, 1954/1993, p. 20 (grifos nossos).

78). Além de um sentimento de que a autora fala do *homenzinho que está dentro do homem*⁴⁷.

Outro ponto destacado nessa problematização mostra como a analista de crianças incorreu em erro ao interpretar a relação analítica entre ela e sua paciente segundo o protótipo de uma relação dual. Assim, se por um lado o livro de Anna foi considerado extremamente instrutivo e rigoroso, ou seja, um legado da última elaboração de Freud sobre o *eu*, por outro apresentou falhas de demonstração quando, por exemplo, trouxe que na análise o *eu* só se manifestava por suas defesas, em oposição ao trabalho analítico.

De todo modo, a crítica de Lacan a essa maneira de conceber a relação analítica demonstrados nesse texto indica como uma interpretação dual que toma como real⁴⁸ o *eu* do analisante, apaga uma interpretação que progrediria no sentido da estruturação simbólica do sujeito, situada para além da estrutura atual de seu *eu* e referida a um terceiro: a ordem simbólica. Ou seja, uma interpretação dual que se formula numa ideia de que a análise se conduz a partir de uma posição mediana e moderada pelo *eu* (de um lado o *eu* do psicanalista e do outro o *eu* do analisante) não reconhece a situação analítica como uma estrutura de linguagem de causação do sujeito e considera a parte mais superficial da identificação. É somente pela via de uma ordem simbólica que seria possível “reconhecer que função assume o sujeito na ordem das relações simbólicas que cobre todo o campo das relações humanas, e cuja célula inicial é o complexo de Édipo, onde se decide a assunção do sexo” (LACAN, 1954/1993, p. 83).

2.2.2 Melanie Klein e o caso do pequeno Dick

Para Lacan (1954/1993), o ponto de vista de Melanie Klein está em oposição ao de Anna Freud. Enquanto essa última formula uma condução analítica mediada pelo *eu*, fazendo o uso de categorias de “*eu forte e eu fraco*”, numa direção de tratamento que estaria pautada em uma reeducação prévia, Klein aborda a questão do tratamento de uma forma totalmente diferente, a ponto de ser vista pelo autor como alguém que estaria mais próxima do eixo da descoberta freudiana.

⁴⁷ Grifos do autor.

⁴⁸ E não como uma instância psíquica.

O caso em questão, tal como o de Anna Freud, também traz o afeto da angústia como resultante da relação da criança com o Outro ou com a realidade externa. Esse afeto, nos disse Freud (1926/2014) em *Inibição, sintoma e angústia*, é um sinal de desprazer diante do “despreparo” do *eu* ao mesmo tempo que há um “preparo” para a defesa. Klein (1930/1981, p. 297), em seu texto *A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego*, coloca que “o ego ainda não completamente desenvolvido se encontra perante uma tarefa que, nessa etapa, está totalmente fora do seu alcance, ou seja, a tarefa de dominar a angústia mais intensa”. Seus estudos em Freud, Ferenczi e Jones, entre outros, juntamente a uma extensa experiência com crianças, como ela mesma costuma sempre ressaltar: “segundo minhas experiências” (KLEIN, 1930/1981, p. 296), possibilitaram à analista de crianças a conclusão de que “o simbolismo é o fundamento de toda sublimação e de todo talento, uma vez que é através da equação simbólica que as coisas, as atividades e os interesses se convertem em temas de fantasias libidinosas” (KLEIN, 1930/1981, p. 297).

Na teoria kleiniana, são esses interesses libidinosos e o afeto da angústia que vão colocar em funcionamento o mecanismo de identificação, precursora do simbolismo. A identificação surgia da tentativa da criança em reencontrar todos os objetos em seus próprios órgãos e o desejo de destruição desses últimos resultaria em angústia. Por outro lado, essa mesma angústia contribuiria na equiparação desses órgãos com outras coisas, inclusive em objetos de angústia, fazendo com que a criança esteja constantemente impelida a fazer novas equações que constituiriam a base do seu interesse em novos objetos do simbolismo. Esse simbolismo não constituiria apenas o fundamento de toda a fantasia e sublimação, mas também na constituição da relação do sujeito com o mundo exterior e com a realidade em geral. Em outras palavras, é ao corpo materno que o sadismo da criança é dirigido, sadismo esse que são fantasias constitutivas da relação primeira e básica da criança com o exterior e com a realidade (uma realidade totalmente fantasista).

A criança está rodeada de objetos que lhe causam angústia, sendo que “os excrementos, os órgãos, os objetos, as coisas animadas e inanimadas são, em princípio, equivalentes entre si” (KLEIN, 1930/1981, p. 298). Será somente pela evolução de seu *ego* que se estabelecerá, a partir dessa realidade “irreal”, uma verdadeira relação com a realidade. Tudo isso, claro, vai depender do grau de capacidade do *ego* para tolerar a pressão dessas primeiras situações afetivas

conflitivas, pois uma “quantidade suficiente de ansiedade é base necessária para a abundante formação dos símbolos e fantasias” (KLEIN, 1930/1981, p. 298).

É a partir dessa construção teórica que Klein insere seu caso clínico, cuja intervenção foi tão reconhecida por Lacan. Dick era um menino de 4 anos que estava no nível de uma criança de 15 ou 18 meses, devido à “pobreza de seu vocabulário e de seu desenvolvimento intelectual” (KLEIN, 1930/1981, p. 298). Estavam ausentes a adaptação à realidade e as relações emocionais com o ambiente. Ao mesmo tempo que se mostrava carente de afetos, era indiferente à presença ou ausência da mãe ou da babá. Raras vezes demonstrou ansiedade, e mesmo assim em grau muito reduzido. Quase não tinha interesse, não brincava e não tinha contato com seu meio ambiente. Articulava sons ininteligíveis e repetia certos ruídos. Sua fala mostrava seu escasso vocabulário, sem interesse ou desejo de se fazer entender. Para a mãe de Dick, havia uma atitude fortemente negativa que resultava em uma posição de contrariedade por parte do filho, que ao pronunciar algumas palavras ou repeti-las junto à mãe preferia alterá-las. Enquanto outras vezes as repetia de forma incessante e mecânica, cansando todos à sua volta. Klein verificava nessas formas de condutas diferenças com crianças neuróticas de sua experiência. Nessas últimas, uma contrariedade vinha normalmente acompanhada de certa compreensão e referência à coisa ou pessoa implicada. Já com Dick, tanto na sua oposição quanto na sua obediência, “não se percebiam afetos ou compreensão alguma”, e quando se machucava, “demonstrava grande insensibilidade à dor e nada sentia do desejo, tão comum em crianças pequenas, de serem consoladas e mimadas” (KLEIN, 1930/1981, p. 299).

Para a psicanalista, o comportamento apresentado por Dick no início do tratamento era muito diferente do observado em crianças neuróticas. Não manifestava nenhuma emoção ao ser retirada de sua babá, indo ao consultório na presença de Klein em total indiferença. Na sala de atendimento, corria de um lado para o outro “sem propósito” e em volta da analista como se esta fosse um móvel, sem interesse também pelos objetos que estavam ao redor. Tanto o seu rosto quanto a expressão de seus olhos mostravam-se em fixidez, ausência e desinteresse. A diferença na manifestação de qualquer angústia era intrigante, considerando o comportamento de Dick algo que carecia de sentido e de propósito, sem relação com afetos ou angústia.

Ao examinar detalhes da história de Dick, Klein percebeu o quanto a criança havia tido inicialmente uma lactância muito insatisfatória, sem desejo de mamar e

posteriormente uma recusa que transformou a alimentação em um momento extraordinariamente difícil, acompanhada de transtornos digestivos, entre outros, juntamente à atitude materna de profunda angústia. Diante disso, é possível que o prejuízo em seu desenvolvimento tenha sido ocasionado pelo estabelecimento de relações muito pobres de amor, mesmo recebendo os cuidados necessários. Com isso, a dificuldade da criança em estabelecer contato emocional dava mostras de sua ausente relação objetal.

Para Klein, a razão da inibição incomum do desenvolvimento de Dick era resultado de um fracasso das etapas primitivas, havendo em seu *ego* uma incapacidade completa, “aparentemente constitucional” (KLEIN, 1930/1981, p. 301), na tolerância da angústia e, com isso, cessado de desenvolver a sua vida de fantasia, sua relação com a realidade e a sua formação de símbolos. Diante disso, foi ficando “indiferente à maior parte dos objetos e brinquedos que via ao seu redor” (KLEIN, 1930/1981, p. 301), sem entender sua finalidade ou sentido, em partes devido à falta de relação de afeto com as coisas do seu ambiente.

A impossibilidade de o ato da criança ser caracterizado como representações simbólicas se devia à inexistência de uma relação afetiva ou simbólica com as pessoas e os objetos e, conseqüentemente, uma redução da constituição de seu mundo de fantasia. A análise de Klein teve, portanto, que começar com o estabelecimento de um contato “linguageiro e afetivo” com a criança. Tomando a cena do tratamento a partir dos aspectos “linguagem e afeto”, a psicanalista percebeu que havia um interesse por parte da criança pelos trens e estações ferroviárias. A partir disso, começou a dialogar com a criança se utilizando desses brinquedos (KLEIN, 1930/1981, p. 303):

Tomei então um trem grande, coloquei-o junto a um menor e os denominei de “trem do papai” e “trem do Dick”. Tomou então o trenzinho que eu batizara de Dick, fê-lo rodar até a janela e disse: “Estação”. Expliquei: “A estação é a mamãe; Dick está entrando na mamãe”. Largou então do trem, foi correndo até o espaço formado pelas portas interna e externa do aposento e ali se fechou. Dizendo: “Escuro”; logo a seguir, saiu correndo. Repetiu isso várias vezes. Expliquei-lhe: “Está escuro dentro da mamãe, Dick está dentro da mamãe escura”.

Essa cena provocou uma enorme inquietação na criança. Uma inquietação que originou uma relação exploratória tanto espacial quanto com os brinquedos permitindo

que a criança pudesse se endereçar a Klein com indagações verbais. Foi nessa cena que Dick foi tomado por uma angústia a ponto de chamar pela analista pela primeira vez; e essa mesma angústia o fez chamar pela babá. Atitude que prova ter sentido a sua falta demonstrada no prazer do acolhimento no seu reencontro. Nesse sentido, a dependência ao outro surgia com “palavras tranquilizadoras” (KLEIN, 1930/1981, p. 304).

De todo modo, as dificuldades referidas pela psicanalista não estavam relacionadas à incapacidade da criança de se expressar verbalmente. Não havia uma incapacidade para falar. Havia uma dificuldade da criança em ocupar um lugar nessa relação e responder à demanda do outro. Foi pela técnica de jogos que esse lugar se abriu e pôde ser ocupado. A relação com os objetos, os brinquedos permitem acompanharmos isso mais livremente. Permitem acompanharmos as representações simbólicas que as crianças são capazes de realizar. Foi a partir dessas relações que Klein teve acesso ao inconsciente de Dick. E a partir disso, a angústia da criança foi atenuada, e gradualmente foram aparecendo novas atividades de jogos, novas associações verbais e novas formas de representações junto ao desenvolvimento do ego, o que possibilitou o trabalho analítico (KLEIN, 1930/1981, p. 306):

Na análise de Dick, consegui chegar até o seu inconsciente através dos rudimentos da vida de fantasia e de formações simbólicas que apresentava. O resultado obtido foi uma diminuição da sua ansiedade latente, de modo que certa quantidade de ansiedade pôde manifestar-se. Mas isto implicava que a elaboração da referida angústia começava por meio do estabelecimento de uma relação simbólica com as coisas e os objetos e, ao mesmo tempo, punham-se em movimento os seus impulsos epistemofílicos e agressivos.

Todo esse “campo linguageiro de afetos” foi tendo como efeito novos interesses dirigidos a novos objetos, ou seja, nascia uma curiosidade que se constituía a partir do estabelecimento de novas relações afetivas. As coisas ao seu redor começavam a ser examinadas com grande vivacidade a partir de perguntas que indagavam suas respectivas funcionalidades. O crescimento de seu interesse pelas coisas aumentava proporcionalmente o seu vocabulário. As palavras que antes ouvira sem qualquer interesse eram agora utilizadas e aplicadas corretamente de acordo com o contexto. O mesmo pôde ser observado com as pessoas, em que uma transferência se mostrava cada vez mais intensa e afetuosa. Nascia agora o desejo de ser

compreendido. Essa atitude de Dick foi interpretada pela autora como um indício de que a criança começava a estabelecer uma relação com a realidade.

No que se refere a essa direção de tratamento no caso de Dick, Klein sublinhou que modificou sua técnica habitual diante da pobreza inicial da expressão por meio de representações apresentadas pela criança. Assim, sua abordagem interpretativa foi a direção escolhida diante de sua larga experiência com crianças pequenas. Desse modo, a analista pôde ter acesso ao inconsciente da criança, mobilizando a ansiedade e outros afetos e, então, abrir caminho para o desenvolvimento de seu *ego*.

2.2.3 A entrada de Lacan

Lacan não deixa de reconhecer que muita coisa se produziu no tratamento do pequeno Dick após a intervenção linguageira e afetiva de Melanie Klein. Ou seja, a criança passa de uma situação de falta de contato afetivo com as pessoas e as coisas e de um estado de profunda indiferença a uma posição desejante perante o outro: de se fazer compreender, de se endereçar ao outro com palavras, de se interessar cada vez mais pelo mundo das palavras, dos nomes e das coisas, estabelecendo uma relação de empatia com o Outro.

Essa falta de contato experimentada pela criança no início do tratamento mostra que algo se passava na constituição de seu *ego*. “Seu *ego* não está formado” (LACAN, 1954/1993, p. 84), e isso vai aparecer no modo como a criança lida com a realidade. Dick apresenta uma dificuldade para simbolizar a realidade, pois ele está “inteirinho na realidade, no estado puro, inconstituído [...] no indiferenciado” (LACAN, 1954/1993, p. 84). E como o mundo humano se constitui no interesse pelos objetos enquanto distintos ou equivalentes, ou seja, como o mundo humano é um mundo infinito quanto a esses objetos, podemos dizer que o pequeno Dick se encontrava num mundo “não humano”.

A dificuldade para simbolizar a realidade indica que algo de uma relação primitiva e afetiva da criança não se organiza enquanto um registro da realidade humana, isto é, no nível da identificação. O afeto da angústia seria o sinal resultante da perda diante da reivindicação do sujeito ao Outro nesse processo de identificação. Justamente o que não se produz no pequeno Dick. Ele não chega à “primeira espécie de identificação” (LACAN, 1954/1993, p. 85), que seria um esboço de simbolismo, pois vive na “pura realidade”. Ou seja, para ele é preciso ainda organizar simbolicamente

o que é “o eu e o outro”, além dos objetos e os lugares que ainda não são coisas nomeáveis nem nomeadas.

A cena de brincar com os trens mostra como Klein conseguiu ir além do seu próprio conhecimento ousando falar com um “ser” que aparentemente não respondia e que participava na cena como se a presença do outro não existisse. Mesmo assim ela fala com ele, nesse campo de linguagem em que a fala tem uma função. “Ela dá literalmente nomes ao que, sem dúvida, participa do símbolo porque pode ser imediatamente nomeado, mas que, para esse sujeito, só era, até então, realidade pura e simples” (LACAN, 1954/1993, p. 85).

Essa nomeação possibilitou que a criança atribuisse aos objetos de sua identificação primitiva uma série de equivalências imaginárias que permitiram multiplicar seu mundo. Nisso que se realiza, a criança esboça identificações, as retira, as modifica e se coloca, com o seu corpo e com palavras, em uma experiência vivida que está em vias de ser simbolizada. É o jogo do “*fort-da*” de Dick. Uma “animação” em que o afeto de angústia interrompe a identificação primitiva permitindo que nessas “idas e vindas” um contorno seja dado a “esse real infinitamente mais complexo que é o real humano” (LACAN, 1954/1993, p. 85).

É importante lembrar que, no início do tratamento, a realidade estava bem fixada, ao ponto de Dick ficar impossibilitado de realizar o trânsito dessas idas e vindas, mas isso não significa que a criança estava numa realidade “desumanizada”. Essa realidade já estava simbolizada porque lhe era possível dar um sentido, mesmo que ainda num movimento de uma simbolização antecipada diante de uma identificação primária, reconhecível de certo modo pela criança. É a partir desse reconhecimento “primeiro”, que contava inicialmente com um número muito limitado de objetos, que uma identificação e um laço com o Outro pôde se constituir, e, assim, novos objetos puderam ser nomeados e adquirir significação.

O relato da experiência kleiniana a respeito do caso do pequeno Dick é muito significativo para Lacan. Ele mostra de uma maneira muito interessante a importância do jogo recíproco dos três grandes termos: o imaginário, o simbólico e o real. Para Lacan (1954/1993, p. 89), “sem esses três sistemas de referências, não é possível compreender a técnica e a experiência freudianas. Além disso, a existência desses registros formalizados pela teoria psicanalítica lacaniana permite entendermos algumas das dificuldades que se impõem no nível da prática, a partir dos estudos desses conceitos, pois essas dificuldades podem interferir na direção de tratamento.

Um exemplo trazido pelo autor diz que interpretar e imaginar que se compreende um caso não é de modo algum a mesma coisa. Nesse aspecto, a recomendação dada pelo autor a esse respeito é ficar atento ao perigo de buscar a compreensão pela via do imaginário. Sobre isso, Lacan afirma: “é na base de uma certa recusa de compreensão que empurramos a porta da compreensão analítica” (LACAN, 1954/1993, p. 90).

Chama a atenção nesse caso aquilo que aparece como contraditório na função do ego. “Muito desenvolvido, ele bloqueia todo o desenvolvimento, mas ao se desenvolver, reabre a porta em direção à realidade” (LACAN, 1954/1993, p. 90). Diante disso, como essa abertura à realidade se dá? Seria uma abertura ao outro na linguagem? Temos que a interpretação kleiniana operou nesse sentido de abertura, apesar de surgir como intrusivo para a criança.

Mas e esse caráter intrusivo, como ele se justifica? Se justifica pelo encontro do corpo vivo com a linguagem. Pelo encontro da fala do outro na criança. Pela demanda que incide e deixa suas marcas. Pois a criança é afetada pela intrusão da linguagem, pela intrusão de lalíngua, pela intrusão do outro.

Retomando a premissa lacaniana de que não é possível compreender a técnica e a experiência freudianas sem os três sistemas de referências – o simbólico, o imaginário e o real –, a discussão do caso clínico em questão permite que, ao identificarmos o simbólico com a linguagem, identificamos também que é por intermédio da fala de Klein que as coisas se passam, isto é, se modificam para a criança. É impossível não constatar mudanças no seu campo de relações. Por outro lado, percebemos que estamos no domínio do imaginário quando a psicanalista insiste em destacar o quanto (LACAN, 1954/1993, p. 90):

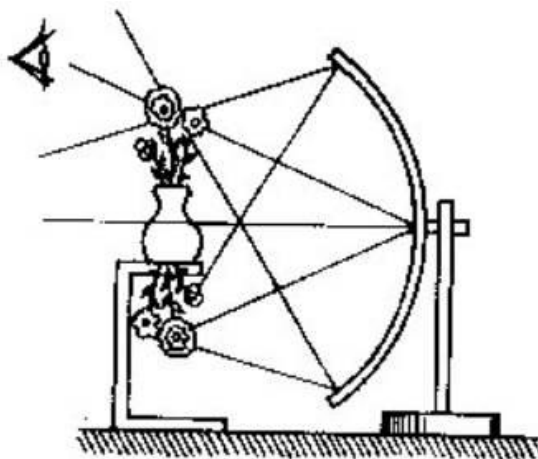
os objetos são construídos por esses jogos de projeções, introjeções, expulsões, de reintrojeções de maus objetos, e que o sujeito, tendo projetado o seu sadismo, o vê voltar desses objetos, e por esse fato, se encontra bloqueado por um temor ansioso.

Ou seja, é a partir da constituição desses dois registros (simbólico e imaginário) que se dá a constituição do real pela criança.

Lembremos que Lacan (1954/1993) se utiliza do modelo da física ótica – o experimento do buquê invertido de Bouasse (Figura 1) – para elaborar a sua “teoria

do espelho”⁴⁹. Nessa teoria, o autor busca organizar as questões sobre o estágio do espelho e a sua relação com a formação da função do eu na criança. A ideia, com esse esquema, é poder ilustrar de uma forma mais simples o que resultava da intrincação estreita do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica.

Figura 1 – Experimento do buquê invertido



Fonte: Lacan (1954/1993, p. 94)

Os detalhes contingentes desse esquema, tal como o vaso e as flores, servem de metáfora para pensarmos o caso clínico em questão. Como o domínio do eu primitivo, *Ur-Ich* ou *Lust-Ich*, se constitui por uma divisão que possibilita a distinção do mundo exterior, ou seja, “o que está incluído dentro distingue-se do que é rejeitado pelos processos de exclusão, *Ausstossung*, e de projeção” (LACAN, 1954/1993, p. 96), o “vaso com flores” funciona como analogia para pensarmos algo em torno da concepção de continente e conteúdo, ou seja, do corpo da criança e seus instintos, desejos e objetos. Além desses, não podemos deixar de situar a importância do “Olho” nesse esquema. Ele precisa estar “bem-posicionado” para que a ilusão se forme e se possa figurar a função simbólica do sujeito. A seguir, uma imagem do esquema de Bouasse feita na realidade (Figura 2):

⁴⁹ A “Teoria do espelho”, ou seja, a elaboração lacaniana sobre estágio do espelho como formador da função do eu e o esquema ótico foram trabalhados a partir de uma leitura de Guy Le Gaufey sobre o texto lacaniano na minha dissertação de mestrado intitulada “Contribuições da psicanálise para se pensar o traço de surdez como um sinal aparente em crianças autistas” (p. 65-70), defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP no ano de 2016 e encontra-se disponível para consulta em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000972803>.

Figura 2 – Experimento do buquê invertido



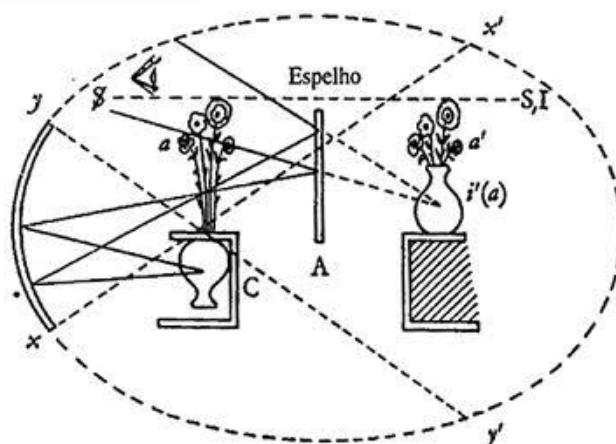
Fonte: Acervo pessoal

Para explicar a função simbólica, Lacan (1954/1993) propõe algumas modificações no esquema óptico apresentado anteriormente, a fim de permitir seu funcionamento como modelo teórico e, assim, a elaboração de sua teoria do espelho. Com isso, o autor buscará destacar a condição fundante do lugar do Outro (pelo olhar) e da posição do sujeito, sublinhando a importância do universo simbólico no acesso à imagem especular a partir do esquema a seguir (Figura 3):

- 1) O vaso encontra-se no interior da caixa, e sua imagem real⁵⁰ vem circundar com o seu gargalo o buquê de flores, já montado acima dele. A ilusão passa a ser do vaso invertido, não mais como antes, do buquê invertido;
- 2) O observador (a posição do olho) desloca-se nesse esquema, situando-se agora na borda do espelho esférico, e busca realizar sua ilusão da imagem virtual que um espelho plano (introduzido e situado em A) pode dar da imagem real pelas leis da ótica;
- 3) Bastará que o sujeito \$ veja essa imagem no espelho A ao situar-se no interior do cone, que delimita a possibilidade da ilusão (campo $x'y'$ da figura 3).

⁵⁰ Lembramos que a imagem real é a imagem que se forma fora do espelho esférico, e a imagem virtual é aquela que se forma dentro do espelho plano.

Figura 3 – Mostra as modificações realizadas por Lacan



Fonte: Lacan (1954/1993, p. 163)

Esse modelo indica, pelo vaso oculto na caixa, o pouco acesso que o sujeito tem à realidade desse corpo, perdida por ele em seu interior, ou seja, o corpo despedaçado. Pelo funcionamento desse esquema, temos a concepção de que o estágio do espelho de Lacan instaura, como princípio, a formação do *eu* acrescido do olhar estruturante do Outro primordial como nominação simbólica. Essa dinâmica permite enunciar como função o momento em que o *infans* possa se ver ele próprio – ao introduzir um espelho plano, que situará o lugar do Outro⁵¹ (A) – e se reconhecer jubilarmente numa imagem. Ou seja, o papel do simbólico da menção de um ato de reconhecimento, momento em que a criança se vira para o adulto que a carrega, que a segura, e demanda (apela) por esse olhar confirmar (reconhecer) isso que ela percebe no espelho, como uma assunção de uma imagem de domínio não adquirido. Esse gesto da criança autentica um tempo particular de reconhecimento pelo Outro da imagem especular, de sua assunção jubilatória.

Dito de outra maneira, o processo de maturação fisiológica permite à criança, num determinado momento de seu desenvolvimento, integrar suas funções motoras e ter um domínio real de seu corpo. Mas, antes mesmo de isso acontecer, esse domínio se constitui “psicologicamente”, possibilitando à criança tomar consciência de seu corpo numa totalidade. Lacan (1954/1993, p. 96) abordou isso nessa teoria do estágio do espelho, insistindo que “só a vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário de seu corpo, prematuro em relação ao domínio real”.

⁵¹ Segundo Soler, trata-se aqui em (A) do outro que fala, que olha, que autentica a imagem. É um lugar, são significantes, mas não podemos dizer que se trata apenas de linguagem (SOLER, 2012).

Essa visão de si mesmo numa totalidade é a experiência primeira que o filhote humano “se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo” (LACAN, 1954/1993, p. 96). Trata-se de uma experiência cuja dimensão é essencial, pois é ela que vai estruturar toda uma vida de fantasia. Podemos pensar que na origem estavam todos os objetos, instintos e desejos, uma pura realidade que não delimitava em nada e que não pode ser ainda um objeto de nenhuma definição, até que “a imagem do corpo dá ao sujeito a primeira forma que lhe permite situar o que é e o que não é do eu” (LACAN, 1954/1993, p. 96).

Portanto, temos no primeiro esquema (Figura 1 – de Bouasse), por analogia, que a imagem do corpo da criança seria a imagem do vaso que contém o buquê de flores. Ou seja, uma imagem que possibilita psiquicamente o *eu* de se constituir. No entanto, essa miragem/imagem só é autenticada para a criança se ela buscar no olhar de um outro que a olha, pode ser a mãe/agente maternante (mas também podia ser a analista, pensando na criança do caso) para que essa ateste/confirme que isso que está sendo visto é ela mesma: “sim, é você!”, como temos no segundo esquema (Figura 3 – de Lacan). Aqui, o que importa é a função simbólica que esse “olho/olhar” junto à “fala/palavra” endereçada possibilite à criança construir imaginariamente essa imagem de si mesma: o *eu*, *moi*.

Em outras palavras, a ilusão se constitui diante desse olho que olha um mundo imaginário que inclui o real e, ao mesmo tempo, busca formá-lo. Ela também se constitui quando esse olho olha o real ao mesmo tempo que inclui a possibilidade de situar o imaginário. Dessa forma, para que essa relação do imaginário e do real na constituição do mundo simbólico se realize, é preciso “a presença” efetiva/afetiva desse olhar em sua função simbólica para o sujeito.

Por outro lado, se é essa função simbólica que vai permitir situar o sujeito em seu lugar no mundo simbólico, no mundo da palavra, como podemos entender o que aconteceu no caso do pequeno Dick?

2.2.4 A análise lacaniana do caso Dick

Lacan (1954/1993) toma para análise o texto kleiniano como um relato de uma experiência. Interessante pensar que o autor se refere ao nível geral do desenvolvimento da criança como um desenvolvimento afetivo, nisso que se trata de problemas que se apresentam na fala e na linguagem. Dick tem um desenvolvimento

afetivo de 15 a 18 meses, ou seja, um desenvolvimento de uma criança que estaria com uma idade emocional entre 1 ano e 3 meses e 1 ano e 6 meses. Um ponto importante a ser considerado indica que uma relação afetiva seria fundamental para a constituição da linguagem na criança; outro seria questionar essa definição de medida diante de sua falta de precisão, no sentido que parece ignorar o lugar que a criança ocupa nessa relação. Dick é uma criança que tem um vocabulário muito limitado e incorreto, que deforma as palavras e as emprega mal, na maior parte de suas relações, mas que em outros momentos conhece verdadeiramente o seu sentido.

Como entender essa interpretação de que Dick teria um vocabulário incorreto? Incorreto em relação a quê? Não seria em relação a quem? O relato de Klein mostra que Dick era impelido pela mãe a repetir certas palavras e que nessa circunstância a criança tinha o costume de alterá-las completamente. Não se trata então de um vocabulário incorreto, mas de uma tentativa da criança de se movimentar na linguagem junto ao outro, numa brincadeira que a possibilitaria ocupar uma posição de fala: ora pronunciava as palavras perfeitamente, ora as alterava. A repetição de palavras dessa criança mostra uma tentativa de se inscrever na relação com o outro, de se afetar com o outro, de produzir algo com o outro. Ou seja, um jogar com palavras que mostra uma insistência da criança em se afetar e se inscrever nessa relação com o campo do Outro, com o campo de linguagem.

Melanie Klein insiste no fato de que quando a criança chegou para o tratamento ela não tinha o desejo de se fazer compreender, de buscar se comunicar, sendo que suas únicas atividades lúdicas seriam emitir sons, tendo prazer na emissão de sons sem significação, como certos ruídos e barulhos. Assim, se a criança dispunha desses elementos do aparelho simbólico, isso já não seria alguma coisa da estrutura da linguagem? O que temos pelo relato dessa experiência é que a criança, de certa forma, compreendeu os endereçamentos da analista durante o tratamento. Não estaria justamente aí a grande importância da presença de Klein? Mesmo estando à frente de uma criança que não respondia aos chamados, a analista não deixou de ocupar uma posição, um lugar de fala, de demanda, uma função primordial nesse campo de linguagem. Ocupar esse lugar de endereçamento permitiu à criança também ocupar um lugar de apelos. Dick começa a ocupar um lugar de fala começando a fazer apelos.

Lembremos que em um primeiro contato Klein caracteriza a atitude da criança como apatia e indiferença. Lacan (1954/1993, p. 98) dá destaque a isso dizendo que a criança “olha Melanie Klein como olharia um móvel”, mas isso não impede que a analista tenha uma posição de endereçamento junto a ela, uma posição de desejo, mesmo que inicialmente tenha diferenciado Dick das crianças neuróticas de sua experiência, por não apresentar nenhuma ansiedade, nenhuma “explosão ou recuo, rigidez e timidez” (LACAN, 1954/1993, p. 98).

Lacan sublinha esses aspectos emocionais e relacionais para colocar em relevo o caráter uniforme que a realidade tem para a criança: “tudo lhe é igualmente real, igualmente indiferente” (LACAN, 1954/1993, p. 98).

Tomemos o que Klein diz inicialmente, de que o mundo da criança se produz a partir de um conteúdo e de um continente, isto é, do corpo da mãe e de seu interior. É nessas relações instintivas com ele e seus objetos que a criança procede numa série de relações de incorporações imaginárias. Ela pode morder, expulsar, reintrojetar e absorver o corpo de sua mãe. Nesse mesmo corpo, a criança encontra objetos que possuem uma certa unidade sendo, assim, caracterizados como perigosos por ela. Esse perigo em espelho mostra que eles se revestem das mesmas capacidades de destruição que ela mesma se sente portadora. Isso acentuará a exterioridade desses objetos e as primeiras limitações de seu eu num processo que os rejeitará como maus. Sendo assim, serão isolados desse continente universal, desse primeiro todo “que é a imagem fantasiada do corpo da mãe, império total da primeira realidade infantil” (LACAN, 1954/1993, p. 99).

Se, por um lado, essa relação caracterizada como maléfica ou perigosa será a marca das primeiras relações objetais de uma criança junto ao corpo de sua mãe, por outro, é essa relação que vai permitir o interesse por outros objetos menos perigosos, outros objetos do mundo exterior. Para Lacan (1954/1993), esses novos objetos serão colocados como equivalentes dos primeiros e estarão ligados entre si através de uma equação simbólica e imaginária. Tal como foi possível constatar na sua elaboração a partir do esquema de Bouasse, de inclusões imaginárias de objetos reais e/ou pela tomada de objetos imaginários dentro de um campo real.

Diante disso, o que há em Dick é um esboço de imaginarização do mundo exterior prestes a aflorar, a emergir, a se constituir. Se, por um lado, os objetos a ele significativos estão reduzidos aos signos mínimos que permitem exprimir o dentro e fora, o conteúdo e o continente, ou seja, certa incorporação do sentido pela criança

de “trem do papai” e “trem do Dick” (KLEIN, 1930/1981, p. 303), por outro, ainda é possível perceber que não se produz um jogo livre entre as diferentes formas, imaginária e real, dos objetos.

Lacan lembra que não há em Melanie Klein as teorias do imaginário e do *eu*. Essas noções foram aí introduzidas para que seja lido e, assim, destacado do relato da experiência da analista, o que de fato aparecia como indistinto pela criança e sem distinção no nível da teoria. Em outras palavras, Lacan introduziu uma leitura que permitiu compreender que uma parte da realidade é imaginária e a outra parte é real, ou seja, uma relação em espelho do que uma criança é capaz de empreender consigo mesma, diante de sua imagem e com o outro. Isso nos permite entender que Dick tinha uma relação excessivamente real com a realidade porque o imaginário não pôde se introduzir diante da precariedade de seu *eu*, por outro lado, seu *eu* não pôde ser utilizado de forma válida como um aparelho de estruturação do mundo externo.

O caso mostra que apesar de Dick dispor de certos números de registros significativos, ainda se constata que o domínio de seu imaginário é precário. A possibilidade de jogar com as transposições imaginárias valorizando progressivamente os objetos se realiza, segundo Lacan, num plano afetivo. É, então, nesse plano que se multiplica o desdobramento de equações imaginárias que permitem ao humano dispor de um número quase infinito de objetos. Assim, essa pobreza do imaginário de Dick é correlativa da sua dificuldade em entrar numa relação afetiva com as coisas, as pessoas e as situações enquanto estrutura. Mas como se organiza essa relação de Dick com o mundo?

Dick é uma criança que não faz nenhum apelo, mas isso não impede que ele já tenha esteja numa estrutura de linguagem, mesmo que ainda de um modo muito particular e de uma forma muito incipiente. Mas o que isso significa? Como vimos, a criança é capaz de estar num campo que é o da linguagem, pois ela escuta o outro, repete palavras, as diz de uma forma alterada. Recusa dizer. Silencia. Emite sons ou ruídos quando quer. É incipiente pois ainda não ocupa nessa relação uma função de dependência, de apelo junto ao outro. Mas isso não significa que não esteja incorporada pelas relações desse campo de linguagem. O exemplo disso é quando a criança joga com essa estrutura se colocando diante da demanda do outro de maneira negativista, numa contrariedade. É o que podemos constatar quando sua mãe lhe pede que repita, por exemplo, um nome, e Dick o reproduz de maneira ininteligível e deformada.

Destacar essa falta de apelo por Dick é muito significativo para a análise de seu tratamento, pois possibilita entender a linguagem e sua relação com a especificidade do apelo humano. Para Lacan (1954/1993), o apelo é uma forma superior de linguagem. Até mesmo em animais domésticos (desprovidos de fala, mas não de linguagem) não é difícil observar a capacidade que eles têm de endereçar apelos para atrair a atenção de alguém para algo que eles querem. Mas, no caso do apelo humano, há algo que se constitui posteriormente e se efetiva de forma mais aprimorada e que só se produz quando já se adquiriu o nível da linguagem em sua função de fala. Ou seja, quando uma criança entra numa relação de responder às demandas e se colocar numa posição demandante e desejante.

Partindo dessa ideia de que o apelo humano toma o seu valor no interior de uma estrutura já adquirida da linguagem, percebemos que algo de uma precariedade se passava com o pequeno Dick antes de seu tratamento. Sua reação de negatividade diante dos dizeres da mãe mostra que ele estava no nível do apelo, mas, por outro lado, era uma criança que não endereçava nenhum apelo. Ou seja, a estrutura pela qual ele vinha se situar na linguagem ainda era incipiente, pois ele não se situava com o outro ocupando uma posição de fala. Dick não fazia demanda. Não pedia. Não falava efetivamente. Ao que parece, depois do tratamento, Dick começou a fazer apelos, mas ainda de forma mais reativa do que afetiva. Quanto a essa posição, Lacan (1954/1993, p. 102) afirma: “Não são a mesma coisa, a linguagem e a fala – essa criança é, até certo nível, mestre da linguagem, mas ela não fala. É um sujeito que está aí e que, literalmente, não responde”. Em outras palavras, a criança está presente literalmente nas relações, ela está na linguagem, mas ela não fala. Dick não fala no sentido de ocupar um lugar de responder efetiva e afetivamente a elas.

Nesse estado, Dick não endereça suas palavras num apelo, ele apenas as emite. A linguagem não envolveu o seu sistema imaginário, pois para ele o real e o imaginário são ainda equivalentes. Seu registro imaginário para com as pessoas ou brinquedos e coisas é excessivamente curto. Não brinca com eles, não os explora. Mas algo se transforma quando Klein localiza nos trens de brinquedos de tamanhos diferentes aquilo que lhe era familiar, entre ele e o pai, o que permitiu a criança articular seu mundo, entrar na brincadeira, nessa animação, e dizer, por associação, a palavra “estação”, que foi rapidamente significada pela analista como “a estação é a mamãe [...]”, passando a incluir também a mãe na série: papai – Dick – mamãe. Esse momento é marcado por uma inquietação, e, ao se refugiar num espaço vazio

do consultório de Klein, acaba dizendo a palavra “escuro”⁵². O efeito dessa resposta de Klein e da fala significada de Dick foi tão angustiante a ponto da criança se endereçar à analista perguntando pela sua babá. Ou seja, esse afeto de angústia foi responsável por produzir um ato de fala mais elaborado por parte da criança, isto é, uma pergunta, cujo endereçamento se constituiu no apelo afetivo pela analista e pela babá.

A significação da fala de Klein produziu efeitos de fala em Dick e, então, uma junção da linguagem com o imaginário da criança. Efeitos que do ponto de vista do tratamento indicam uma melhora do estado geral da criança, no sentido que permitiu a ela simbolizar a realidade ao seu redor a partir desse núcleo “edipiano”. De todo modo, essa analista de crianças não fez mais que introduzir a verbalização, simbolizando uma relação efetiva e afetiva do menino na sua relação com o outro. Uma simbolização muito significativa do mito edipiano que abriu, assim, as “portas do seu inconsciente” (LACAN, 1954/1993, p. 103).

A verbalização dessa analista produziu efeitos afetivos que resultaram numa “posição inicial” (LACAN, 1954/1993, p. 103) de fala e mudanças nas relações experienciadas pela criança. Como ela mesma admitiu, o tratamento trouxe um progresso das primeiras simbolizações da situação edipiana no acesso ao inconsciente: “na análise de Dick, consegui chegar até o seu inconsciente através dos rudimentos da vida de fantasia e de formações simbólicas que apresentava” (KLEIN, 1930/1981, p. 306). Para Lacan, essa observação coloca em relevo aquilo que ele sempre destacou, de que “o inconsciente é o discurso do outro” (LACAN, 1954/1993, p. 103), ou seja, não há nenhuma espécie de inconsciente no sujeito, ele se constitui por meio do que o discurso do outro introduz.

Sendo assim, qual a relação desse domínio do imaginário conquistado pela criança com a formação de seu *eu*? A formação do *eu* ocorre na medida em que o sujeito se integra e se coloca numa função de fala, num ato de fala, a partir do exercício de uma “palavra verdadeira” (LACAN, 1954/1993, p. 104), ou seja, uma palavra (tal como a fala do outro) que ocupe o lugar de significar uma situação simbólica, como a edípica. Essa específica situação simbólica permite à criança confrontar uma série de relações entre sujeitos e objetos, numa série de equivalências

⁵² O “escuro” talvez seja a palavra mais familiar encontrada pelas crianças para a manifestação da angústia, que, de certa forma, é o índice do desejo de se sustentar na vida, daquilo que a “ausência materna” pode indicar da “função paterna”.

e substituições, na possibilidade de aceder a conteúdos cada vez mais ricos e elaborados e até mesmo idealizados. Dito de outra maneira, o imaginário e o real se estruturam e se desenvolvem a partir de investimentos simbólicos sucessivos, delimitando uma variedade de objetos humanos ou não, nomeáveis.

Mas isso só ocorre como efeito de uma palavra significativa (do outro) que permite articular e estruturar o mundo exterior, no mundo da linguagem, no mundo da palavra e no mundo da fantasia. Para Lacan (1954/1993, p. 105), “todo esse processo parte desse primeiro afresco que constitui uma palavra significativa, formulando uma estrutura fundamental que, na lei da palavra, humaniza o homem. Em síntese, uma palavra que resulta num apelo que vem marcar e demarcar a existência de uma relação de dependência. Essa dependência seria o destino?

No tratamento de Dick, vimos inicialmente quando seu *ego* se encontrava num estado primitivo de formação, numa realidade reduzida que o impossibilitava estruturar e articular seu mundo exterior e seu mundo afetivo. “Tudo lhe era real, igualmente indiferente” (LACAN, 1954/1993, p. 98). Sua relação estava excessivamente constituída na realidade, diante do estreito domínio de seu imaginário, da formação de seu *ego*, que não pôde se introduzir, se constituir, aflorar. Para Dick, o real e o imaginário eram equivalentes devido à não constituição de seu *ego*. Foi somente pela possibilidade de jogo da transposição imaginária, ou seja, de um jogo livre de endereçamentos e afetos, numa valorização progressiva de novos objetos, significações e mesmo de pessoas, que a criança teve a possibilidade de ocupar um lugar simbólico junto à demanda e do apelo do outro.

Portanto, fica explicitada toda a importância da formação do *ego* na constituição dos símbolos, de objetos reais ou imaginários para a estruturação do mundo simbólico, o que permitirá ao *infans* realizar os deslocamentos necessários ao mundo da palavra, passando, desse modo, da natureza à cultura.

3 LALÍNGUA NA PSICANÁLISE

“Quando as pessoas riram, estava escuro.”

(Secco⁵³, 2021).

Uma pontuação relacionada ao uso do termo *lalangue* se faz necessária no início desse percurso em que pretendemos estudar a concepção de linguagem na psicanálise para melhor realizar uma discussão sobre o diagnóstico e tratamento do(s) autismo(s). Escolhemos utilizar nessa escrita a tradução para o português “lalíngua”⁵⁴. Mesmo que em outros momentos optemos pelo original, *lalangue*. Essa escolha se justifica pelo interesse existente em mostrar a possibilidade que há, na língua, de jogar com as palavras e suas formas⁵⁵ possíveis, principalmente com a forma da tradução de uma língua outra. Da possibilidade do jogo sonoro que permite ressoar pelas diferentes pronúncias, além de mostrar como um neologismo, ou seja, como esse fenômeno linguístico de criação de uma palavra nova indica de novo, diante das mudanças que realiza nos sentidos, na gramática, na sintaxe etc.

Se partíssemos de uma tradução literal, *lalangue* seria alíngua, pois o artigo definido “la”, em francês, pediria o uso do artigo “a”, em português, perdendo o efeito sonoro em sua pronúncia⁵⁶, justamente o que desejamos mostrar com lalíngua: o movimento que há na repetição silábica desse “la-la”, “la-li”, ou seja, essa aliteração do “L” que se assemelha à “lalação”⁵⁷. Algo fundamental na formação dialógica do agente maternante com o bebê.

O momento da lalação é de extrema importância na constituição do *infans*, pois é onde se dão as brincadeiras afetivas com a voz e com a entonação da fala do outro. Além de permitir ao agente maternante fazer o trabalho interpretativo, isto é, de “tradução”, para atribuir às vocalizações do bebê certa significação. Consideramos, entretanto, que lalíngua participa dessa fala materna que produz efeito de melodia e que se constitui com os primeiros movimentos sonoros do bebê num “banho de

⁵³ Alice, a menina que fala palavras difíceis.

⁵⁴ A palavra lalíngua é resultado da tradução realizada por Haroldo de Campos do termo *lalangue* e foi escolhida por Paulo Sérgio de Souza Jr. no livro *O amor da língua* (MILNER, 1978/2012).

⁵⁵ Formas no sentido de elementos formais da língua, tais como fonemas, morfemas e sintagmas.

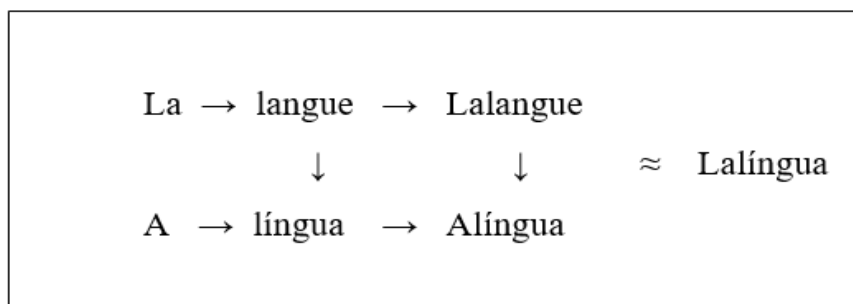
⁵⁶ Por outro lado, se perde o jogo homofônico a língua e alíngua.

⁵⁷ Movimento vocal pelo qual podemos designar os primeiros balbucios da fala.

linguagem”. Fala enquanto ato que contém, simultaneamente, “musicalidade e afeto”⁵⁸.

Podemos ver por meio do esboço a seguir (Figura 4) os movimentos possíveis e a escolha que justifica a tradução lalíngua.

Figura 4 – Esquema do neologismo



Fonte: Lalíngua⁵⁹

3.1 LALÍNGUA: A LÍNGUA DO INCONSCIENTE?⁶⁰

Lacan (1971/2001) abre o seminário *O saber do psicanalista* propondo falar sobre o saber daquele que se trata na experiência analítica. Ao abordar essa questão, propõe uma discussão que vai insistir na diferença que há entre o saber e a verdade, pois para a psicanálise a verdade que está em jogo é a do “não saber”, ou seja, de um saber insabido: o inconsciente. Vale notar que o discurso psicanalítico se sustentaria nessa fronteira sensível que há entre o saber e a verdade.

É nessa primeira aula, do dia 4 de novembro de 1971, na retomada de uma importante elaboração realizada anos antes sobre o inconsciente ser estruturado como uma linguagem que “um lapso de Lacan tem como efeito um outro lapso” (LE MOS *apud* TÉXIER *et al.*, 2015, p. 39), e, com isso, o neologismo *lalanguage* é criado: ao querer dizer *vocabulário de psicanálise*, de **L**aplanche, diz *vocabulário de*

⁵⁸ Nessa pesquisa, instituímos a fala do outro enquanto “musicalidade de afetos” no tratamento do(s) autismo(s). Essa escolha e decisão se deve ao fato de a criança autista pequena demonstrar certo estranhamento à voz do outro. O que parece ir ao encontro ou ao menos cumprir uma função de “abafamento do timbre” (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021) ao encontrar uma voz possível para falar. Vamos trazer essas questões no capítulo 4, sobre a voz e sobre a linguagem e fala no tratamento do(s) autismo(s).

⁵⁹ O esquema é criação nossa.

⁶⁰ Interessante o modo como Ana Vicentini joga com os conceitos e dizeres psicanalíticos. Ao considerar o dizer de Lacan de que o inconsciente seria “a coisa freudiana”, pensa em lalíngua como “a coisa lacaniana” e, a partir disso, propõe situar lalíngua como um “mais além do inconsciente estruturado como linguagem” (AZEVEDO, 2014 *apud* TÉXIER *et al.*, 2015 p. 24).

filosofia (lapso), de **Lalande**, ... *lalangue* (lapso). Ao reconhecer a importância de seus lapsos, Lacan afirma que passará a escrever *la langue* numa só palavra, *lalangue*. Uma escolha que não deixava de estar associada à ideia que o autor tinha de falar naquela aula do termo saussuriano, “*la langue*”.

Mas voltemos ao momento que o lapso *lalangue* escapa da boca de Lacan. Aquilo que escapa da boca parece não “escapar” aos ouvidos. Lemos (2014 *apud* TÉXIER *et al.*, 2015), em seu texto *Lalíngua: acontecimento e transmissão*, apresentado em 2014 no colóquio *Savoir-faire avec lalangue*⁶¹, traz uma observação bastante interessante diante das nuances entre edições, traduções e a transcrição original sobre essa passagem de Lacan. Tanto o texto⁶² estabelecido pela Associação Freudiana Internacional quanto a transcrição disponibilizada pela Escola Lacaniana de Psicanálise de Paris “é da própria boca de Lacan que Lalande passa a *lalangue*” (LE MOS, 2014 *apud* TÉXIER *et al.*, 2015, p. 41). Retomamos a citação lacaniana: “*Lalangue*, como escrevo agora, não tenho o quadro negro, bem, escrevam *lalangue* numa palavra só: é assim que escreverei doravante” (LACAN, 1971/2001, p. 15).

Por outro lado, na edição que contém os seminários proferidos no Hospital Sainte-Anne sob o título de *Je parle aux murs*⁶³, é através de alguém da plateia que o significante Lalande passa de nome próprio à *lalangue*: “*Lalangue?*”, se escuta. Por se tratar de uma fala, como distinguir pela pronúncia *la langue* (a língua) de *lalangue* (*lalíngua*)? A essa fala Lacan responde com a letra, isto é, com a escrita: “Não, não é *gue*, é *de*”, aponta Lacan para o nome próprio, Lalande. “*Lalangue*, como escrevo agora em uma única palavra, é outra coisa” (LACAN, 1971/2001, p. 18).

Para Lemos (2014 *apud* TÉXIER *et al.*, 2015), a passagem de Lalande para *lalangue* é um acontecimento que se precipita em letra, tornando legível o efeito sintático de *lalangue*. A perda pela escrita do “*la*” enquanto artigo definido é dupla e lança luz sobre *lalangue*, colocando à vista que mais uma vez é a escrita que vai surpreender o que há de escrito na fala. (LE MOS, 2014 *apud* TÉXIER *et al.*, 2015, p. 42):

⁶¹ O encontro foi promovido pela *Association de Psychanalyse Encore*, em abril de 2014 na cidade de São Paulo, e contou com a participação de vários de seus membros, franceses e brasileiros, além da presença de colegas brasileiros não filiados à Associação.

⁶² Esse texto foi o que serviu de base para a tradução brasileira, publicação interna do Centro de Estudos de Recife (CEF), utilizada nesta Tese.

⁶³ Edição organizada por Jacques-Allan Miller (LACAN, 1971/2001).

De um lado, ao suspender o valor sintático do artigo, faz a língua como não toda. De outro, juntando la com la, *lalangue*, fazendo valer a sonoridade e o que há de canto, ao invés [sic] do sentido, na fala, abrirá lugar para Lacan ir além e, no terceiro encontro desse mesmo seminário, fazer valer a ressonância, em vez do sentido e da razão.

Retomamos a aula do dia 4 de novembro. Lacan, ao buscar justificar o uso do termo lalíngua, aproveita para fazer algumas indicações iniciais de que lalíngua não tem nada tem a ver com o dicionário, com a dicção, ou seja, com a poesia e com a retórica, mas sim com o inconsciente. Inconsciente esse que de início tem a ver com a gramática⁶⁴ e com a repetição, contrária àquilo para que serve um dicionário, quer dizer, esse conjunto de unidades lexicais fixas, organizadas e codificadas.

Se lalíngua tem a ver com o inconsciente e o inconsciente é esse saber não sabido que se articula estruturado como uma linguagem, cabe retomarmos aqui, diante da multiplicidade de linguagens, a pergunta de Lacan: de qual linguagem se trata? Seria a linguagem objeto da lógica ou a linguagem da matemática? Mas tem também a linguagem da biologia. E, quando se busca falar de linguagem, tenta-se falar até de “metalinguagem”. Ou seja, quando se fala de linguagem, muitas indicações são possíveis. Entretanto, quando se fala de linguagem em psicanálise, o interesse é encontrar traços comuns disso que surgiu como lalíngua na medida em que está sujeita a variedades e constâncias, lacunas que permitem articular a dimensão do desejo nos seres falantes.

Lacan (1971/2001) prossegue a discussão dando destaque à linguagem de onde é possível distinguir o código da mensagem, isto é, àquela que possibilita uma distinção mínima para que haja um lugar para a fala. Daquilo que o autor havia evidenciado no seu “Discurso de Roma”, em 1953, da linguagem enquanto campo em que a fala é uma função: que vem marcar, em psicanálise, o lugar no qual chamamos de verdade.

Interessante pensar que essa introdução preliminar do termo lalíngua, nessa temática trazida por Lacan no final do ano de 1971, esteja articulada “ao saber” do psicanalista, isto é, aquilo que o autor buscava trazer à discussão sobre isso que se passa na experiência analítica, nessa experiência de fala, *parole*, na tentativa de tornar mais evidente aquilo que vinha insistindo em constituir, consolidar, não só o seu ensino, mas o discurso psicanalítico. Discurso psicanalítico enquanto uma teoria que

⁶⁴ Ao nosso ver, gramática no sentido de arranjo, organização que tem a ver com estrutura, com estruturação.

abre lugar ao equívoco e que evidencia o mal-entendido, e *quelle soit absolument incomprise*⁶⁵. Ou seja, uma teoria de difícil entendimento tal como Lacan escutava muitas vezes de seus ouvintes.

É possível perceber, pela leitura dos seminários, que Lacan, ao buscar a formalização de seus conceitos e teorias, insistia em remeter a importância desse exercício, desse raciocínio de pensamento e elaboração à experiência analítica, experiência essa que é um dos objetos de estudo desta pesquisa em que se pretende pensar e discutir os efeitos da fala, da linguagem, enfim, “d’alíngua” inconsciente nesse campo de afetos para o tratamento de crianças autistas.

Milner (1978/2012), em *O amor da língua*, abre o seu prefácio “dizendo a que veio”. Causado pela psicanálise, ele buscou mostrar mediante um percurso epistemológico certos questionamentos que o colocaram em um caminho “sem volta” no modo como podemos pensar, tanto os estudos sobre a linguagem quanto os estudos sobre a língua – objeto da linguística – considerando a hipótese de que há inconsciente. “Há um impossível próprio da língua. [...] um *real*” (MILNER, 1978/2012, p. 7), ressalta o autor. Um impossível que mostra que o fato de buscar dizer tudo a própria palavra não vai em todos os sentidos, restando ao ser falante se arranjar com isso que falta. Por outro lado, é justamente esse *real* que muitos chegam a “morrer de amores” e se engajam sistematicamente num projeto para “domesticá-lo”.

3.1.1 O real da língua não é (todo) da ordem do calculável⁶⁶

A via de domesticação desse real parece se bifurcar em sentidos que distanciam em suas finalidades e objetivos. Se por um lado o axioma “o real da língua é da ordem do calculável”⁶⁷ é insistentemente sustentado pelos linguistas da ciência linguística, por outro, ele é renegado. Tal como se pode analisar na “arte de amar” dos

⁶⁵ Da versão original da *Starfela*. Disponível em:

<http://staferla.free.fr/S19b/S19b%20Le%20savoir%20du%20psychanalyste.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021. O autor se refere às perguntas que recebia de seus alunos, da *incompréhension* à psicanálise, à sua fala ou ao seu discurso para justamente articular que no seu discurso (o discurso psicanalítico) não se trata da apreensão, isto é, da compreensão de um objeto de conhecimento.

⁶⁶ Poderíamos dizer também que o real da língua é não todo da ordem do calculável, seguindo a discussão lacaniana sobre o tema.

⁶⁷ (MILNER, 1978/2012, p. 7).

gramáticos⁶⁸ pela escolha que se dirige apenas às regularidades da língua, ao uso predominante da regra e de sua “feliz coincidência”.

Na ciência linguística, a língua se constitui como um real tomado como objeto, fazendo-a causa de si própria, descartando toda causa que não seja de sua ordem. É o que podemos ver com o arbitrário do signo saussuriano, isto é, do signo como mestre de si mesmo. Ou da língua como sendo um real representável para o cálculo para que ela possa ser substituída pelas letras de uma formalização. Para isso servem o conceito de signo e o princípio de distintividade, ou seja, do interesse pela possibilidade de tomar cada segmento da língua (palavras, frase, som ou sentido) entendido como signo e sendo representado de maneira unívoca e analisável, identidade por identidade, diferença por diferença.

Seguindo esse raciocínio de sistematização científica, Milner (1978/2012) ressalta que o ser falante é considerado na linguística (especificamente nas teorias de Saussure e Chomsky) apenas como base de cálculo, sendo pensado “como ponto sem divisão nem extensão, sem passado nem futuro, sem consciência e sem inconsciente, sem corpo – e sem outro desejo que não seja o de enunciar” (MILNER, 1978/2012, p. 8), ou seja, uma dimensão de pura enunciação. Nesse assunto, a multiplicidade de seres falantes funcionaria apenas para a constituição de um real calculável enquanto língua para a análise do ponto de emissão e recepção, que formalizaria o conceito de comunicação. Dessa forma, o ser falante seria aquele que vem apenas cumprir a função executória (individual) e social da língua.

Dessa maneira, de cálculo em cálculo a ciência linguística constrói uma rede de real “tendo como único princípio de investigação o impossível”⁶⁹ (MILNER, 1978/2012, p. 8). Essa investigação, nos lembra Milner, se choca com uma intervenção psicanalítica que enunciava que, em matéria de língua, a ciência podia faltar. Com isso, a entrada do autor nesse campo abriu caminho para pensar as questões sobre a língua a partir de um olhar de uma ciência linguística que se sustentava num real percorrido por falhas, que a todo custo a sua organização pareceu recalcar.

⁶⁸ Gramática de forma geral. Tanto a gramática tradicional quando aquelas que “nasceram” após Saussure e o estruturalismo. Ou seja, a gramática que se ocupa do conjunto de regras que indicam o uso correto da língua.

⁶⁹ Leia-se aqui o agramatical.

Mas o que isso quer dizer? Que a organização pela qual a ciência linguística se estruturava, se constituía, crescia e se expandia para investigar esse “impossível”, era justamente o que a sustentava enquanto ciência. Isso ocorre porque suas linhas⁷⁰ “de falhas” se entrecruzam e se sobrepõem, e o cálculo que as demarca é o mesmo que as coloca como sendo a ele irredutíveis, restando sempre uma que aí não seria representável, ou seja, uma que estaria fora dessa possibilidade de ser apreendida, calculável: a língua. Por outro lado, “essa ou isso” que ficava fora desse interesse apreensível sistematizável da linguística foi reconhecida pela psicanálise por sua “característica desigual”, diante do fato de sua natureza e sua lógica serem inteligíveis por essa teoria a partir do discurso freudiano: pois para a psicanálise a língua existe e insiste, portanto, a língua não se ignora.

O encontro desse consagrado linguista francês com o discurso psicanalítico trouxe questionamentos e apontamentos que merecem ser abordados: “[...] será mesmo que a linguística me interessa?” (MILNER, 1978/2012, p. 9). Esse encontro fez a sua ligação com a ciência linguística claudicar e na tentativa de se localizar no mundo “das ciências” – sem que o domínio do objeto, dos conceitos, dos axiomas resumisse a sua trajetória – abriu possibilidades para que participássemos de um rigoroso projeto de interrogação ao campo das linguagens, a partir do retorno aos fundamentos da linguística com a diferença de agora considerar a hipótese do inconsciente. Tempo de desconstruções e novas descobertas, resistindo aí o que estava desconhecido por ele: o desejo inconsciente.

3.1.2 As línguas (não) formam uma classe consistente

Tomemos agora para apreciação outro axioma da linguística interrogado por Milner: “as línguas formam uma classe consistente”. Na interrogação desse axioma, o autor busca demonstrar logicamente que a classe chamada línguas não forma um todo consistente, pois há elementos da própria língua que fazem com que elas não sejam idênticas a si mesmas, não configurando, assim, propriedades definitórias compartilhadas por todos os elementos que recebem o nome de língua, isto é, a ideia de uma língua como um ser autônomo, que ao ser reunida num todo de línguas

⁷⁰ Linhas enquanto estratos da língua pelos quais a fonética, a fonologia, a sintaxe e a semântica se ocupam.

obtivesse a classe da linguagem: uma classe cujos elementos pudessem ser pensados todos juntos sem contradição⁷¹.

Ocorre que há sempre um elemento que não pode ser admitido sem se revelar incomensurável com todos os outros, o que impede uma língua de ser contada junto a outras, de ser acrescentada a elas visando compará-las. É o que ocorre, por exemplo, com a chamada língua materna.

A incomensurabilidade dos elementos da língua materna é impeditiva diante da nossa tentativa de reunir “as línguas” como uma “classe de línguas”, com a suposição de que podemos sempre diferenciá-las entre si, saber sobre suas identidades e diferenças. Pois esse plural é, na verdade, uma coleção de singulares, ao mesmo tempo iguais e discerníveis. Ao que permite chamarmos de língua “esse núcleo que, em cada uma das línguas, sustenta sua unicidade e distintividade” (MILNER, 1978/2012, p. 17).

Por outro lado, como a língua não é concebida ao lado da substância, ou seja, indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos, mas sim ao lado da forma, isso só a define em termos de relações⁷². Diante disso, é importante reconhecer que, na cisão (corte) entre língua e fala, é necessário que também seja reconhecido na língua seu lado de substância para fazer valer que em toda locução há uma dimensão do não idêntico que faz operar o equívoco e tudo o que lhe diz respeito: homofonia, homossemia, homografia, ou seja, o que sustenta o duplo sentido das palavras⁷³ nesse “incessante tecido de nossas interlocuções” (MILNER, 1978/2012, p. 17).

O equívoco faz com que uma locução seja ao mesmo tempo ela mesma e uma outra. E assim, sua unicidade ao sofrer o processo de refração – significação, sonoridade, escrita, etimologia, sintaxe, trocadilho, entre outras –, a resultante não é o cálculo desse múltiplo, mas a indicação do lugar do não idêntico no qual todo ser falante se inscreve enquanto tal, marcando, desse modo, que o real do equívoco resiste diante dos estratos da língua⁷⁴.

⁷¹ Para essa explanação, Milner se baseou naquilo que J.-A. Miller discutiu em “Teoria d'alíngua” (rudimento), em *Matemas*, 1996. A fonte é a carta de Cantor a Dedekind, datada de 28 de julho de 1899.

⁷² Sejam elas paradigmáticas e sintagmáticas ou regras de natureza diversa (MILNER, 1978/2012).

⁷³ Lacan já dizia, em 1953, que não há univocidade do símbolo: “[...] todo semantema reenvia ao conjunto do sistema semântico, a polivalência de seus empregos. Também, para tudo que é propriamente da linguagem, enquanto ela é humana, quer dizer utilizável na palavra, não há nunca univocidade do símbolo. Todo semantema tem sempre muitos sentidos” (LACAN, 1954/1993, p. 281).

⁷⁴ De forma geral, fonemas, morfemas, sentido, entre outras.

Contudo, a língua como objeto da linguística é concebida somente numa isotopia absoluta. Ou seja, há uma suposição de que qualquer ponto que se considere, ela ofereça a mesma fisionomia. Uma língua como objeto possível de uma proposição capaz de ser válida para todos, numa escrita científica que exige sempre ser distinguível do que não é uma língua, distinguível de outra língua, ser sempre idêntica a si mesma, unívoca⁷⁵: *Uma*⁷⁶. No entanto, essas condições irreduzíveis exigíveis não podem ser satisfeitas, pois, como já ressaltamos (MILNER, 1978/2012, p. 20):

- 1) as línguas, por serem incomensuráveis, não formam uma classe consistente;
- 2) uma língua não é idêntica a si mesma;
- 3) uma língua é uma substância;
- 4) uma língua pode cessar de ser estratificada;
- 5) uma língua não é isotopa.

Milner (1978/2012) ressalta que não há nada na experiência que faça com que alguma dessas proposições supracitadas não seja possível de ser sustentada. Para o autor, trata-se de uma decisão de princípio descartá-las. Um princípio das ciências que se reduz à pura e simples demanda de uma proposição universalizável proferida sobre a língua, renegando aí algo real que insiste. Um elemento impassível, da ordem das línguas, que não se furta inteiramente aos sentidos e que se encontra mediante a própria experiência: *la* língua (MILNER, 21978/012, p. 21):

La língua é, pois, uma língua entre outras; ao mesmo tempo em [*sic*] que, uma vez formulada, ela impede, por incomensurabilidade, que se construa uma classe de línguas que chegue a incluí-la. Sua figuração mais direta é precisamente a língua materna, que não carece muita observação para admitirmos a necessidade de uma torção bastante forte, para todos os efeitos, caso o intuito seja acomodá-la no lote comum. Mas ela é, tão logo, qualquer língua – na medida em que todas são, em algum aspecto, uma entre outras; e que são, para algum ser falante, língua materna.

La língua é o que faz com que uma língua não seja comparável a nenhuma outra, na medida em que ela justamente não tem outra, a ponto de ser impossível dizer o que a faria incomparável. *La* língua é, em toda língua, o registro que predestina

⁷⁵ Que é suscetível de uma só interpretação; inequívoca.

⁷⁶ Grifos do tradutor.

ao equívoco, isto é, um modo particular de fazer equívocos, de uma língua entre outras. Por isso ela se torna uma coleção de lugares, todos singulares e heterogêneos. De qualquer lado que a considere, ela é outra para si mesma, incessantemente heterotópica. Com isso, “ela constitui igualmente substância, matéria possível para fantasias [*fantasmes*], conjunto inconsciente de lugares para o desejo” (MILNER, 1978/2012, p. 22) e, assim, aquilo que o inconsciente pratica.

Podemos agora situar linguagem e língua a partir de *lalíngua*. A linguagem seria esse campo que empresta os traços que conduzem *lalíngua* rumo à compatibilidade e à pertinência a uma classe, ao mesmo tempo que insere *lalíngua* no todo das realidades, possibilitando a ela ganhar um lugar e distinção entre línguas. Pelo lado da língua, é ela como um todo que sustenta o não todo de *lalíngua*. A língua confere à *lalíngua* aquilo que lhe é necessário para que uma coleção qualquer de seres falantes subsista, pois é necessário o mínimo de permanência que todo contrato exige e do qual a escrita comumente faz suporte.

Com isso, muitas perguntas surgem quando tentamos situar língua e linguagem a partir de *lalíngua*: “será que a língua não passa de uma máscara⁷⁷ arbitrariamente construída e que não tangencia nenhum real?” Eis uma incerteza que perpassa a todos, linguistas ou não, a menos que a efetividade da psicanálise não lhe seja desconhecida e permita “teoricamente” um saber fazer com isso. Nesse sentido, essa pergunta nos conduz a outra: “o que é a língua, se a psicanálise existe”? Pergunta que buscaremos discorrer nesta pesquisa que deseja dar ênfase à concepção de linguagem da psicanálise.

3.1.3 O que é a língua, se a psicanálise existe⁷⁸?

*“o amor é uma coisa que se aprende junto ao corpo da mãe” [...]
[...] na ponta de lalíngua?*

(Calligaris, 2014)⁷⁹

⁷⁷ Milner (1983/2006) realizou um aprofundamento sobre essa propriedade imaginária da língua em seu livro *Os nomes indistintos*, fazendo referência ao real, simbólico e imaginário lacaniano.

⁷⁸ Milner (1978/2012).

⁷⁹ Café filosófico CPFL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f0JedAoWLyw>. Acesso em: 5 nov. 2022.

Pensar a língua, objeto da linguística, afetada pela possibilidade da psicanálise leva-nos a um caminho de interrogação a partir de uma epistemologia que vai tratar “da língua” referenciada ao desejo inconsciente e à linguagem enquanto campo em que a fala opera como função, tal como Lacan marcou em seu texto de 1953, *Função e campo da fala e da linguagem*. Um texto que marca a importância da linguagem e do exercício da função da fala que fundamentará qualquer indagação que repense a experiência clínica.

Milner realiza um questionamento bastante interessante ao pensar a língua a partir do campo psicanalítico. Para isso, o linguista começa interrogando o que seria a língua se atribuíssemos a ela não somente o lugar de objeto de uma ciência linguística, mas também o lugar de objeto de um amor. Para tal, propõe três teses que exigem nossa atenção (1978/2012, p. 25):

- quando se diz amar a língua, é propriamente de um determinado amor que se trata;
- a língua que está em causa é justamente aquela que a linguística tem de conhecer;
- é por esse entrecruzamento que se pode descobrir o ponto no qual o desejo vem corromper uma ciência humana; ponto em que, estando alerta, é possível notar que se entrelaça uma relação inteligível⁸⁰ com uma teoria possível do desejo.

Amar esse objeto língua a partir desse lugar de busca por conhecê-lo coloca em jogo o desejo inconsciente nesse campo de saber. Essa seria uma indicação possível de ser lida a partir das teses propostas pelo autor, que inclui a possibilidade de articular o saber da ciência linguística com as questões sobre o desejo humano. Mas voltemos a nossa atenção à série que tendemos evocar toda vez que se busca falar de língua: “língua”, “linguagem” e “fala”. Como sabemos, essa série é feita para obliterar, suturar, se não fosse o termo que lhe é aí exorbitante, isto é, que está fora dessa série: la língua.

La língua seria, então, nesse ponto, reconhecida pela linguística como um processo marginal. No entanto, há que reconhecermos que la língua é aquilo que indica que há língua e seres falantes⁸¹ e que há inconsciente. Mas qual é a indicação

⁸⁰ Possível de ser articulada.

⁸¹ Milner (1978/2012) iguala língua a seres falantes, ao que parece dar ênfase à língua enquanto uma substância. Dessa forma, a língua materna seria substância, e não forma, o que confirma a sua não formalização.

que temos quando pensamos linguagem e lalíngua referenciadas ao ser falante? Primeiramente, temos que a linguagem é uma elucubração⁸² de saber sobre lalíngua no que tange à sua existência. Elucubra-se: por que é que lalíngua existe? Pois a linguagem “não é nada além de lalíngua apartada na bifurcação de sua existência ou de sua inexistência: um saber que passa pela ausência fantasiada de seu objeto” (MILNER, 1978/2012, p. 26), ou seja, a forma narrativa na qual ausência e presença se articulam consecutivamente, numa dinâmica que restará ao ser falante se arranjar com isso que se escreve nesse campo de linguagem. Nisso lalíngua também se escreveria como resto na linguagem.

E sobre a língua, qual indicação temos a partir de lalíngua? Pois a língua, diferentemente da linguagem, não mobiliza a questão da existência como tal, mas sim a modalidade da existência, ou seja, como o ser falante se situa diante de suas próprias ações verbais no discurso, naquilo que permite atualizar as formas da língua. Com isso, a pergunta sobre “como é que a língua é” não tem importância, haja vista que “ela é assim”, ela “é como é”, para a ciência linguística. Mas como podemos compreender isso? Por lalíngua. Pois a língua está na ponta de lalíngua. Ou seja, o fato de língua consiste em haver impossível em lalíngua: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira, pois as palavras estão em falta. A língua em si não passaria de uma partição, em outros termos, uma forma particular de partição, um dialeto de língua, um saber e um conhecimento com uma organização específica, que cabe ao linguista conhecê-la.

Reconhecer a língua enquanto uma partição é o que permite perceber que com ela não é possível dizer tudo. Nisso a língua é afetada por lalíngua. Por lalíngua e seus equívocos. Com isso, “o puro conceito de língua é o de um não todo marcando lalíngua; ou ainda, a língua é o que sustenta lalíngua na sua qualidade de não toda” (MILNER, 1978/2012, p. 28).

Milner traz esse apontamento retomando aquilo que Lacan trouxe no texto *Televisão*, de 1973. Cito Lacan na íntegra: “Sempre digo a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam palavras. É por esse impossível, inclusive, que a verdade tem a ver com o real” (LACAN, 1973/2003c, p. 508). E assim Milner elabora que pelo fato de a verdade não poder se dizer toda, ela não passará daquilo com que as palavras estão em falta. Pois

⁸² Pensar, conjecturar, divagar, especular.

“as palavras sempre estão em falta e o não todo que marca a verdade, uma vez que ela deve ser dita, marca também la língua, uma vez que todo dizer passa efetivamente por ela” (MILNER, 1978/2012, p. 28). Se a própria verdade indica que la língua concerne ao real, temos que “a língua sustenta o real de la língua” (MILNER, 1978/2012, p. 28).

Essa elaboração do autor, da língua atravessada por la língua⁸³, não é uma construção atual. Ele mesmo cita como é possível encontrar, ao longo das tradições, vestígios de que a língua já estivesse ligada à operação do não todo. No mito de Babel, por exemplo, Milner relembra como a língua foi caracterizada pela divisão indefinida e não somável⁸⁴. Com Saussure, pelo circuito da comunicação ele constata um fracasso, pois os dois fluxos (de emissão e recepção), ao se conjugarem, se dividem, havendo aí uma sobreposição de um fluxo ao outro etc. Milner (1978/2012, p. 29) chega, inclusive, a reconhecer nas palavras de Platão que “a língua, ainda que a imaginemos como totalidade enumerável, é também necessariamente marcada pelo heterogêneo e pelo não superponível”.

Com la língua, portanto, é possível definir a distinção existente entre língua, linguagem, fala e falante. Essas definições são necessárias diante da importância de uma teorização para pensar a experiência analítica, disso que se passa pelo exercício da função da fala no campo dessa “lalinguagem”. Como percebemos, a ciência linguística inclui em sua série o mundo da linguagem⁸⁵, a fala, o falante e la língua, mas para se ocupar mesmo do objeto língua. Da língua como um sistema, como uma estrutura, como forma, como uma construção suscetível de ser apreendida como objeto com fins de formalização científica. Nisso la língua insiste, atravessa. Rasga e perfura. La língua faz substância que nessa série faz lacuna, faz hiância que aponta para a inexistência de uma relação, o lugar de um impossível, o lugar do equívoco, do inapreensível que fica na ponta: na ponta da linguagem, na ponta da fala, na ponta do falante, na ponta do desejo, na ponta das formações do inconsciente, na ponta do

⁸³ A linguística de Saussure vai ao encontro disso, mas faz uma ressalva. Em *Escritos de Linguística Geral*, o autor (2002, p. 25) coloca: “Quem se coloca diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo, abordará necessariamente esse objeto por tal e tal lado, que jamais será toda a linguagem, supondo-se que seja muito bem escolhido, e que, se não for tão bem escolhido, pode nem ser de ordem linguística ou representar, depois, uma confusão inadmissível”. Ao mesmo tempo que Saussure indicava a linguagem como não toda, ele a retira de ser “toda” da ordem linguística. Tudo isso para atender os desejos de ciência da época que buscava a delimitação de um objeto analisável em sua totalidade para, assim, fundar a linguística moderna.

⁸⁴ A pequena indicação sobre o mito de Babel que Milner traz é ancorada na abordagem de Mallarmé em *Crise de Vers* (1976).

⁸⁵ Da linguagem enquanto um fenômeno (SAUSSURE, 2002, p. 115).

sintoma, na ponta da transferência, na ponta da verdade, na ponta da fantasia, na ponta do dizer que está nas pontas dos ditos, na ponta da origem e do destino, enfim, na ponta da questão.

Disso se segue que “a língua concerne ao real” (MILNER, 1978/2012, p. 28). Um real que, inclusive, é sustentado pela língua. Mas como esse real é concebido dentro da ciência linguística? É representável? E para a psicanálise, como a questão desse real sustentado pela língua é problematizada? Questões que encontram importância no campo de nossa investigação.

3.1.4 O real ou é concebido como representável ou não

Dizer que a língua sustenta o real de a língua a coloca na ordem do real. Essa ordem, a princípio, poderia passar desconhecida, se não fosse a linguística demonstrar que a língua é traduzida em termos de realidade ao ser situada na rede do útil, tal como é caracterizada ao ser considerada como instrumento de comunicação. Essa mesma ordem coloca a língua em termos de realidade na rede das “práticas” sociais, médicas, psicológicas, entre outras, tal como podemos ver por intermédio da escrita de quadros clínicos que faz “passar por reais as fantasias construídas através da remendagem de seus fragmentos” (MILNER, 1978/2012, p. 29). O que, em outras palavras, significa dizer do uso da língua como pura expressão dos pensamentos. Esses exemplos mostram teses relativas ao estatuto desse real que está em jogo em discursos sustentados sobre a língua e indicam modos de como ele pode ser concebido: como representável.

É nessa ordem de real que se dá o encontro do ser falante com a linguagem. Mas vamos supor que esse ser falante encontre o que demanda e que assim uma representação seja possível. Não seria ao preço de uma “trapaça imaginária” suportar aquilo que lhe escapa? Para a ciência linguística, duas condições estariam postas em demonstração nisso que se apresenta: 1) que para o sujeito haja o repetível e que esse repetível se constitua rede; 2) que por meio da primeira se funda toda a escrita, e da segunda, toda escrita adquira a consistência de representável. Ou seja, uma ordem de um real representável.

Representações são o que não faltam. No entanto, para os modernos só valem aquelas que comparecem na ordem das ciências, ou seja, representações que se formulam como teorias que se reúnem numa figura que vale “como um certo todo para

todos” (MILNER, 1978/2012, p. 30). Com isso, tanto a linguística quanto a gramática se ocupariam de emitir proposições universalizantes sobre a língua. Por outro lado, a ciência moderna não propõe nenhuma representação, não impõe nenhuma teoria. A ciência moderna se restringe a estabelecer escritas. Mas como garantir que essas representações e teorias ou mesmo essas escritas não passem de fantasias?

O próprio circuito da comunicação mostra, em sua tentativa de representar a linguagem, estar convencido nas dimensões do real cuja fantasia é a linguagem: “o par de locutores que o modelo une é a imagem fiel – e, por isso, máscara mais apropriada – da impossível conjunção de sujeitos desejantes” (MILNER, 1978/2012, p. 97). Nessa perspectiva, a linguística se basearia nesse modelo que escora sua coerência na fantasia, o que a coloca mais exposta às suas próprias incoerências e à impossibilidade de poder conceber o real como representável. Com isso, a representação do ato de linguagem como condição de língua “vira imitação caricata do real em que a língua é instituída” (MILNER, 1978/2012, p. 98).

Voltamos à busca de regularidade e de representação. A gramática⁸⁶ possibilita uma garantia científica, pois suas proposições excluem tudo o que não é regra. Tudo o que é da irregularidade da língua fica de fora. Ela enuncia num só lance que o repetível e a rede possam edificar uma escrita e, assim, representar a língua. Dessa forma, a gramática sustenta que o real da língua é representável, reconhecendo o impossível próprio da língua no que ele tem de repetível e regular. Com isso, esse real pode ser objeto de regras cujas representações entram na órbita da ciência. Contudo, o real da língua tem a particularidade de não ser reconhecido de maneira unívoca⁸⁷, e então sua regularidade passa a ser considerada mais máscara do que signo. Mas o que isso quer dizer?

Tomemos a antiga discussão em que os gramáticos se dividiam entre anomalistas e analogistas. Enquanto os primeiros reconheciam a língua como resultado de uma convenção, os analogistas sustentavam a ideia da proporcionalidade ou analogia, que permitia regras gerais. E tudo o que não se integrava a essa lógica era pensado como exceção, como irregular, anômalo. Mas como para os anomalistas as regras gerais se caracterizavam como artifícios de uma racionalização, a língua foi podendo ser reconhecida em sua irregularidade, em seu caráter singular e diferencial. Nisso, o que era percebido negativamente como

⁸⁶ Milner se refere a toda e qualquer gramática.

⁸⁷ Suscetível a uma só interpretação; inequívoca.

exceção passa agora (pelo menos nessa análise realizada por Milner) como positividade do real: um real essencialmente não representável, isto é, irrepresentável.

Portanto, a língua não é, no sentido lacaniano, matematizável em termos de representação. Ou seja, nenhuma teorização é capaz de ser transmitida através de um matema relativo a esse real. Mas se há transmissão na psicanálise, o que de fato ocorre? O que sabemos é que a transmissão em psicanálise pelos matemas “consiste propriamente numa iniciação que se dá por vias designadas de diversas maneiras [...], que sempre escapa a razão” (MILNER, 1978/2012, p. 33). Com isso, os defensores do representável estariam condenados a enunciar o transmissível, e não o transmitir, que são coisas bem diferentes. Pois a língua, se a psicanálise existe, não é uma representação do real⁸⁸.

Se formos pensar, a língua não é uma representação do real nem para o linguista genebrino. Para Saussure, a língua é uma construção, uma construção dos linguistas, ou seja, um ponto de vista que cerne aquilo que é o objeto língua. A língua seria esse conjunto de formas concordantes que o fenômeno da linguagem assume numa coletividade, isto é, a partir dos seres falantes, numa determinada época. Por outro lado, há gramáticas⁸⁹ que vão questionar isso, que vão tomar a língua como um sistema de tal forma que o falante vira um mero organismo capaz de criar, compreender e reconhecer expressões e frases devido à sua capacidade biológica inata, inserido em um sistema limitado de regras a partir de uma ciência que sustenta que o real da língua seja regular e, assim, representável.

Ao atravessar o campo da ciência linguística, a psicanálise não cessa de evidenciar o que é da irregularidade, o que é do desejo e das manifestações inconscientes e, assim, assegura que nem tudo pode ser representado pela língua por haver a língua e o falante⁹⁰. Quanto a isso, o linguista não tem o que fazer, pois as palavras estão sempre em falta com alguma coisa. Há impossível de dizer. Há um impossível de ser simbolizado, no sentido que a língua é marcada pela falta. Dito de

⁸⁸ Milner (1983/2006, p. 9) ressalta que “não há todos, relações, similitudes, representações, propriedades, classes senão imaginários”.

⁸⁹ A gramática gerativa, por exemplo.

⁹⁰ Lacan coloca que falar “ser falante” é um pleonasmo e que podemos designar “o falante” (Conferência na *Université Catholique de Louvain*, 13 de outubro de 1972). Transcrevo uma parte de sua fala: “[...] Um discurso é essa espécie de laço social, que nós chamaremos, se vocês concordarem, o ser falante [...] o que é um pleonasmo, não é? É porque ele é falante que é ser. Porque só há ser na linguagem. Então o falante, o falante que vocês são, pelo menos suponho. O falante que vocês são se creem ser.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yfHPPrXZjBU>. Acesso em: 27 nov. 2022.

outra maneira, a língua é a rede pela qual a língua falta. E assim, isso que não foi simbolizado ficaria reduzido a um resto que tem a importante “função de causa da própria estrutura que a linguagem empresta ao inconsciente” (FARIA, 2019, p. 20).

Mas o que seria então a língua para a psicanálise? Seria ela quem dá o contorno de uma construção disso que se faz “máscara”, isto é, daquilo que chamamos de registro do imaginário? Pois a língua funciona em sua completude no lugar de sutura para os falantes.

E o amor, quais são as possíveis indicações de sua existência referidas à linguística e à psicanálise? Milner faz desse amor da língua uma sátira a esse espelhamento do linguista com a língua, da língua sendo tomada como objeto consistente e representável. Para os linguistas, a língua é imaginária, no sentido de um ideal. A língua pode ser desdobrada, e o não todo⁹¹ pode ser projetado como um todo, como um real discernível, como “Um”. Um todo que estaria sempre em vias de imaginar um significante que preencheria a falta na língua e a faria toda, ignorando assim qualquer possibilidade de equívoco. Ou seja, tudo aquilo que escapa ao sujeito: o lapso, o chiste, o ato falho, o inconsciente. Para Milner (1978/2012), o linguista insiste em não reconhecer que não consegue representar o real, e esse recalque parece retornar em forma de amor.

Portanto, a língua seria tudo aquilo que o linguista constrói com seu amor. Mas é num sentido de crítica que Milner diz isso. Ele zomba daquilo que ele mesmo é e “não é” ao mesmo tempo. Com isso, introduz a língua, esse termo que é exorbitante, “faltante” na série língua, linguagem e fala, pois é aí que ela, ao surgir, constitui teoria, ultrapassando a regra gramatical da produção de um neologismo na língua. Essa é a potência de a língua, pois ela determina, inclusive, o curso de uma teorização.

Lacan (1971/2001) rompe, com o seu lapso, esse conjunto de normas, regras e criações para dar voz, dar corpo a essa palavra que escapa da boca, ressoa no outro, retorna e não escapa aos ouvidos: a língua. Um termo forjado no “corpo a corpo”, da boca de um aos ouvidos do outro, que surge no contexto da tese de que o *inconsciente é estruturado como uma linguagem*, justamente no dia em que tinha previsto falar sobre *la langue* de Saussure. Ou seja, ele rompe com a ideia de língua como um objeto para, de fato, dar ao seu lapso um estatuto de *la-langue*, não de

⁹¹ Para a psicanálise, existe a proposição segundo a qual não há metalinguagem, e assim há algo da linguagem que se escreve como não todo (MILNER, 1978/2012).

Saussure, mas de lalíngua do inconsciente. Isso que dá existência à língua e sua forma pela articulação com o desejo inconsciente.

Quanto ao amor em psicanálise, não seria esse “amor” (leia-se objeto causa de desejo – objeto *a*) necessário para que a-língua, essa língua em especial, lalíngua enode o corpo à linguagem? E os afetos, estariam eles contidos nesse campo em que a fala intervém com lalíngua nesse corpo que aí habita a linguagem? Dessa forma, lalíngua, além de afetar corpo e linguagem, permite também constituir um campo de afetos.

E quanto à linguística, qual seria o ponto de interesse para a psicanálise? Como vimos, a linguística visa a um real, desse que se exige que esteja marcado com o discernível, com o *Um*. Pois é esse *Um* que possibilita, por convenção, a sua escrita. Por outro lado, não seria no nível do objeto da linguística que o discernível é instituído, mas sim no nível de lalíngua que o torna possível. Eis o ponto de interesse para a psicanálise. Esse ponto em que lalíngua possibilitaria dimensionar as relações entre língua e desejo para que, assim, uma articulação significativa seja possível (MILNER, 1978/2012, p. 65):

O fato de que haja língua tem a ver com o fato de que haja inconsciente – com isso, os mecanismos da primeira repetem os do segundo [...] Disso decorre, mais precisamente, que possa ser definido um ponto em que a língua – ao mesmo tempo o fato de que ela exista e o de que ela tenha tal forma – e o desejo inconsciente se articulem. Esse ponto, diferentemente de Freud, Lacan nomeou: é lalíngua ou, ainda – o que é o mesmo conceito –, o ser falante, o falasser [*parlêtre*].

3.2 O CAMPO DE LALÍNGUA NA EXPERIÊNCIA PSICANALÍTICA

“[...] a verdade é um erro sem o qual não conseguimos viver! [...] os inimigos da verdade não são as mentiras, mas as convicções! (Nietzsche/1882)”

Ficção por Irvin D. Yalom⁹²

Lacan (1971/2001) segue o seminário *O saber do psicanalista* retomando a discussão sobre o seu lapso lalíngua, que acabou por ressoar em seu ensino como

⁹² YALOM, I. D. **Quando Nietzsche chorou**. Rio de Janeiro: Agir, 2015. p. 246.

significante⁹³. Com isso, o autor busca elaborar alguns pontos que faz atravessar a marca do inconsciente estruturado como uma linguagem na sua relação com o gozo do corpo, *la jouissance sexuelle* e a experiência analítica.

Um primeiro ponto no campo da experiência analítica que traz essa marca está relacionado à fala, *parole*, que dentro da sua variabilidade possui a função de indicar o lugar da verdade para a psicanálise. Lacan destaca que é possível que se diga a verdade sem o saber, isto é, quando a cadeia de significantes fecha sua mensagem em um significante que especifica que falta um significante no Outro: S($\bar{A}$). Nessa constatação, o autor indica que o discurso psicanalítico emana desse ponto irreduzível, do “eu não quero saber nada disso”.

O segundo ponto está referido aos psicanalistas por meio do princípio da interpretação, ou seja, o laço daquilo que se manifesta na fala a partir do que se escuta atravessado pelo gozo. O que ocorre na interpretação analítica encontra aí uma via de benefício que remete à instância da insistência, isto é, da repetição freudiana do *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920/2010), que podemos nomear como a repetição do significante no campo da experiência analítica. Já o terceiro ponto que traz essa marca da estrutura de linguagem resulta da insistência com a qual o inconsciente, em tradução, nos entrega daquilo que formula e do qual a interpretação possibilita uma redução de sentido desse encontro com o registro do gozo.

O quarto ponto que Lacan (1971/2001) indica a marca do inconsciente estruturado como uma linguagem segue na tentativa de articular o que é do caráter desse gozo. Onde reside o gozo? O que lhe é preciso? Para gozar é preciso um corpo, mas por que é preciso um corpo? O autor diz que a dimensão do gozo para um corpo está referida com sua direção à morte. Mas o que isso significa? Bem, a princípio é possível seguirmos a operação intelectual realizada pelo autor em sua leitura freudiana. Em síntese, Lacan diz que o princípio de prazer não teria nada a ver com o hedonismo, objeto de um bem supremo. O princípio do prazer teria, na verdade, a ver com o desprazer, no sentido de que há uma busca da diminuição da tensão. E o que é essa tensão? Se esse princípio não é justamente o princípio de tudo que tem o nome de gozo, o que é desfrutar senão para que surja uma tensão? Isso mostra a dimensão na qual o falante se distingue dos animais, pois há no falante uma hiância, uma lacuna por onde ele se perde e por onde lhe é permitido operar, usufruir, um “inexperenciar”,

⁹³ Aula do dia 2 de dezembro de 1971.

ou seja, experimentar sobre os corpos, o seu próprio ou outros, para o seu benefício, isto é, gozar dele.

A respeito dos falantes, dos sexos, daquilo que se fala de homens e mulheres, Lacan (1971/2001) coloca que não somos capazes de articular a menor coisa de *lalíngua* que tenha relação com esse real. Por isso que o autor diz que experiência da psicanálise não ensina. Mas se ela não ensina isso, o que ela faz? Faz repetir isso que é do Real, do que insiste, daquilo que o autor enuncia quando diz: não há relação sexual para os seres que falam. Isso se deve ao fato de que a fala deles, tal como funciona, tal como depende, está condicionada como fala, interdita a essa relação sexual, como fala, precisamente, funcionando de algum modo a permitir fazer algo com isso, no seu nível, do sexo, semelhante.

Esses pontos possibilitam articular que o saber é da ordem do gozo e que tudo depende desse ponto de sustentação pela fala, desse gozo sexual que acontece, e a experiência psicanalítica recolhe dessa dimensão de *lalíngua* que é a relação do falante com o seu corpo. Um caminho no qual a fala embarca e sustenta diante desse enigma dos sexos, o que se articula nesse nível da castração, nesse ponto de nó, na ponta de *lalíngua* no campo de *lalíngua*, isto é, nessa operação que é a da fala no campo da linguagem.

Nessa relação que não há, disso que se empreende e se articula dessa disjunção do gozo sexual, Lacan chama aqui *lalíngua* para evidenciar a relação desse termo com o “campo” do real que a experiência analítica constitui e que *lalíngua* atravessa no tempo de um lapso. Nesse campo, *lalíngua* traz a marca do ensino lacaniano, desse que é uma teoria que não é da ordem do conhecimento, pois uma vez que não há relação sexual, tampouco há conhecimento. Trata-se do discurso psicanalítico que inclui esse ponto-chave, *lalíngua*, esse ponto nó, real, da “incompreensão”, enquanto tal (LACAN, 1971/2001 p. 34-35):

A verdade em questão na psicanálise é aquilo que, por intermédio da linguagem, quero dizer, pela função da fala, aborda, mas numa abordagem que não é de forma alguma de conhecimento, mas direi, de algo como indução, no sentido que esse termo na constituição de um campo, de indicação de algo que é inteiramente real, embora só possamos falar disso como um significante. Quero dizer, que não tem outra existência senão a de um significante⁹⁴.

⁹⁴ No original: *La vérité en question dans la psychanalyse, c'est ce qui au moyen du langage [...] j'entends par la fonction de la parole [...] approche, mais dans un abord qui n'est nullement de*

Portanto, indicamos que na experiência analítica não existe uma interpretação que não seja para dar a qualquer proposição encontrada o que se trata dessa relação ao gozo por onde a fala assegura a sua dimensão de verdade, em lalíngua. Mesmo que isso seja sem garantias, pois a fala não pode de forma alguma dizê-la completamente. Há somente a possibilidade de “semidizer” essa relação.

connaissance, mais je dirai de quelque chose comme d'induction [...] au sens que ce terme a dans la constitution d'un champ [...] d'induction de quelque chose qui est tout à fait réel, encore que nous n'en puissions parler que comme de signifiant. Je veux dire qui n'ont pas d'autre existence que celle de signifiant. Disponível em:

<http://staferla.free.fr/S19b/S19b%20Le%20savoir%20du%20psychanalyste.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

4 A VOZ NA PSICANÁLISE

4.1 O CORPO DA VOZ

Após dois anos de pandemia de covid-19 (2020-2022), com as atividades realizadas pela modalidade online, o Outrarte – Psicanálise entre Ciência e Arte, IEL Unicamp abre suas atividades do ano de forma presencial. Foi no dia 25 de março que um abraço outro, entre olhares, corpos e vozes, pôde novamente se encontrar. Seguindo o tema de trabalho do ano, “O corpo na ponta de lángua”, esse dia contou com a participação do professor José Miguel Wisnik, músico, compositor e ensaísta que se propôs a falar da voz numa interlocução com a temática do ano por intermédio da palestra intitulada “O corpo da voz” (ENCONTRO..., 2022). Ambos os trabalhos só têm a acrescentar a esta pesquisa que deseja poder falar sobre as implicações da linguagem e da voz na fala do autista.

Com uma experiência ligada à música e à poesia, Wisnik (ENCONTRO..., 2022) propõe pensar o enigma da voz a partir do atravessamento com a psicanálise, ou seja, do corpo da voz partindo do corpo na ponta da língua. Mas que pontas seriam essas? Dessa forma, propusemos a seguir uma síntese e uma elaboração⁹⁵ a partir dos pontos mais importantes trazidos pelo autor.

4.1.1 Matéria sonora e fenômeno vibratório

Uma primeira consideração realizada trata do som como um fenômeno vibratório, ou seja, do som como uma oscilação frequencial presente no cotidiano. Essa oscilação tem um caráter de ondulação, e muitas vezes fica imperceptível à consciência por estar em um nível não distinguível de frequência no humano. Dessa maneira, o som seria as fricções, os atritos e os movimentos da matéria que produzem efeitos que se propagam. Entende-se que, nos humanos, é na oscilação frequencial de 20 a 20.000 hertz que o som chega aos ouvidos e é interpretado pelo cérebro afetando e ativando o corpo.

⁹⁵ Uma elaboração no sentido de que algumas novas informações foram incluídas, pensando na temática sobre os autismos.

O som que chega aos nossos ouvidos pode ser dividido em quatro partes. Ou seja, podemos encontrar na matéria sonora quatro faces que seriam os parâmetros do som. Todas essas faces se apresentam de maneira inseparável, sendo possível distingui-las, diferenciá-las, conforme o modo com o qual atuam as frequências ou as vibrações. Seriam elas: a altura, a duração, o volume e o timbre.

Altura

Hertz (Hz) é a unidade de medida que contabiliza a altura (frequência) do som, ou seja, o número de ciclos de uma onda sonora por segundo. Quando a frequência é alta, significa que ela possui mais ciclos por segundo e, assim, emite sons agudos. Por outro lado, quando é baixa, significa que a frequência possui menos ciclos por segundo, emitindo agora os sons graves.

Na música, isso se estabelece num campo de tectura, ou seja, num campo do que é o alcançável, tanto pelo som mais grave quanto pelo som mais agudo. É o que chamamos de campo de textura da nossa escuta. Assim sendo, as frequências muito graves são audíveis na faixa dos 20 hertz e vão se tornando inaudíveis na faixa dos 20.000 hertz, e o oposto, no caso dos sons agudos. Essa diferença de altura é de extrema importância, no sentido que é nesse campo que se desenrolam as entoações e as melodias, sendo possível distinguir intervalos entre diferentes alturas.

No som agudo é alta e no som grave é baixa. No som musical, injeta-se uma periodicidade que estabiliza a altura, o que faz ser diferente da voz. Por outro lado, uma voz pode chegar a uma frequência estável, no caso do som usado num coral para que o grupo se afine, momento em que todas as vozes se encontram numa frequência praticável por todos, diferentemente de um ruído de um objeto no ambiente, como uma cadeira que se arrasta, produzindo um som instável, não periódico, um rabisco sonoro sem estabilizar e definir um espaço (no sentido de continuado, que seria a possibilidade de codificar o som em escalas e produzir melodias e harmonia).

Sendo assim, a fala estaria muito mais próxima do ruído do que da música, diante do fato de que os sons são emitidos com certa instantaneidade que fazem com que eles não cheguem a se estabilizar, enquanto as melodias são insinuadas permitindo serem trabalhadas no campo das alturas, como nas músicas.

Duração

Medida em segundos, é o parâmetro diretamente ligado ao tempo de emissão do som que nos permite distinguir sons longos e sons curtos. Toda emissão sonora tem uma duração que acontece no tempo, mas quando falamos de música, ou seja, das obras sonoras, é possível trabalhar com a duração dessas durações, fazendo surgir os ritmos, tão necessários numa composição musical.

Por exemplo, as notas musicais são elementos sonoros que possuem diferentes durações. Essas durações formam figuras durativas, que supõem certa pulsação, repetições, células etc. É a partir desse campo de medidas que se constrói códigos rítmicos.

Como uma sub propriedade da duração temos o ataque. Que é o modo pelo qual uma onda sonora entra e sai do campo da emissão audível, sendo distinto na voz e nos instrumentos. Em um violino, por exemplo, se ouvíssemos seu som de maneira “microcósmica”, perceberíamos que se produz uma fricção do arco na corda, e o som não é imediato. Se escuta, no caso, subliminarmente um som que, a cada vez, entra como uma curva. Já em um clarinete, que é uma onda quadrada do ponto de vista acústico, o som entra de imediato. O ataque seria, então, a maneira como o som entra, de imediato ou não, e como sai aos poucos, cortado ou não. Trata-se então de formas de ataque, que em música se chama destacar, por exemplo, quando o som é pontuado de maneira destacada.

É o ataque que permite o *legato*⁹⁶ (ou ligado), que consiste em ligar as notas sucessivas de modo a não haver nenhum silêncio entre elas, a fim de evitar ao máximo a intervalação. Ou seja, o ataque mostra uma coisa mais fusional entre os sons estando relacionado tanto à maneira de executar uma frase musical quanto de falar.

A duração, presente na fala, aponta especialmente para a dicção e a pronúncia. E nenhuma propriedade do som vai escapar aos sotaques. Assim, existem diferentes maneiras de falar, ou seja, mesmo quando as pessoas estão falando a mesma palavra, as mesmas frases, esses parâmetros são diferentes, um modo desigual de fazer alturas, volumes e durações.

⁹⁶ Palavra italiana.

Volume

É a intensidade do som medido em decibéis. Refere-se à qualidade que permite caracterizar um som como forte ou fraco, e isso vai depender da maior ou menor amplitude da onda na fonte sonora. Uma onda sonora pode ser gerada com uma amplitude curta ou com uma amplitude larga, conforme a energia e a força investidas. Quando se injeta uma energia na fonte sonora, se produz um som mais forte. A música codifica essa intensidade, denominada de "piano" e "forte". Essa denominação acabou dando origem ao nome do instrumento pianoforte (que vai do pianíssimo ao fortíssimo) e, mais tarde, reduzido apenas para piano. Intensidades que permitem fazer sequências explorando essas gradações, tanto nos instrumentos quanto na voz quando se faz música.

Essa intensidade também está presente na fala de maneira difusa. Aliás, a matéria da música e da fala é a mesma, só que com diferentes modulações desses parâmetros.

Timbre

Do ponto de vista da teoria musical o timbre está associado à qualidade do som. Assim, é o parâmetro mais misterioso, o mais complexo e o mais decisivo para pensar o tema “o corpo na ponta de língua”, pois ele está ligado à complexidade da onda sonora. Uma onda sonora não é feita de uma só vibração em uma velocidade. Isso é um fenômeno raro e quando acontece é chamado de som sinusoidal, que é aquele que tem uma onda praticamente pura em uma certa altura, tal como é o som de certas flautas angelicais. E como todo som ressoa no corpo do próprio instrumento fazendo com que essas ondas rebatam entre si em um feixe de alturas a sua qualidade é complexa.

Levando em conta que os sons têm harmônicos, o timbre estaria associado à série harmônica desse som, em que cada nota musical é composta de uma nota fundamental e uma combinação de harmônicos superiores com diferentes frequências, diferentes intensidades e diferentes durações. Isso possibilita que as relações entre os intervalos melódicos possam ser regidas por números.

Além disso, cada som por si só teria uma série harmônica, com suas formas, com seus harmônicos, ressoando dentro dele. Ou seja, cada corpo sonoro filtraria de maneira diferente esses harmônicos.

4.1.2 A voz

Após essa breve explanação sobre os parâmetros do som a partir de uma literatura musical, Wisnik realiza algumas formulações sobre a voz. A voz englobaria o que é da qualidade e das características de uma matéria sonora. Tal como o som, ela não deixa de ser um fenômeno vibratório. Mas, cada voz é uma, como uma impressão digital. O que permite trazer os formantes de cada pessoa, capazes de serem familiarmente reconhecidos. É a partir da voz, inclusive, que recebemos uma infinidade de informações de uma pessoa: a idade, a aura, o estado de espírito e a classe social (se ela falar alguma coisa).

Pensemos na relação entre as propriedades gerais do som no canto e na fala para entendermos suas diferenças. Num canto musical, há uma tendência à periodicidade, à estabilidade e às durações extensas, isso porque o som musical, ao estabilizar uma frequência periódica, permite que uma nota tenha uma duração. Já na fala, outra coisa acontece: cada sílaba é falada numa sequência que é uma verdadeira “metralhadora”, em outras palavras, há impulsos que não têm essa propriedade da periodicidade. A fala é pura instabilidade. A fala é instantaneidade.

Por outro lado, a fala é feita da mesma matéria que a música. Há, portanto, música na fala. Há música de uma maneira insinuada, sugerida, justamente o que escapa à fala de ser tomada completamente numa análise verbal.

Na música, a altura (frequência), devido à sua periodicidade, implica em notas e escalas, pesos e melodias, enquanto, na fala, a entoação (sugestão instável de inflexões) é a música da fala (a melodia). A fala, quando vai para o agudo, é tensionada pela velocidade mesma da emissão, enquanto ao cair para o grave é um relaxamento, o que envolve uma relação quase instintiva entre acelerar ou concluir e baixar o tom. É isso que dá vida à fala e a retira do caráter robótico das falas computadorizadas⁹⁷.

⁹⁷ Wisnik ressalta que, atualmente, algumas falas computadorizadas (dos “GPSs”, por exemplo) já estão ganhando certas nuances de inflexões, ou seja, uma codificação dessas alturas.

Há irregularidades na fala, enquanto as músicas fundam pulso. Ou seja, uma batida regular com uma duração em cima da qual “dançarão outras durações”. Há movimentos, desenhos, células etc. Na música, há pulsos implícitos ou subentendidos. Na fala, há impulsos ao sabor da fala, mas também marcados por aquela não periodicidade. O ataque (modo como se ataca uma nota) na música é codificado, nas partituras dos instrumentos musicais. Na fala, há escanção do ataque, recortes, o que significa qualidade maior ou menor de recorte que tem uma medida.

Na ênfase da fala, temos o volume. Que é o índice emotivo que aparece na fala mais forte ou mais fraca (delicada) e indica o caráter subjetivo quando pensamos nas funções da linguagem. A forte, por exemplo, pode indicar uma mensagem que imprime uma ordem sobre alguém. Além disso, há um elemento na intensidade que é codificado em música, mas é difuso na fala: o ritmo. O ritmo se constitui de sílabas, átonas ou tônicas, as quais são variações de intensidade que entram, portanto, no código da língua. Assim, o que está em jogo na voz passa por uma complexidade que implicaria pensarmos psicanaliticamente em língua para tentar dar conta disso.

Em relação ao timbre, a voz é pura qualidade. Na semiótica de Peirce, chama-se de “primeiridades”⁹⁸ as puras qualidades antes de serem índices e antes de serem símbolos convencionados, signos linguísticos arbitrários. Dessa forma, o timbre é uma dimensão dessas “primeiridades” e, portanto, ele está ligado àquelas qualidades únicas da voz, o “grão da voz”.

Assim, uma fala seria uma verdadeira “metralhadora” de timbres. Quando se fala, se emite. E os falantes incorporam isso a ponto de não se lembrarem, ressalta Wisnik (ENCONTRO..., 2022). “O que se faz quando se fala é uma variação, uma espécie de uma emissão enlouquecida, de oposições de timbres que envolvem vogais e consoantes, que por sua vez são dentro dos próprios timbres elementos de natureza diferentes.”

Há línguas que usam diferentes gradações dessas variações, com a bateria de vogais que está dada em uma determinada língua. Em outras, não se consegue fazer certas vogais que estão lá, mas elas fazem parte dessa moldagem e se constituem fonemas.

Além disso, o timbre tem o segredo da coisa da voz que é puro som. E, na língua, é pelo timbre que se dá o cruzamento que vai da pura qualidade não tabelável,

⁹⁸ Categoria fenomenológica universal, qualitativamente ligada à percepção ou sensação sem referência a outra qualidade.

pois um timbre, enquanto qualidade, é uma coisa que você não tem uma escala de timbres, como se tem uma escala de notas, porque ele se opõe a todos os outros, uma vez que a sua qualidade contrasta. Ela é opositiva, diferente, como é a voz de uma pessoa. Assim, qual é a propriedade singular da voz? Uma voz é diferente de todas as outras, mesmo que se pareçam em alguns pontos, pois o timbre de uma voz tem um tipo de contraste diferente do contraste fonético fonêmico, que é um contraste de cada sílaba, com vogal ou consoante, e o resultado disso na língua é o segredo e o enigma da questão que está no fundo da ponta de língua, que é esse lugar onde uma coisa é som e já é um desejo de significado. Esse lugar que vem a ser possibilidades articulares que criam possibilidades dos signos, significados e significantes. É o som em sua irredutibilidade. O lugar em que ele vai ser convocado a constituir o código da língua. Um lugar nessa dupla articulação da linguagem que está na base desse ponto, que tem um rasgo, que tem um risco: língua.

Um ponto curioso sobre a música e sobre a fala é que a música, quando se codifica, se organiza pelas alturas e durações, pelas melodias e pelos ritmos. São os pontos mais codificados na música. Já uma entoação na fala, por exemplo, é codificada nas intensidades silábicas e nas oposições tímbricas, que são as menos codificadas na música, pois o timbre é menos tabelável. Isso não significa que ao orquestrar uma música não se distribua timbres, mas a estrutura dessa composição é baseada muito mais nas alturas e durações, o que faz com que canto e fala sejam constituídos da mesma matéria, mas num ponto desencontrado.

Para finalizar, escolhemos um dos contrapontos realizados por Wisnik para pensar essas questões sobre o som e a voz por meio da filosofia. A ideia é apenas mencionar a bibliografia do filósofo italiano Giorgio Agamben como um caminho interessante para tal problematização. No livro *A linguagem e a morte*, o autor chama de “mitologema” da voz esse entrelugar que buscamos localizar na natureza do som. Coincidiria, portanto, com o “mitologema” original da metafísica e do seu problema fundamental, o da negatividade. Mas o que isso quer dizer? Que ali onde a voz é som já não é mais um mero som. A voz é um querer dizer não. O som da voz humana é entranhado⁹⁹, é corpo vibratório que não é do corpo de quem fala e de quem recebe, é um corpo no sentido material e imaterial, porque ele produz essa emissão invisível e intangível que é física, porque é da natureza acústica, mas também é metafísica por

⁹⁹ “Das entranhas”.

definição. Portanto, isso é o som e a voz. Não faremos aqui um estudo aprofundado da bibliografia do autor, mas não deixa de ser uma indicação que ao nosso ver se aproxima, e muito, da teoria psicanalítica.

Para Wisnik (ENCONTRO..., 2022), a abordagem do autor italiano é particularmente interessante no sentido de que aborda a questão da voz situando-a como um estranhamento que incluiria a problemática da negatividade inerente ao ser. O que, em certa medida, vai ao encontro do seu dizer de que “a voz não é mais mero som porque é um querer dizer, em direção à língua [...] nesse entrelugar instável rondado pela dimensão do ser e do risco terrível do nada. A morte” (ENCONTRO..., 2022).

Enfim, a literatura de Agamben¹⁰⁰ indicada pelo professor Wisnik parece trazer questões bastante pertinentes aos estudos da voz para a problematização das questões acerca do tratamento psicanalítico de crianças autistas.

4.2 CRIANÇA(S) AUTISTA(S): UMA FALA ENTRE CORPO(S) E VOZ(ES)

“Eu sou a voz”
(Gal Costa, 2022)

A explanação sobre a voz que o Prof. Wisnik traz mostra como é grande o número das abordagens que buscam se deter na questão da voz. Temos a física, a música, o canto, a literatura, a filosofia. Acrescentamos a essa série a otorrinolaringologia, que se ocupa da saúde da voz, e a fonoaudiologia, que abarca as questões sobre a linguagem e a voz incluindo o conceito de intenção comunicativa tão utilizado nas avaliações com crianças em geral. De certa forma, buscamos usufruir desses campos do conhecimento para discutir e formular melhor as questões que incidem na prática clínica psicanalítica. Mas quais seriam essas questões? É importante delimitar, desses pontos desenvolvidos no item anterior, o que permite problematizarmos aquilo que é da complexidade da voz na teoria psicanalítica.

Ao elencar esses pontos sobre a voz em sua materialidade sonora, entendemos o quanto é importante, primeiramente, situar o nosso leitor sobre a leitura,

¹⁰⁰ A indicação se refere ao livro *A linguagem e a morte. Um seminário sobre o lugar da negatividade*, de Giorgio Agamben. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

não só a que fazemos, mas a que temos sobre “a criança autista”. Como podemos descrever o que é uma criança autista? Que criança é essa que ansiamos apreender? Será que a descrever não vai contra o que buscamos mostrar na escrita desta tese, a partir de uma crítica às descrições classificatórias que tendem à universalização? O interesse que temos na concepção de linguagem da psicanálise não interroga justamente esse olhar do “todo”? Do “Há Um”? Lacan (1972/2008b), no seminário *mais, ainda*, ao terminar a aula do dia 21 de novembro de 1972 sobre Do Gozo, diz que a mulher é não toda, o que impediria de tomá-las, todas, num conjunto. “[...] podemos tomá-las uma a uma, o que é essencial. E é coisa completamente diferente do Um da fusão universal” (LACAN, 1972/2008b, p.17). Na clínica psicanalítica, essa fala ecoará de tal forma que insistimos em falar de uma práxis que trabalha com a singularidade da criança pensando na particularidade de cada caso.

Portanto, dizer “a criança autista” exige, de início, que alguns desdobramentos sejam feitos. As discussões psicanalíticas sobre o(s) autismo(s) mostram que casos de autismos com fechamento extremo são raros. Casos relatados na literatura indicam que muitas das crianças em tratamento apresentam o que chamamos de “manifestações autísticas”, incluindo muitas vezes sinais que indicariam, inclusive, uma depressão infantil¹⁰¹. Isso significa que nem sempre se trata de um caso de estrutura autística (MALEVAL, 2009/2018). O que ocorre na depressão infantil está relacionado principalmente ao pouco investimento dirigido ao outro, o que consequentemente repercutirá em uma “deficiência na capacidade de relacionar-se” (SPITZ, 1979, p. 262), a partir de um retraimento que dificultará as relações sociais na adolescência e na vida adulta, enquanto que no autismo existe uma impossibilidade diante do laço social, sustentados numa posição de recusa em relação ao Outro, fundamentado naquilo que Kanner (1943 *apud* ROCHA, 2012) denominou como uma incapacidade da criança de estabelecer relações (contato afetivo) de maneira normal com as pessoas ou as situações (e objetos) desde o princípio de suas vidas. Portanto, trata-se de uma perturbação da “relação ao Outro que se impõe no autismo”

¹⁰¹ Ver em minha dissertação de mestrado, *Contribuições da psicanálise para se pensar um traço de surdez como sinal aparente em crianças autistas*, cap. 2 (Para além de um fenômeno), onde detalhadamente realizo uma demarcação entre autismo e depressão infantil, contrapondo a bibliografia dos autismos com a bibliografia das crianças que apresentavam certo “marasmo”, de René A. Spitz (1979). Link já disponível nesta tese.

(LAURENT, 2014, p. 18). Isso permite que façamos uma primeira diferenciação dentre as inúmeras manifestações¹⁰² da criança na sua relação ao outro/Outro.

Enfim, como podemos falar sobre o autista do ponto de vista que inclui a linguagem? O que é o autismo para a psicanálise? Quais os sinais apresentados pela criança que possibilitariam uma primeira diferenciação diagnóstica? Como podemos entender o que se passa com ela? Como escutar a fala do autista? Perguntas que se constituem *ad infinitum*. Diante disso, a busca pelos fundamentos fica à frente das nomenclaturas/rótulos¹⁰³ dos renomados manuais psiquiátricos, o que permite avançarmos numa leitura psicanalítica do tema.

Recapitulamos um pouco aquilo que temos como fundamentos sobre o(s) autismo(s). Sabemos que ele foi descrito pela primeira vez por Kanner (1943 *apud* ROCHA, 2012) como uma síndrome: o *autismo infantil precoce*, sendo que as características mais importantes estariam relacionadas a três pontos principais: isolamento extremo, relação ao outro e linguagem. Segundo o autor, o isolamento se qualificaria naquilo que se diz sobre a criança como “se bastando a si mesma”, “como em uma concha”, “mais contente sozinha”, “agindo como se os outros não estivessem lá”, “totalmente inconsciente de tudo que a rodeia” (KANNER, 1943 *apud* ROCHA, 2012, p. 156). Tudo o que vem do exterior, como um contato físico, um movimento ou um ruído¹⁰⁴, é sentido como uma ameaça perturbadora a esse isolamento e é tratado pela criança como se não existisse, numa ativa relação de recusa. No que se refere à relação ao outro, a criança autista, quando comparada a uma criança “normal”, fracassaria em desenvolver uma sociabilidade, isto é, fazer laço com o outro. Isso pode ser percebido logo nos primeiros meses de vida quando, por exemplo, a criança é “incapaz” de adotar uma atitude antecipatória antes de ser levada ao colo. Não responde à atitude positiva do agente maternante e passa a agir como se não houvesse ninguém por perto. A fala do agente maternante “parece” não despertar interesse algum, o que acaba por minar esses investimentos, com palavras ou olhar, por parte desses cuidadores. Portanto, a busca de um isolamento profundo domina

¹⁰² Essas inúmeras manifestações estão contidas no DSM 5-TR como tudo o que é de “um espectro”, o TEA (Transtorno do Espectro Autista). Ocorre que muitas vezes essas “manifestações autísticas” se igualam ao autismo propriamente dito. O melhor exemplo disso é o que vemos nas escolas, quando tudo o que é de uma manifestação que difere do comum vira um caso de autismo, ou seja, um “TEA”.

¹⁰³ Temple Grandin (2015), numa posição crítica, compara a palavra “rótulos” com a economia de mercado.

¹⁰⁴ Podemos ler, pela psicanálise, que uma fala pode ser um ruído aos ouvidos de uma criança autista.

todo o comportamento dessas crianças descritas por Kanner: não brincam com outras, mas sozinhas, sem manter nenhum contato, seja mediante seu próprio corpo, seja por meio da linguagem. Por outro lado, o autor ressaltava o quanto essas crianças eram capazes de descrever (falar) detalhadamente as características pessoais (adjetivos) de pessoas familiares, demonstrando que eram dotadas de boas potencialidades.

Essa última observação trazida introduz o terceiro ponto de grande relevância no âmbito dos autismos: a relação com a linguagem. No entanto, não parece ser uma tarefa fácil trazer uma síntese daquilo que o autor discute, justamente porque encontramos aí diferentes concepções de como se pode tomar a linguagem. Trata-se de campos de investigação diferentes. Lembramos que nossa investigação¹⁰⁵ sobre os saberes científicos que influenciaram a construção diagnóstica (psiquiátrica) do autismo (THOMAS, 2014b), dessa entidade psicopatológica de Kanner (1943 *apud* ROCHA, 2012), teve suas bases construídas numa linguagem behaviorista, portanto, numa concepção de linguagem mecanicista de caráter binário que em si mesma é tomada como instrumento de comunicação e como nomenclatura. Diametralmente oposta de tomarmos a linguagem enquanto um campo de relações de “causação de sujeito”.

Mas o que vemos em Kanner não fica fora dos ensinamentos que pretendemos buscar para realizar a nossa discussão. Ao se dirigir especificamente à linguagem, o autor pontua sobre a capacidade da(s) criança(s) de falar em idade normal ou com certo atraso, mesmo que muitas vezes a criança “respondesse” ao outro com o seu mutismo (silêncio). A fala da criança, em sua maioria, mostrava a capacidade de uma articulação e fonação clara, mas com a ressalva de não servir para transmitir mensagens aos outros. Façamos um adendo: “não transmitir mensagens aos outros” visto de qual ponto de vista? De um ponto de vista onde falar é comunicar-se? Será que essa transmissão da criança ao outro não poderia, inicialmente, se dar de outra forma? De uma forma diferente, em que um ponto de vista específico não alcança¹⁰⁶? Essa própria afirmação já parece indicar aquilo que só tem como resultar numa incapacidade mesmo, num fracasso. Aliás, é bastante comum na abordagem do autor termos como “capacidade”, “incapaz”, “incapacidade”, que insistem em escrever uma certa relação biológica com os atos da criança, apontando também para esse viés

¹⁰⁵ Qualificação de área (2020-2021).

¹⁰⁶ Lacan diz que os autistas são “sobretudo verborrágicos”, mas que temos dificuldades para escutar a sua fala e dar alcance ao que dizem (LACAN, 1975/1998e).

biologizante da linguagem. Voltando às observações, Kanner assinalou que as crianças que participaram de seus estudos eram capazes de repetir um número fora do comum de sequências de palavras, orações, listas etc. Tinham também a capacidade de dizer nomes que designavam objetos, adjetivos indicando cores, porém sem nenhum significado com o contexto. Será que o mutismo inicial relatado pelo autor com posterior capacidade de falar de forma repetitiva não teria a ver com o ideal desses pais sobre a criança que até então parecia “não falar”? Ou seja, a repetição como uma resposta da criança junto aos pais? Pelo visto, sim. Vejamos o que o autor registra sobre isso (KANNER, 1943 *apud* ROCHA, 2012, p. 158):

A excelência da sua capacidade de memorização decorada associada à sua incapacidade de utilizar de uma outra maneira a linguagem, com frequência conduziram os pais a entupi-los com poesia, termos zoológicos ou botânicos, títulos de pedaços de música, nomes de compositores que figuravam nas capas dos discos e outras coisas semelhantes. [...] Se é difícil afirmar que esse “entulhamento craniano” enquanto tal desempenhou um papel essencial no desenvolvimento de seu estado psicopatológico, também é difícil imaginar que não tenham modificado profundamente o desenvolvimento da linguagem como instrumento destinado a receber e enviar mensagens dotadas de sentido.

Em outras circunstâncias, essas falas com caracteres repetitivos foram denominadas pelo psiquiatra de crianças como fenômeno de ecolalia imediata ou diferida. Ou seja, palavras ou frases que eram ouvidas eram imediatamente repetidas como uma resposta em eco¹⁰⁷ ou repetidas posteriormente fora de contexto. Cabem aqui algumas perguntas: fora de qual contexto? Do sentido em que foram aprendidas mediante os pais? Não estariam essas palavras de certa forma submetidas a esse contexto de um querer ideal paterno de que a criança fale? Interessante reler Kanner após uma constatação que mostra como podem ser distintas as leituras de um determinado fenômeno partindo de diferentes concepções de linguagens. Isso permite um sentido outro a essa “repetição” tão insistida pela criança. Haveria aí uma busca pela criança de que um deslizamento seja possível? Ou seja, uma escrita para uma outra coisa, para uma palavra outra, para um sentido outro. De todo modo, esse sentido precisar vir do Outro. Por exemplo, se pensarmos todo o jogo realizado pelo neto de Freud no lance do *fort-da!* (FREUD, 1920/2010) vemos uma insistência da

¹⁰⁷ Como um “papagaio” (KANNER, 1943 *apud* ROCHA, 2012).

criança pela brincadeira de “vai-e-vem” que faz aparecer e desaparecer um objeto, na tentativa de elaborar, ao seu modo, a ausência materna. Um jogo em que a criança brinca também com os “pedaços” (fonemas) das palavras que do outro recebe, vindo a nomear essa ausência para em seguida controlar, com a sua própria palavra, essa realidade vivida.

As entonações também eram repetidas da mesma forma como eram ouvidas. A interpretação da psiquiatria pediátrica incidia tomando a criança como “desatenta”, não presente (ou ausente) nisso que falava. Em relação ao silêncio apresentado, foi observado que em algumas emergências esse mutismo era atravessado por uma pronúncia de uma frase inteira, por exemplo, uma simples negação verbal. Isso foi sendo interpretado como uma fala que trazia uma mágica proteção contra ocorrências desagradáveis. Percebemos que essa fala com caráter de negação, que diríamos “nada simples”, se constitui como efeito de situações de angústia. Entretanto, os estudos que abarcam a questão conceitual da negação são complexos e precisam, ainda, ser investigados para uma futura discussão. O que sabemos é que a autonomia da criança presentificada nessa relação enunciativa de oposição se passou também com Dick durante o tratamento realizado por Melanie Klein. Uma fala da psicanalista¹⁰⁸ rompeu com o silêncio resultante de uma relação de submissão, da alienação absoluta da criança junto ao Outro, ou seja, dessa trama discursiva da deficiência que já incidia nessa época nessas crianças.

A linguagem “como instrumento destinado a receber e enviar mensagens” (KANNER, 1943/2012, p. 158) aponta para essa específica concepção de linguagem em que a psiquiatria de Kanner se constituiu. Assim, para aprendermos com Kanner, será preciso que deixemos em “afânise”¹⁰⁹ essa leitura psiquiátrica para que possamos, como a psicanálise, ler o que aí se encontra ilegível nessa passagem entre teorias e seus respectivos discursos. Para que a fala da criança autista deixe de ficar inaudível à escuta psicanalítica, será preciso um certo ensurdecimento desse discurso trazido pela psiquiatria.

Para a psicanálise, a criança autista tem “nome e sobrenome”. O ponto de vista do psicanalista é outro: é estrutural, uma leitura feita “às orelhas”. Os primeiros sinais de risco mostrariam impasses e impossibilidades que vão exigir cuidado e mediação.

¹⁰⁸ Adiante, faremos uma discussão sobre essa fala de Klein a partir do que traz Furtado (2021) em *O sujeito na entrada da estação*.

¹⁰⁹ Ou mesmo fazer o “ponto surdo” da “voz da psiquiatria”.

De todo modo, o autismo de Kanner teve a sua grande importância pois abriu um caminho que permitiu que essas crianças fossem reconhecidas. Um reconhecimento que, aliás, tem se perdido diante do “combate teórico e ideológico extremamente violento” (ORRADO; VIVES, 2020/2021, p. 7) que temos visto na última década. Recorramos à história. Há pouco mais de dez anos, acontecia na França (2011) um movimento na Alta Autoridade de Saúde, instituição regida pelo Estado (semelhante ao nosso SUS), que criou um protocolo de tratamento para os autistas baseados integralmente em abordagens comportamentalistas, impedindo que essas crianças tivessem acesso e escolha aos tratamentos de abordagem psicanalítica. Esse movimento foi dirigido por comportamentalistas cognitivistas pautados num discurso que afirmavam que somente as terapias cognitivas tinham a cientificidade necessária para tais tratamentos. O deputado Daniel Fasquelle, que tinha uma relação estreita com a documentalista Sophie Robert, motivou a realização do filme *Le mur*¹¹⁰, convencendo as autoridades oficiais de saúde pública a darem essa orientação aos tratamentos oferecidos. Tudo isso permitiu criar instituições baseadas em intervenções educativas com foco na aprendizagem em detrimento de outros trabalhos tradicionalmente realizados com essas crianças (THOMAS, 2014b).

Esse movimento reverbera no Brasil, e em setembro (2012) a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES) lançou um edital de credenciamento de instituições de saúde que determinava que os pacientes fossem tratados exclusivamente pela abordagem cognitivo-comportamental. Essa determinação teve como consequência um grande corte de verbas das instituições de referência no tratamento de psicopatologias, que por intermédio de equipes interdisciplinares tinham como base a teoria psicanalítica. Justamente aquelas instituições que tinham psicanalistas tradicionalmente reconhecidos por criarem, junto às políticas públicas, toda essa rede de assistência em saúde mental. Esses acontecimentos geraram um grande movimento de resistência por parte da comunidade analítica em defesa do método psicanalítico para o tratamento dos pacientes autistas, marcando, assim, a psicanálise em sua posição política.

Voltemos agora às nossas perguntas sobre a criança autista. A psicanálise vai tomar o autista do ponto de vista da linguagem para operar com aquilo que se passa com ela: seu sintoma, seu sofrimento, o que indica que os aspectos descritos na

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.dragonbleutv.com/es/documentaires/20-le-mur-ou-la-psychanalyse-a-l-epreuve-de-l-autisme-es>. Acesso em: 7 abr. 2023.

psiquiatria de Kanner também teriam, mesmo que indiretamente, sua relação com a linguagem, não somente no aspecto caracterizado por ele como “linguagem”, mas em todos os outros que mostram sua estreita relação: o isolamento extremo, a relação com o outro, a intrusão, o desejo forte de solidão (*loneliness*), a insistência na ausência de mudanças (*sameness*) etc. No entanto, é preciso saber ler¹¹¹ e escutar para usufruir dos ensinamentos desse autor, pois, quando tomamos como referência a linguagem em psicanálise, estamos nos referindo a um campo de “causação” em que a fala vem operar como função significante da assunção do sujeito e de seu lugar junto ao Outro, uma posição enquanto sujeito dividido, entre significantes.

Nesse campo de linguagem, tanto o olhar quanto a voz têm lugares de destaque, sendo mediadores que permitem situar o modo como o psicanalista vai tratar com a criança autista. Um sinal importante de risco de autismo nos primeiros 18 meses de vida fica evidente aos psicanalistas que reconhecem que o olhar e a voz funcionam na linguagem como objetos pulsionais, marcando, assim, o trânsito e a presença do Outro. Para Soler (2012), as crianças autistas são “perseguidas” por esses signos de presença. É por isso que a literatura psicanalítica mostra que no início de um tratamento os clínicos preferem abordar a criança de costas para ela, escondendo-se um pouco, agindo como se fossem um barulho em vez de uma voz. Essas seriam estratégias utilizadas diante da constatação de que a criança reage de maneira paroxística (em crise) – berra, bate os pés no chão, arranca os cabelos – ao deparar-se com o olhar e a voz do outro, que funcionariam como essa presença intrusiva.

O afastamento por parte dessas crianças parece, então, estar relacionado a tudo isso que se dá no encontro com o Outro, com a voz do Outro. Dessa forma, a abordagem do Prof. Wisnik permitiu termos um entendimento mais abrangente sobre esse tema, a partir dos parâmetros do som e da materialidade da voz em seu caráter vibratório. O detalhamento do autor em relação às especificidades da fala abre também um caminho bem interessante, haja vista nosso interesse pela fala do autista, que por sua vez é causada pela fala do Outro (do psicanalista); uma voz entre outras.

¹¹¹ Por outro lado, Luís Achilles Rodrigues Furtado diz que a discussão vai mais além de uma leitura acerca da existência de diferentes fenômenos para distinguir o autismo. Para ele, a questão sobre o autismo está mal formulada, pois implica o apagamento de uma dimensão subjetiva coerente com a ideologia vigente e excludente no mundo capitalista global (FURTADO, 2021), o que vai ao encontro daquilo que trouxemos de Porge (2017) nesta tese.

Tomaremos primeiramente a questão da voz em sua materialidade sonora para que, em seguida, possamos trabalhar com o que de fato importa à psicanálise: a especificidade da voz como uma das formas de objeto *a*, ou seja, a voz como objeto pulsional. Não há como não pensarmos a partir dessas qualidades que a voz ou a fala do Outro incide no corpo do autista. O ato de falar comporta essa voz que incide nos tímpanos¹¹², nessa cavidade que é o corpo do autista, provocando a partir dessa vibração um atravessamento, que é próprio do campo do Outro. As faces do som em suas qualidades e materialidades na sua relação e diferenças com a música, o canto, a voz e a fala permitem pensarmos sobre as estratégias de trabalho com essas crianças.

No trabalho psicanalítico, o cuidado com a voz é fundamental para se dirigir a uma criança com manifestações autísticas. Isso porque a voz para o autista não funciona no circuito pulsional por não ter sido constitutiva de uma relação de gozo com o Outro. Assim, uma voz muito alta (aguda) fica numa altura não alcançável diante de sua instabilidade, que pode ser aterrorizante. O mesmo ocorre se for muito baixa (grave), por ser pouco melódica. É preciso buscar uma certa harmonia entre esses tons para que essas melodias viabilizem um acesso possível para o autista. O fato da música e da “voz cantarolada¹¹³” possuírem certa periodicidade que estabiliza a altura explica a escolha desses recursos no tratamento do autista, no sentido que a codificação do som/voz produz entonações e melodias que harmoniza tudo que é instável.

A semelhança da fala em sua instantaneidade com o som não periódico do ruído é instigante, no sentido que explica melhor não só o interesse da criança pelos ruídos como a familiaridade que ela mesma parece construir entre o ruído e a fala do outro. A criança muitas vezes provoca ruídos como uma reação ao encontro com a fala do outro; ela sabe que o outro está ali e que a escuta. Os barulhos que ela faz permitem um transitar por isso: um corpo que se movimenta entre falas e vozes.

Uma enunciação tem uma duração e transcorre com aquilo que podemos chamar de pulsação na voz. Ou seja, há nessa emissão uma não periodicidade que marca as irregularidades da fala, o que mostra também o caráter repetitivo da voz ou

¹¹² Tímpanos: cavidade do ouvido em que se estende a membrana sonora. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/t%C3%ADmpanos>. Acesso em: 26 mar. 2023.

¹¹³ Jean-Michel Vives utiliza o termo “voz cantarolada” como uma das estratégias utilizadas na clínica com autistas (VIVES, 2020/2021).

mesmo as modulações de sua intensidade. Essas irregularidades seriam as mudanças de tons, escansão e recortes que, de certa forma, funcionam como cortes. A música permite explorar essas gradações e produzir um campo de harmonia. Isso permite pensarmos a musicalidade como uma mediação de grande importância para a aproximação, ou seja, para a familiarização com o autista, no sentido daquilo que a experiência musical rítmica produz de regularidade, de organização e viabiliza um campo de sensações, sentimentos e afetos que possibilita harmonizar os conflitos e as angústias que animam o corpo da criança autista. Portanto, tanto a música quanto a “voz cantarolada” são capazes de produzir um efeito melódico¹¹⁴ que acalma a criança, trazendo um aconchego para sua travessia na relação com o Outro. Nisso, a voz do psicanalista funcionaria como mediação, ou seja, uma função de “coro”¹¹⁵ e acalanto junto ao autista.

Mas e o timbre? Qual a importância do estudo desse parâmetro da voz? A literatura psicanalítica mostra que o timbre é o parâmetro de maior importância para os estudos do(s) autismo(s) em sua problemática da voz (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021). Jean-Michel Vives tem se dedicado nos últimos anos às especificidades da voz na clínica com autistas. O psicanalista coloca que há algo no timbre da voz que precisa ser abafado para, assim, ser suportável (ORRADO; VIVES, 2020/2021) e que o tratamento para o autista deve considerar estratégias de cuidado para aquilo que na voz é insuportável, ou seja, a voz como objeto *a*. A marca da presença do sujeito da enunciação, “o peso real do sujeito que a ele se endereça” (ORRADO; VIVES, 2020/2021, p. 13).

Na jornada apresentada por Vives em Campinas-SP (2016), “Autismo, voz e clínica”, organizada em parceria entre Outrarte-IEL e LaPSus-FCM da Unicamp, o psicanalista trouxe os questionamentos atuais sobre o autista e sua relação com a voz¹¹⁶. Saber “calar a voz” seria uma importante orientação àqueles que desejam ser escutados pelos autistas. Hans Asperger (1906-1980), psiquiatra e pesquisador austríaco, fazia uma advertência que se aproximava a isso. Preferia, na clínica, dar as instruções ao autista de maneira automática e estereotipada, como voz monocórdica.

¹¹⁴Esse efeito melódico acontece com as estratégias de tratamento da voz, funcionando como melopeia.

¹¹⁵ Podemos fazer uma analogia com a função do coro do teatro trágico grego. As vozes do coro não só acompanhavam o público amparando-o como reagiam às tragédias dando indicações relacionadas aos segredos, aos medos e aos enigmas do drama humano.

¹¹⁶ O texto de referência é o “Autismo e voz maquínica”, escrito pelo apresentador e traduzido por Olívia Loureiro Viana e Angela Vorcaro (texto de circulação interna).

Essa posição se identificava ao modo como os autistas falavam, e a impressão que se passava era que com isso não havia oposição, e sim obediência. O psiquiatra recomendava, assim, que toda medida pedagógica deveria ser apresentada “com uma paixão apagada (sem emoção)” (MALEVAL *apud* VIVES, 2016, p. 1).

O que vemos aí é que a fala do outro/Outro é intrusiva para o autista, e isso justificaria o fato da criança autista “tapar as orelhas”¹¹⁷. Bem, Vives aprende com Lacan que uma relação com a voz vai além da dimensão sonora do processo de enunciação, a questão estaria no fato de que a voz se constitui como um objeto pulsional (LACAN, 1964/2008a) na relação com o Outro, tendo, assim, na psicanálise um estatuto de objeto *a* (MILLER, 1994/2013). Para Lacan, a voz não é somente isso que se propaga numa dimensão sonora, mas aquilo que marca a presença do sujeito da enunciação e principalmente do desejo que o sustenta. Se voltarmos àquilo que o autor disse anos antes no seminário “O desejo e sua interpretação”, a voz ao responder às exigências do pequeno *a* marca a função significante do corte e do intervalo como tal, e nisso “o sujeito produz a voz”. Diante disso, devemos considerar a voz como função que intervém “o peso do sujeito, o peso real do sujeito no discurso” (LACAN, 1959/2002, p. 411).

Nesse sentido, a voz seria tudo aquilo do significante que não concorre ao efeito de significação (MILLER, 1994/2013). Isso permite identificarmos, na psicanálise lacaniana, a voz em seu viés pulsional como áfona (MILLER, 2013; ORRADO; VIVES, 2020/2021), e seria essa específica abordagem da voz como objeto o que permite “compreender o enigmático investimento de certos parâmetros da música encontrados regularmente nos autistas” (VIVES, 2016, p. 2).

Retornando ao que Lacan (1975/1998e) ressaltou na “Conferência em Genebra sobre o sintoma” de que os autistas são “sobretudo verborrágicos”¹¹⁸, não há dúvidas que eles estão dentro do campo da linguagem. Por outro lado, “[...] há algo específico na fala” (LACAN, 1975/1998e, p. 17), o que pede maior consideração aos que trabalham com autistas. O maior impedimento está do nosso lado, ou seja, temos dificuldades para escutá-los e dar alcance ao que dizem. A clínica com autistas mostra que eles indicam imperativamente o que querem, apontando que haveria muito mais uma recusa em falar do que uma dificuldade em se “comunicar”. Essa recusa em se

¹¹⁷ Voltaremos a isso posteriormente. Uma problematização se faz necessária a essa comum asserção sobre a criança autista, superficialmente discutida e possivelmente mal-interpretada.

¹¹⁸ Tradução: Paulo Sérgio de Souza Júnior.

colocar nessa dimensão enunciativa está referida ao sacrifício da voz, pois “falar é dar a voz, é sacrificar a voz no altar da palavra e, então, aceitar se separar dela” (VIVES, 2016, p. 2). É a “libra de carne” tão cara para o autista dar ao Outro, pois isso lhe custaria entrar nessa alienante relação significante de causação de sujeito que é de demanda, desejo, diferenças e perdas (LACAN, 1962/2005). As estereotípias verbais e as ecolalias¹¹⁹ seriam produções de linguagens em que a palavra fica desconectada dessa dimensão subjetiva, de modo que a dimensão pulsional seja evitada pelo autista e por quem se dirige a ele.

As estratégias clínicas com essas crianças visariam, assim, a uma tentativa de apagar isso que surge como uma intrusão, como um peso da presença do desejo e da demanda do Outro que a fala em sua dimensão pulsional carrega, ou seja, dessa vertente da voz como objeto que exige trabalho, separação e perdas. Desse modo, um caminho possível de aproximação seria por propostas indiretas, muitas vezes cantaroladas, entre outras atividades mediadoras que diminuem a intensidade da demanda e do desejo de quem fala, possibilitando o trânsito dessa presença afetiva e desejante do Outro para as coisas ou objetos.

Vives (2016) destaca como novas estratégias criadas para “dialogar” com autista têm trazido vivências e experiências enriquecedoras para a clínica psicanalítica. A pesquisadora Vanessa Pilas (VIVES, 2016)¹²⁰, estagiando em uma instituição que acolhe crianças autistas na França, pôde experimentar como um robô humanoide chamado de NAO (comercializado pela sociedade Aldebaran¹²¹), e sua voz particular chamada de “voz maquínica” permitiu despertar o interesse de crianças que apresentavam dificuldades de interação pelo olhar e de diálogo durante o tratamento. Esse robô (Figura 5) permitia que a pesquisadora digitasse, por intermédio de um teclado, aquilo que ela desejava falar com uma criança em específico, virando assim o seu porta-voz, *porte-parole*. Dessa forma, a voz maquínica pronunciada possibilitou aproximação e avanço nos tratamentos realizados.

¹¹⁹ É por isso que para o autista a ecolalia funciona como “abafa-timbres”. Uma “verdadeira estratégia de desativação do desejo do Outro presente em seu dizer” (VIVES, 2020/2021, p. 132).

¹²⁰ Original em francês. *L'enfant et le robot. De la voix naturelle à la manipulation de la voix machinique dans un dispositif de médiation thérapeutique*. Mémoire de Master Recherche soutenu à l'Université Nice Sophia Antipolis.

¹²¹ Disponível em: <https://www.aldebaran.com/en/nao>. Acesso em: 1 maio 2023.

Figura 5 – NAO é o primeiro robô criado por Aldebaran



Fonte: NAO⁶ (c2022).

Quais questões temos a partir dessas novas estratégias de trabalho e relação? O que podemos aprender com isso? Qual é o tratamento que a voz natural recebe ao transitar por esse artefato? Uma voz particular despertar o interesse parece mostrar que a criança se sente causada sem ficar aterrorizada. O robô humanoide permitiu fazer um trânsito, uma mediação entre a pesquisadora, a fala humana e o autista. A fala humana seria aquilo que sai do corpo e entra numa relação de troca? De perdas? Falar seria perder a palavra? Escutar a palavra do Outro seria perder a sua própria? O interesse pela voz maquínica possibilitou a constituição de um apego por essa voz singular, ao contrário do que vemos com a colocação da voz no ato da fala que é bem custosa para essas crianças. Além disso, essa vivência mostra que essas fontes sonoras não necessitam de um tratamento por parte do autista, tal como se exige no caso da voz humana, cujo investimento é difícil. Podemos pensar também numa possível identificação com a voz maquínica, se considerarmos os casos de crianças em que a prosódia é bastante regular a ponto de parecer estranha, “robotizadas”.

As vozes artificiais ou maquínicas são investidas pela criança de maneira mais imediata. Podemos ver no cotidiano o quanto essas crianças são capturadas por objetos que veiculam a voz fora do corpo, como a televisão, celulares, tablets com seus numerosos desenhos animados, “joguinhos” etc. Esse interesse no âmbito do tratamento é confirmado a partir de oficinas que se utilizaram do artefato robô humanoide, possibilitando que crianças autistas respondessem às solicitações da máquina e produzissem seus enunciados espontâneos a partir de uma captura

possível do material vocal. Isso mostra a importância do que essas estratégias revelam sobre a voz (VIVES, 2016, p. 4-5):

A particularidade da voz, quando é tratada pela máquina e então se torna vocalidade artificial¹²², é a de ser produzida sem fazer uso nem dessa caixa de ressonância que é a caixa torácica nem das cordas vocais. A voz é escutada então como destacada do corpo e de seu aparelho fonatório. É uma voz fora do corpo, desincorporada e deslocada. Essa dimensão é com certeza essencial para o investimento possível pela criança autista.

A voz maquínica é uma voz totalmente criada. Difere, assim, da vocalidade artificial que é fixada e descolada, no entanto, ela não faz referência ao locutor e presentifica “uma voz sem sujeito” (VIVES, 2016, p. 5). Seria esse apagamento total da voz natural na voz maquínica que traz consigo o aniquilamento (desaparecimento) do timbre, se tornando aceitável para muitos autistas. Isso acontece porque nas vozes artificiais a informação sobre as qualidades torna-se incerta por não se prender nem a um corpo nem às suas exigências fisiológicas.

Concordamos com a hipótese que Vives formula acerca do timbre da voz. Do timbre como o maior representante da voz como objeto em sua dimensão pulsional. Isso vai ao encontro da abordagem do professor Wisnik sobre ser a face do som mais enigmática para pensar a relação com a voz, pois constitui o que há de mais real na voz humana. Como parâmetro, ele é irreduzível, indomável: o que se chama de “grão da voz” (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021; ENCONTRO..., 2022). É por isso que o timbre é tomado como inclassificável, incomensurável, escapando, portanto, a possibilidade de ser totalmente cernido. Na voz natural, ele é único e próprio a cada indivíduo, o que permite dizermos que é o timbre o que confere a unicidade da voz.

Se buscarmos qualificar um timbre, podemos recorrer a tudo aquilo que permite um sentido tátil, visual, gustativo ou mesmo material, o que qualificaria a voz como (VIVES, 2016, p. 5):

quente, fria, rouca, abafada, macia, seca, áspera, maleável. [...] clara, sombria, branca, brilhante, opaca, sem brilho. [...] ácida, azeda,

¹²² Todo material sonoro, vocal, gravado e fixado (como a voz natural de uma cantora captada em um CD) que pode ou não ter tido modificações, distorções a fim de produzirem um efeito estético (VIVES, 2016).

picante. [...] uma sonoridade metálica, um som semelhante a um amassado de papel, a uma bater de asas...

Essa unicidade conferida à voz pelo timbre indica também como ele é o resultante complexo da transformação e da modelagem do som laríngeo pelas cavidades de ressonância, o que atesta a dimensão real da voz. Por estar diretamente relacionado ao corpo, ele sofrerá modificações a partir das transformações que se vive na puberdade, na menopausa ou em qualquer doença anatômica (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021; ENCONTRO..., 2022). Portanto, é sem dúvida um índice poderoso de presença que marca a singularidade de cada sujeito.

Psicanaliticamente falando, o timbre seria o ponto real que excede a palavra e, paradoxalmente, aquilo que permite o investimento pelo *infans*, pois a palavra, quando transmitida, é assombrada pelo timbre maternal e reconhecida precocemente por ele. Tal como mostram as pesquisas de experiências realizadas por psicólogos geneticistas conduzidas com recém-nascidos (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021).

Portanto, o sujeito se manifesta com a voz em sua dimensão de timbre. Isso vai ao encontro daquilo que Lacan (1959/2002) diz das relações do sujeito com a dimensão real da voz, o que marca a sua função de objeto fazendo intervir o peso real do sujeito no discurso. É a isso que a criança autista recusa, esse “peso do sujeito”, esse a facilmente percebido pelo circuito da pulsão invocante que implica a presença do Outro (VIVES, 2016, p. 7):

[...] depois de ter ressoado ao timbre do Outro, o sujeito em devir ao mesmo tempo o assume e o rejeita. Com efeito, ele assume esse timbre originário do fato de que um “Sim” acolhe a voz do Outro (*Bejahung*) – sim ao chamado a advir – e concomitantemente a rejeita (*Ausstossung*), o sujeito devendo poder tornar-se surdo para poder adquirir sua própria voz. Somos aqui confrontados a um “Não” (*Ausstossung*) que se coloca a serviço de um “Sim” (*Bejahung*)¹²³ e que permitirá que o sujeito venha a possuir uma voz. O *infans*, em um mesmo movimento, diz “Sim” e “Não” ao timbre originário. Esse processo, articulando aceitação e recusa do timbre originário, permite assim à voz que chamou o real humano a vir, permaneça no seu lugar, ou seja, em um primeiro tempo inaudível e depois inédito. Essa surdez à voz primordial permitirá que o sujeito venha, por sua vez, dar a voz.

123 (DIDIER-WEILL *apud* VIVES, 2016).

Isso que o autor elabora a partir do timbre da voz e a sua relação para a constituição do sujeito do inconsciente permite pensarmos as diversas consequências no processo de estruturação da criança autista diante da sua insuportabilidade ao “timbre”. Se o timbre comporta aquilo que é de mais real da voz, a marca da presença e do desejo do Outro e se esse desejo é resultante da equação de divisão do sujeito pelo Outro na linguagem, que pela voz e com a voz se realiza, é importante considerarmos que a voz é primeiro objeto pulsional (LAZNIK, 1995/2011, 2004/2013) que ressoa desejante; com ela, o Outro supõe corpo e sujeito no *infans*, o atinge com seu amor/desejo, produzindo, assim, uma marca de gozo que vai promover, inclusive, um gozo outro pela sua própria voz (balbucio). Eis como se estrutura isso nomeado como “ponto surdo” (VIVES, 2016; ORRADO; VIVES, 2020/2021), que é a assunção e o recalque à voz do Outro para, assim, se constituir como aquele que possui uma voz.

Devido a particularidades constituintes, isso não se passa dessa forma com a criança autista. Isso que a literatura traz, da insuportabilidade do timbre pelo autista, desse “real da voz”, presença do Outro e do desejo que o sustenta, já é efeito da relação da criança com o Outro e, conseqüentemente, vai afetar toda a sua relação posterior com o outro, com os objetos, coisas e situações. É possível que na relação primordial com a voz do Outro essa voz, ao incidir no corpo do *infans*, tenha feito eco e não o tocado afetiva e efetivamente. O gozo do Outro não foi capaz de se inscrever nesse campo, impossibilitando uma escrita no corpo de um gozo outro.

Logo, o autismo resultaria de um mau encontro entre a criança que não constituiu esse ponto surdo e um Outro surdo de uma surdez significativa (CATÃO; VIVES, 2011; VIVES, 2016). A não constituição desse ponto surdo tornaria o ambiente indiferenciado e intratável, o que resultaria na intolerância aos sons, que indiferenciados ficavam fora de qualquer atribuição de sentido. A pesquisa inicial de Catão e Vives (2011) trabalhava com a hipótese de que para o autista tudo era barulho, mas as pesquisas com o robô NAO permitiram empreender outro raciocínio. As diversas formas de sonoridade (voz maquínica e vocalidade artificial/músicas) são mais facilmente investidas pelos autistas e bem mais toleradas do que a voz natural, permitindo, assim, um espaço de fala possível. Se “o desaparecimento da voz natural provoca o pagamento do timbre, é possível correlacionar o apaziguamento relativo à voz comprovado pelos pacientes com essa particularidade da voz maquínica” (VIVES, 2016, p. 8).

O real da voz (o timbre) desaparece na voz maquínica por se tratar de uma criação artificial. O interessante desse fato é que o aparato (robô humanoide) mediado pela pesquisadora permitiu que um “dizer” fosse ouvido. Já que essa experiência se deu no apagamento dessa dimensão subjetiva da enunciação, ou seja, no desaparecimento do timbre. Nesse sentido a voz maquínica apresentaria esse ponto surdo que o autista não pôde utilizar. Mas, como podemos definir esse ponto surdo? Como “o lugar onde o sujeito, para advir como falante deve, enquanto emissor a vir, poder esquecer que ele é receptor do timbre originário” (VIVES, 2016, p. 8).

O ensurdecimento do timbre originário permite que o sujeito possa falar sem saber o que diz, como sujeito do inconsciente. “Sem saber” no sentido que o que importa é entrar nessa relação de reciprocidade junto ao Outro, com a voz do Outro. Nisso o *infans* pode adquirir essa surdez específica a esse real do som musical da voz, podendo, assim, entrar nessa relação mútua que é de separação e perdas para, assim, advir como sujeito do desejo. Sabemos que, no caso do autista, a não renúncia ao gozo vocal indicaria a recusa em se deixar dividir por um ato de fala, em outras palavras, pela divisão do sujeito própria à constituição subjetiva. Dessa forma, a voz maquínica no tratamento permitiu ecoar o silêncio do timbre, materializando algo desse vazio de objeto no interior da voz. A estruturação do ponto silencioso no lugar da voz possibilitando, então, que o autista viva a renúncia ao seu gozo vocal.

Dito de outra maneira, o tratamento da voz natural pela voz maquínica possibilita à criança experimentar uma lacuna entre ela e esse objeto pulsional que lhe atravessa sem que possa ceder em nada. O silenciamento do timbre e a consequente desmaterialização da voz natural permitiria, assim, a renúncia de seu gozo vocal, tornando possível uma articulação entre voz e fala. Cabe lembrar que a experiência com a voz maquínica não é suficiente em si mesma, mas se alicerça principalmente no laço transferencial da criança com a pesquisadora mediada pelo robô humanoide e da possibilidade do encontro presente com uma voz possível.

Contudo, tanto a voz maquínica quanto a música “permitem tratar a relação específica do autista à presença vocal do Outro” (VIVES, 2016, p. 9). A voz maquínica com a qualidade de permitir uma fala sem subjetividade e a música como uma subjetividade expressa fora da fala¹²⁴. Isso posto, podemos dizer que na clínica com

¹²⁴ Sobre esse último aspecto, Vives indica a leitura das páginas que Alain Didier-Weill consagra à música (DIDIER-WEILL, A. **Les trois temps de la loi**. Paris: Seuil, 1995. p. 245-275).

autista é preciso um *savoir-faire* com o timbre? E mais, que o timbre é lalíngua na voz?

Outro ponto importante para a nossa discussão se refere a isso que se passa com a voz e pela voz. O que exige que possamos saber lê-la pelo ponto de vista da estrutura de linguagem. Sabemos que a função de objeto já estava presente desde Freud a partir dos objetos oral (seio), anal (fezes) e fálico (falo), inclusive foi Melanie Klein¹²⁵ quem trabalhou com esses objetos ditos “pré-genitais” e parciais, mas tomados como objetos sucessivos inscritos em uma teoria do desenvolvimento – do desenvolvimento do indivíduo. Um ponto de vista cronológico em que o objeto vocal passou despercebido. Foi somente com Lacan que esse objeto apareceu na psicanálise¹²⁶. Isso quando a perspectiva foi ordenada com relação a um ponto de vista estrutural, ou seja, aquilo que forneceu o estatuto ao inconsciente a partir da estrutura da linguagem, permitindo separar, de um lado, a teoria dos estágios, e de outro, os objetos que se encontram caídos (MILLER, 1994/2013, p. 2):

O ponto de vista estrutural nos obriga igualmente a remanejar a noção de indivíduo, suporte do desenvolvimento, para substituí-lo por um conceito diferente, o de sujeito – que não é suporte do desenvolvimento nem mesmo o suporte da estrutura.

Pois é ele que supõe a estrutura. No sentido de se tratar de um sujeito definido como sujeito do significante. Assim sendo, existe uma relação entre um objeto (objeto a) que não é significante e esse sujeito que está entre significantes.

$$[a \rightarrow \$ (S1 \rightarrow \$ \rightarrow S2)]$$

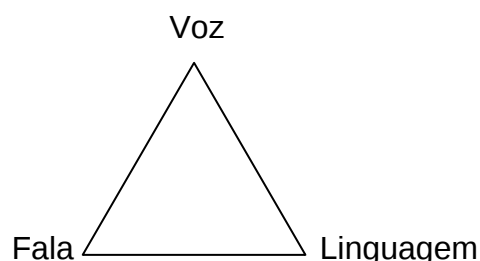
No percurso para responder à pergunta sobre essa relação ou sobre esse problema, Lacan se deparou com dois novos objetos: o objeto vocal (voz) e o objeto escópico (olhar). Esses generalizam o *status* de objeto na medida em que não são situáveis em nenhum estágio, pois “não existe nem um estágio vocal nem um estágio escópico” (MILLER, 1994/2013, p. 3), o que existe é a sua relação de função, como objeto a. No caso do objeto escópico, Lacan (1961/1998b) realizou um

¹²⁵ E Karl Abraham (MILLER, 1994/2013).

¹²⁶ Para Miller (1994/2013) Lacan extraiu o objeto vocal a partir dos “fenômenos do automatismo mental” nomeados por Clérambault, mestre da psiquiatria reconhecido por Lacan. Fato que permitiu apontar para a imaterialidade sonora da voz.

desenvolvimento que permitiu distinguir a visão como função do órgão vista, do olhar como objeto por onde se inscreve o desejo do sujeito. Isso foi problematizado no “estádio do espelho”, da visão de uma imagem que forma o eu [*moi*] e do olhar que a partir da nomeação simbólica constitui o sujeito [*je*] e em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, quando o isolamento do olhar se fará como objeto *a*. Nesse último, o autor pôde trazer uma oposição entre o olho e o olhar. Por outro lado, o mesmo desenvolvimento não ocorreu com o objeto vocal¹²⁷, o que não impediu de pensarmos uma certa oposição entre a orelha e a voz ou a orelha e a boca (PORGE, 2012/2014) se considerarmos o que Lacan (1964/2008a) disse nos “quatro conceitos fundamentais” a respeito da pulsão e seus objetos, de que há um movimento de vai e vem que impulsiona e se realiza em “se fazer ver” e “se fazer ouvir”, concernente a fazer-se objeto de um Outro¹²⁸.

Para Miller (1994/2013), se Lacan toma a função da fala no campo da linguagem como ponto de partida para entender a clínica psicanalítica, temos que a instância da voz parece inscrever-se como um terceiro que fica entre a função da fala e o campo da linguagem:

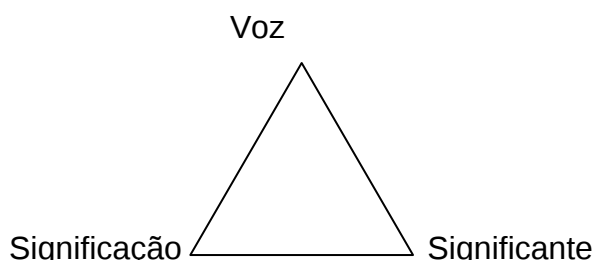


O ponto de vista estrutural mostra, portanto, que isso que ocorre na relação do sujeito do significante com a fala, ou seja, com a intenção do dizer, aponta como a voz se instala numa posição de resto: como objeto *a*. A função da fala amarra aquilo que se busca significar (intenção de significação) com o significante, um enlaçamento que só é possível pelo que a voz e seu viés pulsional permitem. Mas se é possível falarmos sem voz, essa possibilidade indica que podemos definir a voz “como tudo que, do

¹²⁷ A inclusão da voz na lista dos objetos *a* surge em Lacan antes do olhar, na sessão de 20 de maio de 1959, em *O desejo e sua interpretação*.

¹²⁸ Na psicanálise, essa relação de “se fazer objeto de um outro” é fundamental para a constituição subjetiva sendo chamada por Lacan (1964/2008a) de terceiro tempo da pulsão. A literatura do(s) autismo(s) mostra o quanto a criança autista não se coloca nessa posição de objeto junto ao Outro. Faremos um breve desenvolvimento sobre essa questão quando formos trabalhar a voz como pulsão invocante.

significante, não concorre para o efeito de significação” (MILLER, 1994/2013, p. 7). Ou seja, a voz lacaniana se posiciona essencialmente fora do sentido. Nisso, ela não somente não seria a fala como em nada seria o falar.



Portanto, a voz para Lacan é, sem dúvida, uma produção (produto, resto) da função do significante, da cadeia significante como tal, como ela é falada ou entendida, lida e escrita. É a dimensão de qualquer cadeia significante, na medida em que essa comporta uma atribuição subjetiva, designando um lugar para o sujeito. Nesse sentido, a voz para a psicanálise não estaria nem ligada aos órgãos dos sentidos nem ao registro sensorial.

De todo modo, a nomeação da voz como objeto a permitiu uma nova abordagem dos fenômenos clínicos que estão em sua origem. Enquanto pulsão invocante (LACAN, 1964/2008a), ela convoca não um, mas dois orifícios: “a boca para falar, chamar, e a orelha para escutar, ouvir” (PORGE, 2012/2014, p. 12). Para finalizar, pensemos a fala em sua relação aos paradoxos de percepção da palavra. O ouvinte precisará ocupar um lugar de suportabilidade diante dos efeitos da fala, seja da sua própria, seja da fala do outro.

Incluimos aqui a análise da percepção que um autista faz da palavra do Outro e a análise que um psicanalista faz da fala dos autistas com quem trabalha: “ele está me dizendo isso, mas o que realmente ele quer me dizer?” Um ponto de atenção que possibilita escutar um dizer que fica esquecido atrás de um dito¹²⁹. Será que a escuta do psicanalista permite que essa fala do autista se torne audível? Ou vivemos um momento em que o discurso atual da “psiquiatria das afecções mentais” incide de tal modo que até mesmo psicanalistas lacanianos se encontram surdos a essa fala? Diria de “uma surdez significante”? Quanto à percepção que um autista tem de sua própria

¹²⁹ Aqui tomamos como referência a célebre frase de Lacan (1972/2003) em *O Aturdido*: “que se diga fica esquecido atrás do que se diz no que se ouve”, que permitiu ao autor trazer à antinomia sentido e significação.

fala, o paradoxo está em ele se ouvir enquanto fala. O que inclui certas afetações que dividem, que aterrorizam, estranham e causam esse que, além de falar, também se ouve. Entre essas modalidades de “diálogos” e seus paradoxos, voltemos à cena da criança que “tapa os ouvidos” diante da fala do Outro para pensarmos: esse ato se refere a uma específica suportabilidade da voz e, desse modo, uma maneira de retenção ao que essa voz ecoa¹³⁰? Essa parece ser uma questão inédita na literatura, precisando, portanto, ser incluída para maiores estudos.

4.3 A INVOCANTE EXPERIÊNCIA DO INCONSCIENTE

“Eis-nos, pois, acuados contra o muro, contra o muro da linguagem. Estamos em nosso lugar, isto é, do mesmo lado que o paciente, e é nesse muro, que é o mesmo para ele e para nós, que tentaremos responder ao eco de sua fala.”

(Lacan, 1954/1993, p. 317)

A verdade que se estrutura no mito de Eco permite que entendamos toda dificuldade que há em uma voz se fazer ouvir. O mito de Eco, relegado a segundo plano pela posterioridade, está entrelaçado no mito de Narciso. Sendo assim, buscar restituir a voz a Eco a partir de um “estádio do eco” é apoiar-se na valorização que há na estrutura narrativa do mito¹³¹ para discernir “o espaço-tempo topológico da voz na pulsão invocante” (PORGE, 2012/2014, p. 20). Lacan identificará esse espaço com aquele do objeto *a* e, assim, da voz como forma de corte.

Trazer o estágio do eco a partir de uma estrutura topológica indica um caminho, entre vários, que podemos percorrer. Aquele que não está fixado em uma etapa do desenvolvimento, porque a voz em seu estatuto de objeto pulsional (remetido ao desejo do Outro) deve ser pensada ao longo de todo o processo e não situável em

¹³⁰ Podemos pensar essa “retenção” numa certa analogia com os músicos e cantores, que usam retorno de ouvido (com o auxílio das mãos) que ajuda a abafar ruídos e amplificar o som da voz e/ou dos instrumentos para que se possa ouvir melhor o que eles soam, além de ser um aparato de proteção e transmissão de informações.

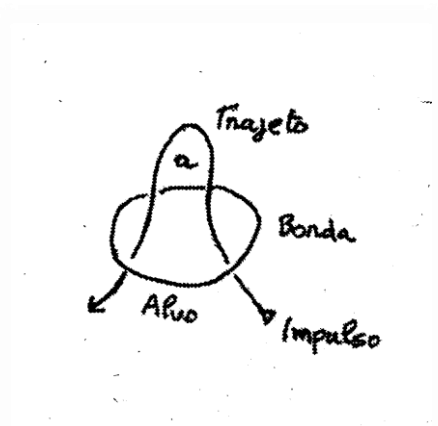
¹³¹ Mitos gregos são narrativas tradicionais de “histórias antigas, partilhadas, e não fruto da invenção ou da originalidade de ninguém em particular”, que busca a compreensão da natureza desses relatos. Constitui “uma tradição viva susceptível de ser modificada e reinventada em cada uso ou em cada composição” (PENA, 2017, p. 16). Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32935/1/Eco%20e%20Narciso%2C%20leituras%20de%20um%20mito.pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.

nenhum estágio. E se o mito de Eco está entrelaçado no mito de Narciso, é importante que saibamos que a escolha por falar de estágio do eco é para indicar o quanto a voz e a pulsão invocante excedem e o precedem, principalmente quando tomamos para análise a analogia com o “estádio do espelho” permitindo, assim, que possamos entendê-los de um novo modo. Porge (2012/2014) aborda a pulsão invocante como tendo um lugar privilegiado na prática clínica, diante da dissimetria que há entre analista/analisante, escuta e silêncio/analista e fala e ideias/analisante. Nesses lugares, o eco participa da interpretação analítica, mas só operaria nela se alguma coisa do significante puder ressoar. É o eco que faz ressoar a fala.

Outro ponto que o “estádio do eco” permite desdobrar inclui a questão do(s) autismo(s). Esse estudo traz, dessa forma, fundamentos que apoiam a abordagem de fenômenos clínicos, em que a voz adquire um lugar de destaque. Nesse caso, a ecolalia no autismo não ficaria reduzida à ilustração de um “estádio do espelho” que se constituiria fora da fala, permitindo trânsitos e relações.

Partamos primeiramente das interpretações realizadas por Lacan acerca das pulsões. As pulsões sexuais concernidas a seus objetos estão limitadas a quatro: pulsão oral (seio), anal (excremento), escópico (olhar) e invocante (voz). Esses objetos, distinguidos como objeto *a*, são causa de desejo, não especular, não partilhável, isto é, resto da operação de divisão do Outro pelo significante que representa o sujeito (LACAN, 1964/2008a). Considerando suas características, ou seja, a força (constante), a fonte (zonas erógenas), a finalidade/alvo (satisfação) e seu(s) objeto(s), a topologia permite que façamos um trajeto visível ao nosso entendimento. Lacan mostra isso a partir de uma montagem topológica em que o trajeto da pulsão (Figura 6) teria como finalidade a satisfação a partir de um “traçado de ato”: parte da zona erógena e a ela retorna, fazendo um contorno de objeto *a*:

Figura 6 – Trajeto da pulsão



Fonte: Porge (2014)

Nesse trajeto, três tempos são contados. Um tempo ativo, um reflexivo e um passivo¹³² que são generalizados às quatro pulsões. Em suma, se tomarmos para exemplo a pulsão oral, o primeiro tempo (ativo), a satisfação da pulsão do bebê, vai em direção a um objeto externo (seio ou mamadeira); no segundo (reflexivo), toma-se como objeto uma parte do seu próprio corpo (autoerotismo), satisfazendo-se ao chupar partes dele como uma experiência alucinatória de satisfação; e o terceiro (passivo), que concerne ao se fazer objeto de um outro, na medida em que a ele o bebê se assujeita (MENDES, 2016, p. 98):

Tal operação de assujeitamento parece ser vivenciada por uma experiência cotidiana, quando um bebê estende um pé “apetitoso” em direção à boca de seu agente maternante, que se deleita. “Salta aos olhos o prazer compartilhado” (LAZNIK, 2004/2013, p. 28), o que desperta em geral sorrisos na criança, nos indicando que ela buscava justamente fisgar “o gozo” deste Outro.

Essa busca de satisfação terceira, apesar de ser dita “passiva”, não se manifesta de modo algum passivamente. Pelo contrário, se realiza numa *atividade* em que o bebê vai *oferecer o pezinho para se fazer comer*¹³³ por esse outro para o qual se faz, ele próprio, objeto¹³⁴. Objeto de um assujeitamento no qual vai buscar fisgar o

¹³² Esses três tempos da pulsão foram desenvolvidos em minha dissertação de mestrado (2014-2016) a partir da leitura que Marie-Christine Laznik realiza de Freud e Lacan pensando o percurso pulsional na questão do(s) autismo(s). Dissertação já indicada nesta tese.

¹³³ Grifos nossos.

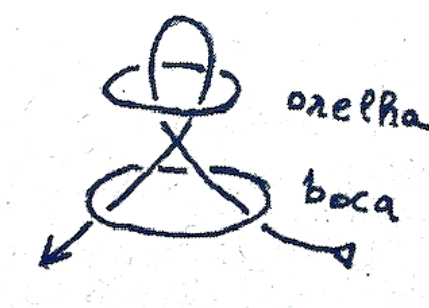
¹³⁴ Como já ressaltado anteriormente, a literatura do(s) autismo(s) mostra que há algo desse lugar de objeto do Outro que para o autista não se institui ou mostra dificuldades para se constituir. Ou seja, parece existir uma dificuldade em se colocar como objeto de gozo do Outro, diante do que aí se exige.

gozo de seu agente maternante, enquanto este representa o Outro primordial provedor de significantes.

Para Porge (2012/2014), essa gramática vetoriza o trajeto da pulsão no limite do corpo e lálingua, sendo que o terceiro tempo indicado por Lacan como um “fazer-se” traz o reconhecimento de que o ir e vir dos dois primeiros tempos não segue um traçado em círculo tendo como referência um ponto, mas sim a existência de um furo (o da fonte), de um vazio em que a pulsão vai visar contornar. A referência é a do furo, a do vazio. Nisso, a pulsão invocante (LACAN, 1964/2008a) teria a particularidade desse terceiro tempo do trajeto, do *se fazer ouvir*. Um trajeto alvo em que a satisfação pulsional não retornaria para o sujeito, mas para o Outro. É por isso que ela tem o privilégio de não se fechar, pelo fato de retornar às orelhas. Mas se ela não pode se fechar, toda essa montagem descrita se desmontaria? Se o trajeto da pulsão no terceiro tempo retorna ao Outro, não seria o caso aí do surgimento do sujeito no campo do Outro? Sendo assim, toda pulsão não seria invocante diante de sua relação com o Outro (PORGE, 2012/2014)? Para Porge, mais que subscrever a ideia de que a pulsão invocante não se fecha, devido ao seu retorno sobre o Outro, é preciso marcar que ela se fecha “Outramente”¹³⁵.

Nisso, a escrita topológica deverá incluir a dualidade das fontes com um trajeto de duplo laço (Figura 7):

Figura 7 – Trajeto em duplo laço



Fonte: Porge (2012/2014)

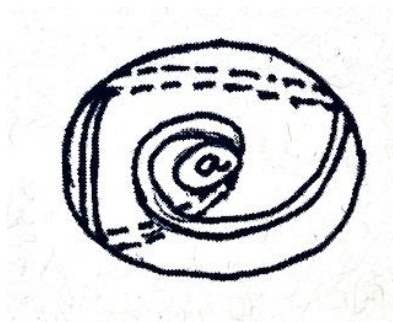
Ou seja, a pulsão invocante convoca dois orifícios: a boca para falar e a orelha para escutar. Essa dualidade de fontes a inscreve na problemática de divisão e separação da relação do sujeito com o Outro. Esse entre “bocas e orelhas” marca o

¹³⁵ As aspas são nossas.

caráter inapreensível da voz, ou seja, da impossibilidade de localizá-la, a não ser nesse entre “falas e escutas”. Com isso, a voz estaria situada entre o dentro e o fora, o que permite, quando sonorizada, transicionar, isto é, fazer o papel de objeto transicional como observou Winnicott (PORGE, 2012/2014). Mas como já ressaltamos anteriormente na questão dos autistas que escutam a si mesmos (LACAN, 1975/1998e), a voz não ficaria somente nessa relação de intermediação com o outro, mas também engendraria passagens entre o sujeito e ele mesmo, o que marca o laço intrínseco entre o falar e o ouvir.

Voltemos ao trajeto de duplo laço. O orifício da orelha pode se projetar sobre o da boca (ou inversamente), obtendo-se uma estrutura topológica de toro (Figura 8):

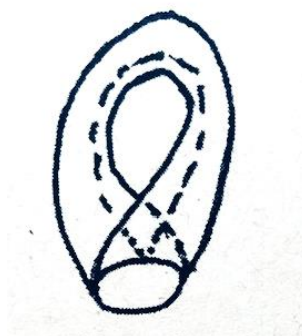
Figura 8 – Trajeto em superfície de toro



Fonte: Porge (2014)

O toro é o rebatimento de uma superfície de Klein em que o trajeto se projeta e cujo corte separa em duas bandas de Moebius (Figura 9):

Figura 9 – Trajeto que projeta o corte da garrafa de Klein



Fonte: Porge (2014)

Esse percurso pela topologia no espaço mostra que o trajeto da pulsão invocante “é então um trajeto em duplo laço, em oito interior, correspondendo à borda moebiana entre o ouvir e o falar à qual fazia referência Lacan” (PORGE, 2012/2014, p. 92). Um trajeto que percorre um vazio, o do espaço cercado pela garrafa de Klein, em que *a* ocupa um lugar. Nesse caso, essa pulsão invocante percorreria um vazio em que se assimila o silêncio. Mas voltemos ao percurso pulsional e sua reformulação aos três tempos. Os tempos devem combinar e conectar duas séries, a que sai da boca e a que sai do ouvido. Sendo que a primeira seria o “falar ou chamar”, “ser falado ou ser chamado” e “fazer-se falar ou fazer-se ouvir”, enquanto a segunda série seria “ouvir ou escutar”, “ser ouvido ou ser escutado” e “fazer-se escutar”.

No que se refere à pulsão invocante e à fala, “a voz é ao mesmo tempo do corpo e da linguagem” (MESCHONNIC¹³⁶ *apud* PORGE, 2012/2014, p. 94). Ela “está no cruzamento do som e do sentido, do afeto e da significação, do corpo e da linguagem” (PORGE, 2012/014, p. 95). No desacordo entre corpo e linguagem ela é silêncio, pois a voz divide e separa.

A voz divide também o falar e o ouvir e como a permite o endereçamento ao Outro. Enquanto ato de fala, essa dualidade do falar e ouvir acarreta um desconhecimento da voz, introduzindo aí a divisão do sujeito em relação à fala “na medida em que a fala é vocal e que o vocal está ligado aos afetos, aos equívocos do significante e aos efeitos de sentido” (PORGE, 2012/2014, p. 95).

E a voz como eco, quais seriam os desdobramentos conceituais que permitem que avancemos em nossa discussão? A existência de um “estádio do eco” proposta por Porge (2012/2014) como uma possibilidade de entender a origem de determinados fenômenos clínicos visaria discernir o quanto a voz faz parte da lista dos objetos na medida em que ela é reativada na função simbólica da fala e na formação da função do eu [*moi*], que ressoará as marcas de resposta que fizeram do grito apelo.

Se, por um lado, a voz como eco é redutível à estrutura do estágio do espelho, no sentido que a sua participação como pulsão invocante é necessária, por outro essa última o excede e o precede. Na primeira versão, de 1949, em *O estágio do espelho*

¹³⁶ Henri Meschonnic (1932-2009) foi um poeta francês, tradutor, linguista, teórico da poesia e da tradução. Professor de linguística e literatura em Paris VIII, foi um dos fundadores do Centro Experimental de Vincennes e promoveu uma linha de trabalho desenvolvida como “Disciplinas do Sentido” na École doctorale por ele fundada em 1990.

como formador da função do eu (LACAN, 1949/1998d), tanto a voz quanto a pulsão invocante não participam. Mas, por outro lado, esse texto indica toda uma importância da eficácia simbólica para a formação constitutiva do [moi]. Já no texto de 1960 (LACAN, 1961/1998b), em *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*, o “esquema ótico”, que seria a introdução de um espelho plano junto ao “esquema do buquê invertido de Bouasse”, Lacan reestabelece à dimensão simbólica da fala (o Outro) sua função no surgimento do sujeito [je], momento em que a criança diante do espelho se volta para aquele que a segura com um olhar que pede que se confirme: “sim, esse bebê é você!”, mudando aí o campo de visibilidade. Nessa assunção do sujeito, Lacan destaca a função e a posição de a, objeto do desejo, objeto parcial, porém não especularizável. Lacan (1964/2008a) sublinha que é no espaço do Outro (A) que o sujeito se olha¹³⁷ (pela imagem) ao mesmo tempo que se vê (pelo Outro que atesta com o olhar¹³⁸ ao mesmo que diz: “sim, é você!”). Nisso, a voz faz parte desses objetos reativados na função simbólica.

Portanto, podemos separar o eu do a pensando que o estádio do espelho é um estádio da disjunção da visão e do olhar¹³⁹ diante da não especularidade do objeto. É diante desse fato que Porge (2012/2014) coloca que há estádio do eco no estádio do espelho, sendo que isso não seria o estádio da voz propriamente dito. “A voz não é especular, ela não tem representação e ela está disjunta de sua representação sonora, de seu eco” (PORGE, 2012/2014, p. 102). Ou seja, a voz é separada de seu eco. Logo, enquanto no estádio do espelho o olhar se destacaria da visão, no estádio do eco a voz se destacaria do sonoro.

É importante percebermos que essa função simbólica que a fala exerce, como o ponto em que o sujeito se vê através do Outro, é o mesmo ponto em que seu grito se fez apelo no início. Em outros termos, para que o estádio do eco cumpra seu papel no estádio do espelho, “é preciso que de certo modo ele já tenha existido, que o grito tenha sido lançado, que a voz tenha sido rodeada de silêncio, que o grito tenha se tornado apelo” (PORGE, 2012/2014, p. 103). Há, assim, um complexo de espelho e de eco.

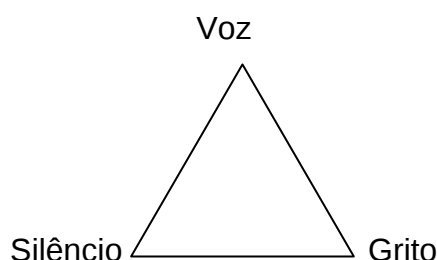
Dessa maneira, o estádio do eco precede o estádio do espelho. Essa anterioridade é lógica e se estrutura nos primórdios de uma relação entre o Outro e o

¹³⁷ Como órgão da visão.

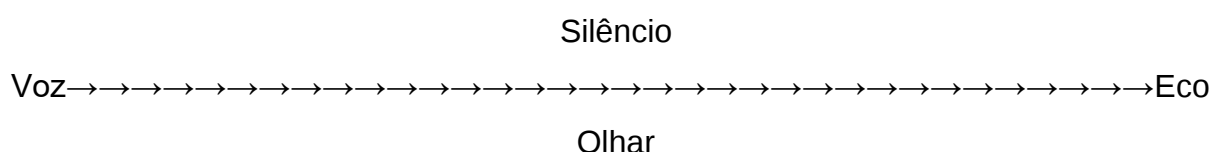
¹³⁸ Como função simbólica.

¹³⁹ Podemos dizer que a função do olhar seria um “falar com os olhos”.

infans, já que a voz é o primeiro objeto pulsional em que se estrutura o desejo (LAZNIK, 1995/2011, 2004/2013). Por outro lado, o estádio do eco se constitui de tal forma que, ao ser independente do estádio do espelho, o excede. Nisso, tanto o silêncio quanto o grito estão intrinsecamente ligados à voz contribuindo para a distinção da pulsão invocante.



O silêncio se desliza entre a voz e seu eco e assim permite um eco de ser ouvido. Ele é a voz sem o eco. Numa analogia com o olhar, o silêncio seria a tela sobre a qual se projeta a voz e a máscara.



A voz como objeto *a* é o que permite a característica de ser separável. É na hiância que há entre os dois orifícios da pulsão invocante que esse caráter separado da voz fica marcado. Como objeto, além de não ter imagem especular, ela também se destaca, se separa das representações sensoriais. Assim, a sonorização seria uma imaginarização da voz e funcionaria como *mais-de-gozar*. Nesse sentido, o “que caracteriza a voz como objeto *a* é o fato de que há passagem por dois orifícios corporais (a fonte da pulsão) e a existência da escansão¹⁴⁰, de um intervalo de abertura e de fechamento que faz às vezes de corte” (PORGE, 2012/2014, p. 110).

A estrutura da voz é também temporal, tal como Lacan (1974/2018) mostrou em *Os não tolos erram* ao afirmar que o próprio relato (o relatar) se realiza numa escansão, numa duração que está ligada ao tempo, uma vez que o objeto *a* também está ligado a uma dimensão do tempo. Com isso, as pausas na fala seriam cruciais

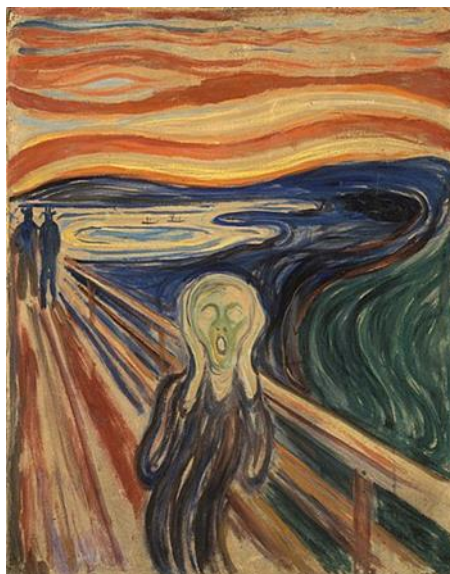
¹⁴⁰ Entendemos “escansão” a partir do que trouxemos sobre os parâmetros (faces) do som e da voz no início do capítulo (frequência, duração, intensidade, ataque e timbre).

para a escuta. “Na mãe, uma voz contínua, sem corte entre os fragmentos sonoros, é muito mal-recebida pela criança, que dela se desvia” (PORGE, 2012/2014, p. 111). É nesse sentido que Porge afirma que a voz é parceira do silêncio do Outro ao ressoar o seu vazio. “É o vazio do Outro como tal, o *ex nihilo*. A voz responde ao que é dito, mas não pode responder por isso. Em outras palavras, para que ela responda, devemos incorporar a voz como alteridade do que é dito” (LACAN *apud* PORGE, 2012/2014, p. 112). Pois o vazio do Outro é a sua falta de garantia última, do enigma de seu desejo e de seu gozo. E assim o silêncio poderá ser aquele que suscitará a voz do Outro, como também poderá ter um valor pulsional na conexão com os objetos *a*.

Para ouvirmos o caráter distintivo do silêncio por meio das dimensões do real, simbólico e imaginário, podemos distinguir o silêncio de fala, *tacere*, que se opõe ao silêncio de natureza, *silere*. Nisso, diferenciamos a relação do silêncio com o verbal do ato de fala do silêncio que denotaria a ausência de ruídos. Nesse último, o vazio se constituirá como borda entre silêncio e voz permitindo ao sujeito entrever e entreouvir experiências subjetivas cruciais.

Mas quais seriam as nodulações entre silêncio, voz e grito? Lacan (2006), em *Problemas cruciais da psicanálise*, toma *O grito*, quadro de Edvard Munch, para articular um ponto fundamental sobre o silêncio. O ser visto sobre a reprodução do quadro expressa um aspecto estranho e permite uma análise do grito/silêncio a partir de uma imagem que ganha voz pela escrita. Lacan (1965/2006, p. 217) observa: “este ser tapa as orelhas, escancara a boca: ele grita.”

Figura 10 – *O grito*, de Edvard Munch



Fonte: Google Art Project

Ao mesmo tempo se indaga (LACAN, 1965/2006, p. 217): “O que é esse grito? Quem ouviria esse grito que não ouvimos?” O grito, assim, impõe o silêncio. Esse último como correlativo que distinguiria sua presença de um grito de toda outra modulação imaginável.

Literalmente, o grito parece provocar o silêncio e, aí se abolindo, é sensível que ele o causa, ele o faz surgir, ele lhe permite manter a nota. É o grito o que o sustenta, e não o silêncio ao grito. O grito faz de alguma forma o silêncio se enovelar, no próprio impasse de onde brota, para que o silêncio daí escape. Mas já está feito quando vemos a imagem de Munch: o grito é atravessado pelo espaço do silêncio, sem que ele o habite: eles não estão ligados nem por estarem juntos nem por se sucederem: o grito faz o abismo onde o silêncio se aloja (LACAN, 1965/2006, p. 217).

O quadro de Munch traz o silêncio que permite dissociarmos a visão do olhar para falar do grito. Ou seja, na sua imagem vemos o grito mudo, o seu silêncio. Mas o que olhamos mesmo é para o grito. A imagem traz o grito, mas para que possamos ouvi-lo a partir de seu silêncio. Nessa imagem, a voz se distingue da voz modulante (em suas características), e o grito se faz diferente dela pela sua simplicidade, pela redução do aparelho posto em causa (laringe).

Em uma análise, é no lugar onde a palavra se alterna com o silêncio que surge o tecido sobre o qual se desenrola a mensagem do sujeito, “é aí onde o nada impresso deixa aparecer o que é essa palavra. E o que é dela é precisamente, nesse nível, sua

Contudo, se tomássemos aquilo que aprendemos sobre os ensinamentos da linguagem, ou seja, de que a linguagem não se aprende, mas se incorpora e, junto a isso, considerássemos que essa repetição em eco é constitutiva de uma relação primordial (PORGE, 2012/2014), poderíamos tomar a ecolalia como um momento lógico da incorporação da linguagem? Sim, e a criança autista é a prova dessa tentativa de incorporação. Essa leitura é de extrema importância para a clínica psicanalítica de crianças autistas, pois possibilita interpretar essa produção de linguagem da criança no ponto onde ela se encontra. Ou seja, no ponto de uma fala que ainda se encontra sem endereçamento, mas que mostra que o autista não está indiferente à fala do Outro (ORRADO; VIVES, 2020/2021). A grande questão será como permitir que essa sonorização aparentemente sem sentido possa se constituir numa oralização desejante – que o autista possa encontrar uma voz para si e, desse modo, poder falar.

5 A LINGUAGEM EM SUAS DIMENSÕES REAL, SIMBÓLICA E IMAGINÁRIA

*“O homem que diz ‘dou’ não dá
 Porque quem dá mesmo não diz
 O homem que diz ‘vou’ não vai
 Porque quando foi já não quis
 O homem que diz ‘sou’ não é
 Porque quem é mesmo é ‘não sou’
 O homem que diz ‘estou’ não está
 Porque ninguém está quando quer (...)”*

(Baden Powell e Vinícius de Moraes, 1966)

Vorcaro¹⁴³ (2022) chama a nossa atenção para algo que os psicanalistas estão surdos: a fala do autista. Quando uma criança autista diz algo, mediante um endereçamento dirigido ou não, é importante que uma indagação se faça: “o que ela quer me dizer quando me diz isso?” Essa indagação se estrutura num intervalo que permite que “se leia” isso que a criança diz naquilo que se escuta. Essas manifestações da criança se encontrariam, portanto, inaudíveis à espera de serem decifradas por meio de uma abordagem cuja leitura possa se guiar na importante asserção lacaniana de que a linguagem é o campo que possibilita à fala o exercício de sua função significante. Nesse aspecto, qual a indicação para que essa decifra(ção) seja possível? Na Conferência de Caracas, Lacan (1980, p. 22) deixou assinalada a sua herança: “Os meus três são o simbólico, o real e o imaginário. [...] Eu dei isso aos meus. Dei-lhes isso para que se orientem na prática.”

A emergência de novos conceitos na teoria psicanalítica permitiu a elaboração da linguagem a partir dos registros/dimensões do simbólico, do real e do imaginário. Pela topologia dos nós é possível acompanharmos toda a operação realizada para entendermos aquilo que Lacan evidenciou, antes mesmo de seu ensino, sobre a realidade ser real, simbólica e imaginariamente constituída. Foi na conferência¹⁴⁴ intitulada *O simbólico, o imaginário e o real* que essa formulação emergiu, trazendo,

¹⁴³ Discussão realizada em minha banca de qualificação de tese realizada no Instituto de Linguagem/Unicamp em 14 de dezembro de 2022, na qual estavam presentes a Prof.^a Nina Leite e o Prof. Lauro Baldini.

¹⁴⁴ Essa conferência foi realizada em 8 de julho de 1953, época da redação do relatório de Roma que foi apresentado meses depois, em setembro do mesmo ano.

sem dúvidas, seus efeitos na redação do relatório de Roma sobre *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. A apresentação inaugural dessa tríade viria a sustentar de ponta a ponta (1953-1980) toda a elaboração lacaniana subsequente, se fazendo presente, na última década de seu ensino, como objeto essencial sob a forma de nó borromeano e seus derivados.

Revisitemos os momentos que antecederam a teoria dos nós em que os seus três registros já se faziam presentes. Lacan começa o seu percurso se utilizando de certas variações do método fenomenológico a partir da dialética hegeliana para construção da sua noção de “sujeito dividido” para, em seguida, num projeto nomeado como “retorno a Freud” (1953-1960), lançar mão do método estrutural baseado na linguística. Momento em que é elaborada sua importante teoria do significante (1956). Após isso, suas elaborações contaram com o conceito de objeto *a* (1962), entre outras noções importantes, que permitiram ao autor começar a trabalhar com a topologia, passando pela lógica, para poder pensar e falar sobre o real a partir dos seus quatro discursos, da noção de gozo, podendo, assim, elaborar a teoria da sexualização (1971). É a partir dessa década que Lacan dá mostras de sua elaboração final por meio do entrelaçamento (cruzamento) de três anéis (três toros) que estão interligados numa estrutura de propriedade borromeana. Esse momento marca certo desvio de Lacan em relação à linguística estruturalista (Radiofonia, 1970). *Ou pior* (1971-1972) é o primeiro seminário em que Lacan nomeia esse enlace de “nó borromeano” como uma cadeia de três anéis que pode ser disjunta se um dos anéis for desatado (cortado). A frase “peço-te que me recuses o que te ofereço, porque não é isso” (LACAN, 1972/2003e, p. 59), explorada na lição do dia 9 de fevereiro de 1972, mostra uma certa ambiguidade que permitiu ao autor, a partir de uma relação ternária desses três verbos (pedir – recusar – oferecer), pensar essa propriedade borromeana nas suas mais diversas relações com a demanda e o desejo, com a conclusão “porque não é isso” como o lugar em que se localiza o objeto *a*. Uma construção que seguirá nos anos seguintes em *Mais ainda* (1972-1973), depois em *Les non-dupes errent* (1973-1974), em *RSI* (1974-1975), em *O sinthoma* (1975-1976) e em *L’insu que sait de l’une-bevue s’aile a mourre*¹⁴⁵ (1976-1977) mostrando mudanças no rumo de seu percurso e registros de suas últimas formalizações. Elaboraões que permitirão derivações

¹⁴⁵ Seminário não traduzido no Brasil. A tradução de seu título permite as mais variadas atribuições de sentido.

teóricas e, portanto, uma leitura “outra” à prática clínica. Uma herança à clínica psicanalítica.

5.1 UMA CLÍNICA DA TRANSLITERAÇÃO

Allouch (1995), em *Letra a letra: transcrever, traduzir e transliterar*, traz uma leitura que propõe consistência de escrito a partir da indicação de Lacan (Radiofonia, 1970) relativa ao necessário desvio da psicanálise com relação a uma teoria do significante referenciado à linguística. Para Allouch, uma clínica psicanalítica do escrito visaria permitir ao sujeito a atribuição de **passar para uma outra coisa**¹⁴⁶ ou mesmo um outro modo de “sair disso”. Um modo de saída, diríamos, para isso que invade como um mal-estar e que, na psicanálise, só se daria pela entrada, ou seja, em um “se envolver mais ainda nisso”. No campo da transferência, esse **passar para uma outra coisa** faz passagem pela coisa do outro, pelo campo do Outro, do psicanalista, que diz “associe”, abrindo, assim, um campo de significações possíveis para o acesso à alteridade.

A experiência psicanalítica recolhe esse testemunho desse “passar pela coisa do outro” reelaborando o saber clínico herdado pela psiquiatria. Em relação a essa última, é importante reconhecermos que a psicanálise realiza “um certo número de rupturas, de amarrações, de defasagens, de deslocamento de questões, de reformulações e até mesmo de novos objetos” (ALLOUCH, 1995, p. 9). A clínica analítica, portanto, se instala numa outra maneira de interrogar a experiência, numa outra possibilidade de acesso à loucura, podendo ser definida, com Lacan, como uma clínica do escrito.

Tal clínica pode ser assim definida, por exemplo, pelos trilhamentos que Freud (1900) concedeu à linguagem dos sonhos. “O sonho é a realização de um desejo”, e sua interpretação “é a via regia [estrada real] para o conhecimento do inconsciente na vida psíquica” (FREUD, 1900/2019, p. 685). A interpretação freudiana permitiu dar ao sonho o valor de uma formação literal (como rebus), o que significa dizer, grosso modo, que um sonho pode ser “lido como um texto”. Esse fundamento de leitura permitirá a análise de grandes questões clínicas considerando os modos mais diversos da relação do sujeito com o Outro, designando, dessa maneira, uma clínica

¹⁴⁶ Grifos do autor.

do escrito. Mas o que seria uma clínica do escrito, se um sonho é tomado como texto em que consiste lê-lo? Pensar as questões que emergem na experiência analítica exige considerar que existem diversas formas de leitura para as manifestações que aí incidem.

Entretanto, o que significa “ler” em psicanálise? Lacan foi um leitor rigoroso de Freud, e, ao se debruçar literalmente, a sua letra permitiu que o projeto de “retorno aos fundamentos” fosse reconhecido como efetivamente freudiano. Com isso, há aí, com Lacan, um ponto de vista freudiano, uma retomada que não perde em rigor e precisão, até mesmo por lançar mão de certos artifícios outrora ausentes e principalmente por usufruir do tempo para poder ver as coisas (os casos clínicos) em seus detalhes. Esse testemunho indireto evidencia outro ponto pelo qual podemos designar uma clínica como do escrito.

Se por um lado vemos um Lacan leitor de Freud, por outro ficamos atentos ao modo de leitura dessa modalidade lacaniana de investigação e estudos. Disso se constata que as leituras realizadas, com os ensinamentos aprendidos e depois transmitidos, caracterizam-se pela colocação em jogo de um escrito para a leitura para o acesso ao texto lido em sua literalidade. Há um “escrito” que antecede a leitura de outro escrito (do texto). Há nessa leitura uma dependência desse “escrito”, e, ao ler com o escrito, Lacan constitui uma clínica “onde a leitura é confiada ao escrito, se faz vítima do escrito, aceita deixar o escrito seguir seus passos” (ALLOUCH, 1995, p.12). Contudo, mais que saber a pertinência de tal escrito é necessário que possamos definir o que é ler com o escrito, diante da variabilidade de leituras possíveis de serem feitas numa situação clínica. E, para que as devidas diferenciações se façam com outros campos do saber, como da psicologia e psiquiatria, cabe identificarmos que leitura é essa que se constitui no campo psicanalítico.

Na psicanálise, “ler com o escrito é relacionar-se escrito com escrito” (ALLOUCH, 1995, p. 13). A esse modo de leitura, a transliteração intervém ligando, assim, o escrito ao escrito. Se escrever o escrito é cifrá-lo, ler com o escrito é um deciframento. Isso implica considerar que as formações do inconsciente nomeadas por Lacan como “cifração inconsciente”, exigirão a prevalência de uma escrita que se defina em um certo modo de leitura.

Todavia, é necessário ainda um certo desmembramento para que se possa distinguir como se estruturam modos específicos de leitura. A transliteração entra em jogo na leitura psicanalítica como uma operação simbólica que está articulada com

outras duas operações: a transcrição (do registro do real) e a tradução (do registro do imaginário). Nessa estrutura, vemos que uma leitura (a da psicanálise, por exemplo) se constitui da formulação dos diversos modos possíveis de articulação dessas três operações de escrita.

Tomemos essas escritas. A escrita que se opera pela transcrição é regulada pelo som. A escrita operada pela tradução se baseia no sentido, e a escrita operada pela transliteração é regida pela letra. Lembramos que essas três operações não aparecem, numa leitura, independentes umas das outras. Em si, cada uma é uma operação isolável, mas jamais são encontradas postas em jogo em completo isolamento. Trata-se de definir, dessa forma, qual dessas escritas terá a prevalência que irá marcar a especificidade de cada leitura.

A transcrição é regulada com base em algo que se localiza fora do campo da linguagem (ALLOUCH, 1995; VORCARO, 2004), pois o “campo” que entra em jogo é o da percepção, nesse caso, do som. A entrada no campo da linguagem dessa modalidade de escrita se dará quando for produzido um objeto, determinado pela linguagem. Por outro lado, esse objeto que se obtém pela transcrição difere daquele notado, marcando a impossibilidade de tal operação. “Há um obstáculo real para a transcrição, já que o objeto visado jamais será o obtido, pois é impossível que ela produza o tal e qual do objeto” (ALLOUCH, 1995, p. 15). Já o traduzir tem a sua escrita regulada pelo sentido. Temos aí uma operação muito mais regida pelo imaginário do tradutor¹⁴⁷, ou seja, uma operação em que o sentido é tomado como referência. Nisso, o objeto é o sentido que, quanto maior ele for, menor será a literalidade daquilo que se traduz. Marcando a diferença com essas duas modalidades de escrita, transliterar é escrever regulando escrito no escrito. Uma transferência de uma escrita (leitura) para outra (“texto”) que permite definir como simbólica a instância da letra (ALLOUCH, 1995).

Para além dessas descrições, é importante que se reconheça que na psicanálise o escrito se constitui inicialmente no domínio de uma ordem que é a do significante. Nisso, as três operações dessas escritas (do som, do sentido e da letra) atuam, na clínica psicanalítica, de maneira articulada. Mas como essas operações se articulam? Considerando a variedade dessas articulações, o que define um modo específico de leitura? O jogo dessas três operações intervém nas leituras que Lacan

¹⁴⁷ Ou do clínico, se pensarmos nas manifestações da criança que se escrevem no tratamento psicanalítico (VORCARO, 2004).

realiza, considerando que “toda formação do inconsciente é um hieróglifo, no sentido inicial em que resiste à compreensão imediata, não é transparente e só se deixa ler mediante um trabalho de deciframento” (ALLOUCH, 1995, p. 17). Logo, considerar essas três operações é incluir que nessa decifração, em que a associação livre convoca a fala do analisante, se exigirá, também, que um modo específico de leitura dê conta de que essas escritas estejam ligadas umas às outras, estando, assim, uma a uma, entrelaçadas.

Mas de que modo específico de leitura estamos falando? A psicanálise possui um modo de leitura caracterizada pelo entrelaçamento dessas três dimensões e/ou modalidades de escritas, em que a prevalência é regida pela transliteração. Essa leitura pode ser ilustrada se tomarmos as manifestações da criança como passíveis de serem recolhidas em três registros. Vorcaro (2004), em *A criança na Clínica Psicanalítica*, considera a hipótese de que as manifestações da criança “são atos que escrevem o texto que cifra a leitura de sua relação com a alteridade” (VORCARO, 2004, p. 65), constituindo, assim, sua realidade psíquica. A leitura dessas manifestações terá sua importância na clínica, e a direção do tratamento dependerá de como o clínico as compreende.

Voltemos às operações de leituras (ou modalidades de escritas) descritas a partir de Allouch. Se tomarmos os atos da criança apenas pela operação da transcrição, o resultado será um código que foi suposto pela igualdade entre o percebido e o registrado. Pela operação da tradução, essas manifestações terão um sentido atribuído e será somente pela operação da transliteração que os atos da criança serão transpostos e lidos a partir de seus registros possíveis.

Essa constatação permite que entendamos os distintos modos como são tomadas as manifestações de crianças em uma prática clínica. As práticas psicológico-psiquiátricas se distinguem da psicanálise pois operam numa leitura, considerando a análise realizada por Jean Allouch, em que a observação é guiada pelo ideal da transcrição que busca a “cientificidade” construindo inúmeros quadros clínicos a partir de uma descrição classificatória. Essa espécie de “transcrição descritiva” (VORCARO, 2004) reconhece as manifestações da criança como objeto produzido e determinado por um código para, assim, localizá-lo em um quadro

patológico e/ou numa escala de maturação¹⁴⁸. Enquanto uma “tradução compreensiva” se baseia num ideal de encontrar o seu sentido, principalmente pautadas na intuição do clínico. Para Vorcaro, a subjetividade do clínico é o instrumento que oferece o sentido suposto a isso que é apresentado pela criança, constituindo um campo de influências sugestivas. Esses dois modos de leitura desconsideram a singularidade da criança reduzindo qualquer possibilidade de interrogação que vise uma problematização em que uma clínica psicanalítica se constitui. Assim, são práticas que veem no código “a relação biunívoca entre manifestação e quadro” e, no sentido, “a relação também biunívoca entre manifestação e intuição” (VORCARO, 2004, p. 13). Portanto, para que uma clínica psicanalítica seja possível, é importante que façamos a diferenciação dessas operações de leituras para que possamos realizar o deciframento do texto cifrado pela criança.

Constatar que a manifestação da criança é constitutiva de sua realidade psíquica implica também na hipótese de que a sua constituição subjetiva se realiza numa “espécie de tecido feito de entrecruzamentos do Real, do Simbólico e do Imaginário” (VORCARO, 2004, p. 15). Aquilo que Allouch indicou Vorcaro reafirma (pensando agora na psicanálise de crianças) que a leitura do texto hieroglífico trazido é o “passo necessário para que a clínica possa prestar-se à refutação, confrontar-se com a teoria e recolher o testemunho” (VORCARO, 2004, p. 15) de suas manifestações.

Mas, se a constituição do sujeito se dá nessa trama de Real, Simbólico e Imaginário e se o diagnóstico em psicanálise diz respeito à posição estrutural do sujeito na linguagem, é necessário que a criança, no tratamento psicanalítico, seja tomada como um “lugar de relações que amarram um organismo irreduzível, uma articulação de significantes e uma consistência ideal” (VORCARO, 2004, p. 15) e não apenas como um corpo tal como é tomado pelas teorias do desenvolvimento baseadas em concepção de maturação e evolução. Portanto, é na leitura (decifração) das manifestações da criança a partir do texto que cifra a sua relação com a alteridade que devemos considerar essas três dimensões não hierarquizadas, esses três heterogêneos que se sobrepõem e que só terão vigência entrelaçados.

¹⁴⁸ Isso vai ao encontro daquilo que Porge (2017) trouxe como questionamento atual, dos desafios que se lançam hoje à psicanálise e aos psicanalistas diante do crescimento cada vez maior de novas designações psicopatológicas, apresentadas no início dessa tese.

É nessa relação ternária que se ordena a realidade psíquica da criança. Isso se considerarmos a concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica. Então devemos acompanhar os novos rumos da teoria lacaniana ao final de seu ensino para, assim, lançarmos a pergunta: como a sua específica concepção de linguagem se estruturou a partir de suas novas formulações? Considerando que o nó borromeano é o que estabelece a estrutura daquilo que Freud definiu como realidade psíquica (VORCARO, 2004), a teoria dos nós será o suporte que permitirá o desdobramento de inúmeras questões importantes para a clínica psicanalítica.

5.2 REAL, SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO

“O desejo de conhecer encontra obstáculos. Para encarnar esse obstáculo, inventei o nó.”

(Lacan, 1975/2007, p. 37)

A teoria lacaniana do nó borromeano não deixa de ter uma relação com a escrita. Uma escrita que pode ser definida como aquilo que deixa traço de linguagem ao permitir ordenar noções fundamentais da psicanálise para poder pensar a teoria e os problemas da clínica psicanalítica. Lacan irá trabalhar (manusear) pela primeira vez o nó na lição do dia 15 de maio de 1973, *Rodinhas de barbante, no mais ainda*, momento em que o caracterizará:

- 1) como tendo uma propriedade borromeana em que duas rodinhas de barbante que não estão amarradas uma na outra se prendem unicamente por intermédio de uma terceira, sendo que bastaria cortar qualquer uma para que as duas outras ficassem livres;
- 2) como tendo uma possibilidade infinita de ser acrescentadas outras rodinhas nessa cadeia, sem perder sua propriedade. “Com quatro, assim como com três, basta cortar um dos elos para que todos os outros estejam livres. Vocês podem colocar um número absolutamente infinito, isto será verdadeiro” (LACAN, 1973/2008b, p. 133).

Mas qual seria o interesse de Lacan em partir das rodinhas de barbante? E o nó borromeano, para o que ele pode servir? Pode-se dizer, de início, que essa rodinha é uma representação do Um se encerrando em um furo que serviria para representar

a metáfora da cadeia significante, ou seja, o que exprime a sua distinção no uso da linguagem. Do Um, na medida em que podemos situar a função do Outro, pois “é simplesmente em nós de Um que se baseia o que resta de qualquer linguagem quando ela se escreve” (LACAN, 1973/2008b, p. 137). É como colocar uma diferença. Ao Outro não se adiciona o Um, no sentido que o Outro só se diferencia. O Outro é o Um-a-menos: o Outro barrado, o $S(\bar{A})$.

Nesse momento do *Seminário, livro 20*, Lacan ainda não se referia a uma teoria dos nós, pois é o momento em que ele começa a manusear as rodinhas de barbante pensando em como é possível produzir nós de diferentes maneiras. Nisso, as características dessa sua “fabricação” já se constituíam, e será de grande importância para aquilo que visará formalizar. Nesse início, ele referia aos aros uma certa paridade, semelhança: “nenhum dos elos é aqui de tipo diferente do dos outros. Não há nenhum ponto privilegiado e a cadeia é estritamente homogênea” (LACAN, 1973/2008b, p. 137). O que no *Seminário, livro 22*¹⁴⁹, a *RSI* se acrescentará denominações que os tornarão heterogêneos como R, S e I: “só encontrei uma única forma de dar a estes três termos real, simbólico e imaginário, uma medida comum, que é entrelaçando-os nesse nó bobô...borromeano” (LACAN, 1974, p. 5). Assim, nos seminários seguintes, Lacan buscará formalizar a partir de uma topologia algo concernente ao que aí se escreve: o real do mistério do corpo falante, do mistério do inconsciente.

Michele Roman Faria¹⁵⁰, em *Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan* (2019), dá relevância ao viés clínico que orienta o interesse de Lacan pela teoria dos nós. Identifica, também no *mais, ainda* o momento em que Lacan formula uma primeira hipótese clínica a partir dos nós. É na relação entre a loucura e o rompimento dos nós, ilustrada pela psicose de Schreber, que Lacan indica:

Vocês querem um exemplo que eu lhes mostre para que pode servir essa fileira de nós dobrados que se tornam independentes apenas cortarmos um? Não é muito difícil encontrar um exemplo, e não à toa, na psicose” (LACAN *apud* FARIA, 2019, p. 28).

¹⁴⁹ Inédito no Brasil. Utilizamos uma tradução para o português da aula de 10 de dezembro de 1974 e lição de 17 de dezembro de 1974 (texto de circulação interna).

¹⁵⁰ É psicanalista com formação em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em psicologia clínica pela USP, concluiu seu pós-doutorado pelo IEL – Unicamp sobre “Real simbólico e imaginário no ensino de Lacan”.

Faria (2019) faz um recorte dos momentos mais importantes de Lacan com a sua nova descoberta, mostrando o quanto o interesse do autor pela topologia sustentará formulações sobre os nós, até o último seminário. Destaca que o nó não é um modelo ao considerar, no *Seminário, livro 23: O sinthoma*, a consistência imaginária indicativa dos modelos. Essa consistência foi o que permitiu Lacan afirmar que uma certa tendência ao imaginário se deve a certa debilidade mental de nosso pensamento e que é pela topologia dos nós que se pode fazer uma leitura que permitirá “conduzir o psicanalista a um pensamento que não encontra apoio no imaginário e suas armadilhas” (FARIA, 2019, p. 28).

É nessas pontuações que mostram a importância da teoria dos nós para leitura e condução clínica que Lacan (1974) vai definir que a existência humana é condicionada pelo enodamento entre real, simbólico e imaginário. Nisso, a constituição do sujeito “será finalmente articulada aos três ao mesmo tempo, em sua definição do sujeito como efeito do enodamento” (FARIA, 2019, p. 30). Além disso, o destaque que irá dar à loucura, como efeito de um desatamento do nó, permitirá pensar diferenças entre as estruturas clínicas a partir da topologia (FARIA, 2019, p. 30):

Seu interesse pelo nó será sobretudo clínico, orientado tanto pela pergunta sobre o que faz com que um nó desate e produza loucura, como também, inversamente, sobre o que mantém os aros juntos, impedindo o enlouquecimento.

A teoria dos nós permitiu que Lacan fizesse uma distinção daquilo que ocorre nas estruturas clínicas, e sua figuração tornou possível uma elaboração passível de transmissão. No caso da psicose, uma das dimensões (aros) se partiria, mesmo que desconhecêssemos suas razões. Diferentemente do que acontece na neurose, em que a forma de enodamento impede o desatamento do nó, caso haja o corte de uma de suas dimensões (LACAN, 1973 *apud* FARIA, 2019). Tomamos o exemplo que Faria (2019) bem escuta de Lacan para entendermos a nodulação neurótica a partir do célebre caso freudiano de fobia infantil. O sintoma de Hans definiria sua neurose a partir de uma forma de enodamento, pois “é na medida em que a fobia, a fobia do pequeno Hans, está muito precisamente neste nó triplo no qual três argolas se sustentam juntas. É nisso que ele é neurótico. É que, cortem um, e os outros dois se sustentam sempre” (LACAN *apud* FARIA, 2019, p. 30).

Foi a partir do *Seminário, livro 22: RSI* que o nó borromeano da neurose exigiu de Lacan o trabalho com o nó de quatro aros. Ao tomar o real, simbólico e imaginário não enodados, o autor buscará responder à pergunta sobre o que faria essa união. Portanto, o trabalho com o quarto aro será “o centro da investigação clínica de Lacan, a chave para explorar clínica e teoricamente a função do enodamento” (FARIA, 2019, p. 31). Para Lacan, esse quarto aro já estava presente em Freud como “realidade psíquica”, o que permitiria enodar o real, o simbólico e o imaginário lacaniano. Segundo Faria (2019), Lacan relacionou a “realidade psíquica” freudiana com o quarto aro para poder articular o complexo de Édipo/Nome-do-Pai ao sintoma, o que permitiu posteriormente, no *Seminário, livro 23: O sinthoma*, introduzir a função de suplência do sinthoma como função do enodamento do nó de quatro aros (um quarto tipo de nominação), a partir da utilização do caso Joyce.

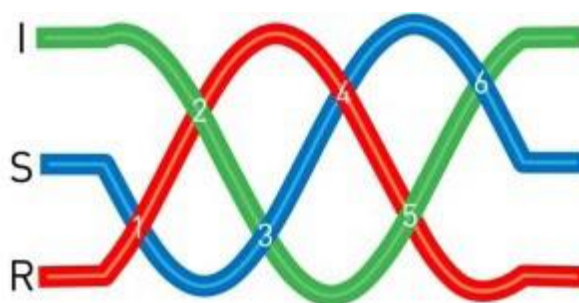
Voltemos à hipótese de que a constituição subjetiva se realiza numa “espécie de tecido feito de entrecruzamentos do Real, do Simbólico e do Imaginário” (VORCARO, 2004, p. 15). Como podemos pensar essa constituição a partir da teoria dos nós? O que temos é que nessa constituição formulada mediante a topologia do nó borromeu tanto o sujeito será o efeito do nó como o nó condicionará o sujeito (LACAN, 1975/2007) mostrando uma outra maneira de operar com o espaço habitado por ele. Nisso, o nó borromeano também é efeito de linguagem, o que permite avançarmos na expectativa de diferenciar as dimensões em que se constitui o sujeito, na linguagem. Por outro lado, se essa constituição subjetiva diz da constituição do sujeito do inconsciente e se o inconsciente tem estrutura de linguagem, como podemos compreender a concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica a partir dessa importante elaboração lacaniana do final de seu ensino? Buscaremos trazer alguns dos pontos dessa teoria a fim de permitir que uma específica concepção de linguagem e de escrita seja capaz de orientar operações analíticas.

A finalidade da topologia do nó borromeano “é dar conta da constituição do sujeito” (LACAN *apud* VORCARO, 2004, p. 67). Ela irá mostrar como a articulação e a constrição das dimensões do Real, do Simbólico e do Imaginário se deixam ler num mesmo ponto o que se estrutura nessa constituição. Formalizada por Lacan, o modo de construir esse nó exigirá que se trabalhe com ele de modo planejado, achatado. Isso permitirá um trabalho que irá formular a constituição do sujeito tanto pelo nó borromeano a partir dessas três dimensões, que só terão vigência entrelaçadas,

quanto pela trançagem de suas linhas infinitas e maleáveis, em seis movimentos (VORCARO, 2004). Ou seja, é a aproximação do nó e da cadeia borromeana à trança que Lacan irá realizar uma operação de corte sobre cada um dos anéis atados borromeamente, desmanchando-se o nó em três retas paralelas “para abordar a constituição do sujeito como um nó tramado a partir de sua disposição trançada, localizando cada cruzamento como constituinte do sujeito (CAPANEMA; VORCARO, 2017, p. 390). Por outro lado, essa trança e seus cruzamentos permitem a construção de um nó que, achatado, escreve o sujeito determinado triplamente por essas dimensões em que cada uma terá o seu furo, sua consistência e sua *ex-sistência*¹⁵¹ e suas condições de gozo¹⁵², permitindo, assim, contar os seus resíduos da relação do sujeito ao Outro que estão em jogo na estrutura do ser falante.

Para pensar essa topologia, a criança será tomada como “um lugar de relações que amarram um organismo irreduzível, uma articulação de significantes e uma consistência ideal: três heterogêneos que se deixam ler como coincidência que os sobrepõe num mesmo ponto” (VORCARO, 2004, p. 15). Ou seja, distinguiremos o organismo como algo de real, a função do agente materno como simbólica e a consistência dos sentidos interpretados por esse agente ao organismo como imaginária. Essas designações permitem acompanhar a constituição subjetiva a partir da planificação do nó em sua trançagem, mostrando os efeitos dos seus possíveis cruzamentos e movimentos (Figura 11):

Figura 11 – Seis cruzamentos da trança



Fonte: Capanema e Vorcaro (2017)

¹⁵¹ Grifos nossos.

¹⁵² Escritos por Lacan como JA – gozo do Outro e Jφ – gozo fálico, no *Seminário, livro 23: o sinthoma*.

- 1º movimento da trança: É a incidência do real na matriz simbólica. É o funcionamento dessa matriz simbólica no organismo. Esse funcionamento preside o movimento que irá articular uma regularidade entre tensão e apaziguamento. A quebra dessa regularidade, ou seja, sua descontinuidade, é a incidência do real no simbólico.
- 2º movimento da trança: É a incidência do imaginário no real. Lidar com a descontinuidade dessa relação tensão/apaziguamento se escreverá numa insistência de retorno à experiência de plenitude anterior. Mas esse encontro já não mais será possível pois os objetos oferecidos não alcançarão mais a satisfação procurada, devido à não relação entre o gozo esperado e o gozo obtido. Essa possibilidade de satisfação é suposta no agente materno que carregará o saber sobre esse gozo. Assim, “a falta real no simbólico é recoberta como a imaginarização do agente materno” (VORCARO, 2004, p. 15).
- 3º movimento da trança: É a incidência do simbólico no imaginário. É a queda da mãe imaginada onipotente. Aquilo que a mãe demanda, a criança já não sabe dar. Aqui, as duas faltas se recobrem. A saída para essa constatação de que à mãe algo falta é a criança se colocar como aquela que sabe do desejo materno, se oferecendo no lugar de ser o objeto (falo) desse desejo. Entretanto, essa falta não é recoberta completamente, mas se constitui a ideia de poder preenchê-la. Ou seja, há uma posição de equivalência fálica por parte da criança. Uma operação simbólica em que a criança se realiza com a falta materna. Uma saída frágil, pois, ao se colocar nesse lugar, é “fazer-se de objeto e anular-se desejante” (VORCARO, 2004, p. 17).
- 4º movimento da trança: É o do esgarçamento do real no simbólico. Ocupar o lugar de ser o objeto do desejo materno não se sustenta, pois a criança não satisfaz por completo a mãe. Supor essa satisfação é anulação total de si. Nisso, a criança precisará buscar algo para se defender desse desejo materno. Há, assim, um obstáculo intransponível que se institui aí. “Nesse quarto movimento, realiza-se, portanto, o esgarçamento real do simbólico que repete, na trama complexificada, o primeiro movimento; e ainda integra os outros (VORCARO, 2004, p. 17).

- 5º movimento da trança: É o do recobrimento imaginário no real. Diante do obstáculo intransponível junto à mãe, a criança constituirá o mito da onipotência paterna. O reencontro com a impossibilidade de ser objeto (falo) do desejo materno se transforma imaginariamente na onipotência paterna. “Toda a transmissão mítica que articula a idealização, o temor e a agressividade é aí produzida” (VORCARO, 2004, p. 17). Esse movimento repete o segundo, com outro elemento; e assim se constitui o recobrimento imaginário pelo real.
- 6º movimento da trança: Esse movimento faz reincidir no simbólico o caráter imaginário do terceiro movimento. A impossibilidade de ser o faló materno é o que permitirá ao simbólico ultrapassar o imaginário. Ao pai é conferido um saber sobre o desejo materno. Um saber que irá regular as relações entre desejo e lei. Nisso, a criança irá situar o pai “no lugar em que *ao menos um*¹⁵³ sabe o que ela quer”. O lugar simbólico que barrará a sua posição de equivalência fálica, ao criar “o título virtual que sustentará a sua identificação ao elemento mediador do campo simbólico, elemento mediador que estrutura a orientação da relação à alteridade” (VORCARO, 2004, p. 17).

Nesse percurso, o sujeito se inscreverá no simbólico que lhe preexiste, sendo que o investimento fálico da alteridade na criança será responsável por traçar a sua incidência significante, na linguagem. Uma dinâmica instaurada a partir da função imaginária do desejo materno (o faló) que originará, assim, a metáfora paterna. Ou seja, a operação do Nome-do-pai. Nessa experiência, entre a criança receber atribuição fálica e a constituição da significação fálica, há o lapso que a trança percorre, nessa estrutura temporal reversiva. Ou seja, o ponto no qual a castração retroage ao recalçamento originário para lhe conferir significância. Dessa forma, ao ordenar a estruturalidade do sujeito, a trança constrange as dimensões Real, Simbólica e Imaginária em movimentos que não se superam, mantendo-se na constrição que os enlaça, numa condição circular. Nesse cruzamento, o ponto central é demarcado pela realidade psíquica do sujeito desejante: o cerne do gozo, o furo, o objeto *a*. Ou seja, a marca da incompletude do ser falante em que se inscreve o lugar da falta. Portanto, “a articulação R, S, I só incide num exercício determinado pela versão da nominação

¹⁵³ Grifos da autora.

paterna, ou seja, o nó borromeano é sempre pai-vertido”. Uma constrição “sempre singular e enigmática” (VORCARO, 2004, p. 18).

Logo, Lacan trabalhou duro para mostrar as equivalências entre nós e tranças. Em seus últimos seminários, ele ainda operou com os nós de diversas formas, sempre buscando relacionar topologicamente noções e conceitos importantes da psicanálise. Fez tetraedros, banda de Moebius e toros com os nós. Sua proposta de cortá-los permitiu prosseguir em seu trabalho de formulação, a partir da realização de novos manejos, tais como envelopamentos, enganches, enodamentos, desenodamentos. Isso tudo permitiu ao autor formalizar a possibilidade de nomeação desses pontos de enganches e desses espaços vazios dos nós pelo encadeamento do Real, do Simbólico e do Imaginário, podendo situar, assim, os problemas da clínica psicanalítica e da teoria que a fundamenta (FARIA, 2019). Por outro lado, é importante reconhecermos o quanto Vorcaro (2004) toma essas formulações numa continuidade que a faz avançar às hipóteses lacanianas. Além de construir, de Freud a Lacan¹⁵⁴, o modo como esses elementos topológicos se organizam na constituição subjetiva da criança, a autora indaga, ainda, as múltiplas questões sobre a psicanálise de crianças incluindo a distinção dos diversos campos discursivos de práticas clínicas: da psicanálise, da psiquiatria e da psicologia.

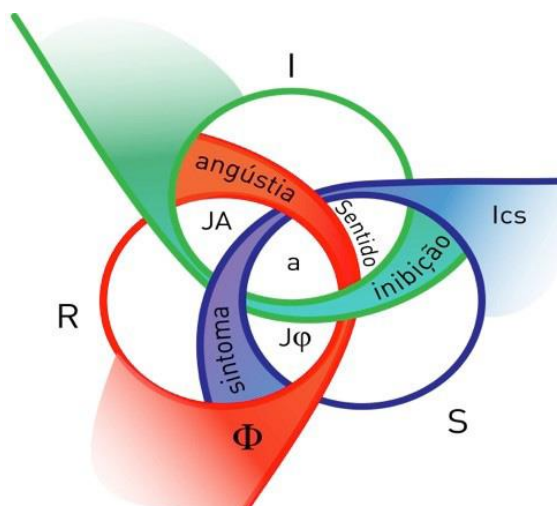
Para além disso, é possível localizar pela topologia do nó borromeano os modos de gozo abordados segundo a posição de *ex-sistência*¹⁵⁵ atribuída entre os registros. Nisso, a função do sentido se inscreve entre o Imaginário e o Simbólico, a função do gozo fálico ($J\phi$) se localiza entre Simbólico e Real, enquanto a função do gozo do Outro (Ter) ocuparia o lugar entre o Real e o Imaginário. Já “os campos de gozo se situam nas interseções externas entre cada dois registros, no ponto que um registro ‘fura’ o outro, ou seja, é no ponto de *ex-sistência* de um registro ao outro que os gozos se inscrevem na subjetividade humana” (CAPANEMA; VORCARO, 2017, p. 396). Nessa topologia, a estrutura do ser falante foi constituída a partir do Imaginário, do Simbólico e do Real como registros de nomeações, ao que podemos relacionar “com três manifestações clínicas: a inibição, o sintoma e a angústia. A Inibição é a nomeação do Imaginário; o Sintoma é a do Simbólico; e a Angústia, a nomeação do

¹⁵⁴ Para acompanhar esse aprofundamento realizado, ver a tese de doutorado da autora, que originou na publicação do livro **A criança na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

¹⁵⁵ Grifos nossos.

Real” (CAPANEMA; VORCARO, 2017, p. 399), tal como podemos visualizar na Figura 11:

Figura 12 – Campos de gozo sobre o R, S, I com a intrusão da inibição, sintoma e angústia



Fonte: Capanema e Vorcaro (2017)

Lacan também situará a Vida no registro do Real, a Morte no registro do Simbólico e o Corpo no registro do imaginário, desdobramento que realizou no texto *A terceira*, referenciando-se ao seu terceiro discurso em Roma. Portanto, a teoria dos nós foi o último legado de Lacan, “ponto de convergência de um sólido caminho percorrido dos anos anteriores, que tem início antes mesmo de seu primeiro seminário, na conferência de 1953, *O simbólico, o imaginário e o real*” (FARIA, 2019, p. 43), terminando em 1980 na Conferência de Caracas, depois de seu 27º seminário, com a seguinte afirmação: “Os meus três são o simbólico, o real e o imaginário. [...] Eu dei isso aos meus. Dei-lhes isso para que se orientem na prática” (LACAN, 1980, p. 22).

Podemos dizer que essa orientação lacaniana coloca em questão a transmissão e o futuro da psicanálise, tratando-se de uma indicação e de um ensinamento àqueles que venham a se ocupar da prática clínica psicanalítica. Colocar em evidência a especificidade pela qual se tece a concepção de linguagem em psicanálise é possibilitar que uma teoria possa ser lida a partir dos fundamentos de linguagem em que essa concepção se constituiu. A diferença que existe entre a concepção de linguagem empreendida pela psicanálise em relação aos outros

campos do saber, tal como a psiquiatria e a psicologia, se constitui de tal forma que é possível dizer que é essa diferença que concede a marca própria de sua concepção: o saber sobre a existência do inconsciente.

Desse modo, é importante considerarmos o discurso analítico como um modo de relação fundado sobre o que funciona na fala e pelo que se estrutura na relação com o gozo do Outro. Se para Lacan “a estrutura virtual da língua é atualizada pela fala que a habita” e se a fala “é o ato de um sujeito excêntrico ao enunciado que reúne sua consistência imaginária”, é na inscrição do estatuto do gozo que o ser fala “gozando ao preço da renúncia ao gozo pleno¹⁵⁶” (VORCARO, 2004, p. 19).

Por outro lado, são essas noções constituintes de uma teoria da linguagem em psicanálise que irão dirigir o modo como a tomaremos, o que implicará a direção de tratamento em psicanálise. A teoria dos nós de Lacan pela topologia mostra ao psicanalista que o modo como nos debruçamos para conhecer algo, ou seja, que o modo como operamos com a realidade incorrerá em erro se houver o desconhecimento de que essa é constituída de real, de simbólico e de imaginário. Uma leitura pautada pelo registro do imaginário que impossibilita o acesso à realidade por meio de uma concepção de linguagem que se constitui pela mesma tridimensionalidade desses registros, que, por sua vez, é o mesmo do espaço tridimensional da constituição subjetiva humana. Se voltarmos ao ponto de partida, a ânsia de marcar a especificidade da concepção de linguagem da psicanálise já estava lá no início na “fala” de Lacan, tanto na sua conferência *O simbólico, o imaginário e o real* quanto no relatório do “Discurso de Roma”, em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, ambas de 1953. Para Lacan, era urgente se debruçar sobre as questões em que a fala e a linguagem indicavam, pensando tanto na transmissão da teoria psicanalítica quanto na direção do tratamento. Começar o seu ensino dando destaque à prevalência ao registro do imaginário e aos problemas ocasionados à prática clínica foi o caminho utilizado por Lacan no percurso do seu primeiro seminário, *Os escritos técnicos de Freud*, do mesmo ano.

Mas qual o motivo de buscarmos acompanhar os desdobramentos das últimas teorizações lacanianas com o intuito de enfatizar como novas noções foram

¹⁵⁶ Essa abordagem sobre a linguagem e suas implicações de gozo é a “linguisteria” de Lacan, a marca da última década de seu ensino. O que permitiu ao autor novas formulações em sua teoria já num certo distanciamento da linguística. Ou seja, uma teorização a partir de uma concepção de linguagem onde a linguagem é um campo de relação de causação de sujeito (entre língua, fala, linguagem, sujeito e Outro) marcada por uma inscrição de gozos.

incorporadas em sua concepção de linguagem? Começamos esse capítulo atestando como os psicanalistas lacanianos estão surdos à fala do autista. O que podemos dizer, tomando a literatura do(s) autismo(s), é que o psicanalista se encontra numa surdez significativa junto à teoria. Ou seja, uma leitura pelo registro do imaginário muito mais referenciada à psiquiatria e à psicologia do que à psicanálise propriamente dita. Logo, há que poder escutar (ler) isso que a criança autista fala (diz) naquilo que se ouve (dito) se levamos a sério a asserção lacaniana de *O aturdido*, “que se diga fica esquecido atrás do que se diz no que se ouve” (LACAN, 1972/2003d, p. 448). Pois, na clínica psicanalítica, o ato de fala comporta um dizer que chega aos ouvidos como um “dito cifrado” que pode tornar uma fala “inaudível”.

A concepção de linguagem da psicanálise na sua diferenciação com outros campos do saber teve destaque nesse capítulo usufruindo das elaborações realizadas por Jean Allouch em *Letra a Letra: transcrever, traduzir e transliterar*, permitindo, assim, dar prevalência à modalidade de escrita em que se constitui a clínica psicanalítica. Para Allouch, enquanto clínica do escrito, a psicanálise opera pela transliteração, que seria uma modalidade de escrita que permite uma leitura que dialoga com outras duas modalidades de escrita: a transcrição e a tradução. Há aí uma leitura que se realiza também nessa modalidade triádica constituída de real, simbólico e imaginário. A psicanálise se articula a essas três modalidades de escritas existentes, enquanto a psiquiatria e a psicologia se constituiriam por uma leitura, cuja modalidade de escrita se baseia na transcrição e tradução, impedindo que se realize um raciocínio outro daquele regido por um modelo bidimensional, que se passa em imagens, na cena, no “quadro clínico”, ou seja, através daquilo que se vê e não por aquilo que um olhar permite enxergar diante das contradições, dos equívocos e das ambiguidades em que se operam na linguagem o registro do imaginário, excluindo daí as inscrições de gozos.

Essa formulação vai ao encontro do que Orrado e Vives (2020/2021) destacam em sua produção sobre o autista e sua relação com a voz, o que permitiu avançarmos em nossas indagações sobre a concepção de linguagem em que se constitui a clínica psicanalítica. Eles evidenciam as diversas formas em que a voz ou mesmo a fala do autista são tomadas por aqueles que buscam travar contato para tratamento. A herança deixada pela psiquiatria com Asperger pode causar certo estranhamento

inicial por orientar que os clínicos se dirijam a eles “desafetados¹⁵⁷”, sem afeto; orientar isso justamente a quem está tão desinvestido de afetos? A proposta de se endereçar a eles como uma voz monocórdica até surte efeitos inicialmente, mas será preciso realizar um certo “trançamento” com outras modalidades de endereçamento para que algo possa advir, ou seja, para que, como diz Allouch, “se passe para uma outra coisa”. A psicologia cognitivista observa no autista uma linguagem frequentemente reduzida a códigos e estabelece a partir “disso que se lê no que vê” diferentes protocolos de aprendizagem por meio de pictogramas, ou seja, uma linguagem muda, sem voz, inafetiva. Diferentemente da abordagem psicanalítica constituída, por exemplo, por Marie-Christine Laznik em que, tendo lido Lacan em sua “escrita inconsciente”, deu importância à forma pulsional em que a voz do Outro se constitui, sabendo dar importância à prosódia no enganche linguístico, ao fazer uso da “melodização” da voz para reduzir o terror que o endereçamento do Outro, enquanto ser desejante e demandante, produz. Uma abordagem que busca estabelecer a redução da invasividade causada pelo peso do sujeito da enunciação ao permitir que uma entonação possa dar conta do peso de uma enunciação e assim tenha condições de possibilitar aos autistas um poder escutar; que eles possam escutar o outro, “a si mesmos”, a fim de apelarem por tomar a palavra e desejar.

5.3 O CASO DICK E A ATUALIDADE

“Só a implicação do infans no apelo atestará sua imersão na linguagem.”

(Vorcaro, 2004, p. 77)

O desejo de transmissão da psicanálise e a busca por uma clínica psicanalítica que problematize suas questões à altura de seu tempo exige que se recorra aos famosos casos escritos pela literatura psicanalítica analisados à luz dos estudos mais atuais sobre a linguagem em psicanálise. O clássico caso Dick superou o tempo, atravessou fronteiras e se faz presente ainda hoje permitindo ilustrar a importância do manejo clínico que se constitui para além de um diagnóstico, priorizando as relações que se estabelecem entre a criança e o Outro na linguagem. Dos elogios de Lacan à captura do interesse de psicanalistas das mais diversas nacionalidades, incluindo

¹⁵⁷ Sem paixão.

jovens pesquisadores brasileiros, a reconhecida orientação ética de Melanie Klein se mantém viva na história. Uma escrita que vem rendendo relatos, discussões, comentários, testemunhos e entusiasmos referenciados pelo desejo de uma clínica que toma as manifestações da criança em sua singularidade.

A pesquisa do cearense Luis Achilles Rodrigues Furtado (2021) no campo dos autismos e da linguagem aponta para a importância das universidades brasileiras na expansão da psicanálise. Seu último trabalho de 2021, *O sujeito na entrada da estação: estudos sobre o Caso Dick, a clínica psicanalítica e o autismo*, fruto de um trabalho pessoal e coletivo, tem como eixo esse clássico caso de Melanie Klein, contando, inclusive, com manuscritos até então inéditos para a comunidade intelectual¹⁵⁸. Seus estudos contribuem para a pesquisa, para a teoria e prática clínica e permitem situar o diagnóstico numa problemática entre os distintos campos discursivos que a psiquiatria e a psicanálise produzem. Ao conferir importância ao acesso ao discurso analítico aos sujeitos nomeados e classificados pela medicina, o autor não deixa de buscar essa problematização pelos fundamentos, destacando o quanto o termo “autista”, enquanto diagnóstico, é externo à psicanálise. Mesmo que esse termo tivesse sido influenciado pela noção freudiana de autoerotismo – do momento em que a criança ainda não diferencia o *eu* do outro; do autoerotismo com o apagamento de *eros*, o autismo¹⁵⁹. Um apagamento do desejo que, segundo a psicanálise, humaniza o homem. Para Furtado, esse é o “ponto central da diferença de perspectiva entre a patologização operada pelo discurso hegemônico do atual DSM-V criador do TEA (transtorno do Espectro Autista) e o *páthos* sustentado pela psicanálise”. O “*páthos* chamado desejo, causado pelo fato de sermos seres de linguagem e não apenas um organismo” (FURTADO, 2021, p. 23). Ou seja, uma pesquisa que se fundamenta a partir da orientação de que um diagnóstico em psicanálise se refere à posição estrutural do sujeito na linguagem. Uma posição em relação ao Outro que pode, em alguns casos, parar na “estação”. Ou seja, uma parada na entrada do “trem” da linguagem, pois é pelo Outro que a lógica da linguagem toca o corpo do sujeito promovendo uma marca, uma inscrição psíquica de gozo (FURTADO, 2021).

¹⁵⁸ Klein atendeu Dick durante 17 anos. Esses manuscritos descrevem 28 sessões que foram escritas quando ele era adolescente, 11 anos após a publicação do caso em 1930, quando ele tinha 4 anos de idade (FURTADO, 2021).

¹⁵⁹ Relembramos que esse termo surge primeiramente em 1911 com Bleuler, ao designar certas tendências de isolamento como fazendo parte das características da esquizofrenia.

O caso Dick é um clássico da psicanálise que surge sempre relacionado às pesquisas sobre o autismo. Furtado (2021) chega inclusive a considerar que o artigo escrito por Melaine Klein em 1930 é “o primeiro relato de um tratamento psicoterápico de um caso de autismo da literatura mundial” (FURTADO, 2021, p. 38)¹⁶⁰. O título de seu texto *A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego* aponta para a inquietação dos psicanalistas que girava em torno da constituição da função simbólica. Ou seja, a marca das formações do inconsciente e da constituição do sujeito. Furtado (2021) lembra que nessa época a psicanálise ainda não tinha à sua disposição o conceito de “sujeito do inconsciente” elaborado por Lacan apenas nas décadas seguintes, o que não impede de “lermos” a partir de Lacan o escrito de Klein como uma tentativa de demonstrar pela experiência com Dick o momento no qual a palavra começa a constituir o sujeito, entendido e confundido com o ego (LACAN, 1993; FURTADO, 2021).

A experiência relatada por Klein mostra a importância do acesso ao conteúdo subjetivo da criança através dos rudimentos de suas relações objetais e da diminuição de sua ansiedade para sua constituição subjetiva. Ou seja, um trabalho que permitiu à criança uma elaboração de sua ansiedade (angústia) a partir de uma relação simbólica do encontro com as pessoas, as situações, as coisas, objetos e desejos. Os comentários de Lacan datados do início de seu ensino (1953) sobre o caso Dick mostram a importância de localizarmos a articulação dos registros do real, do simbólico e do imaginário para a formação do *eu* e da constituição subjetiva. Foi a partir da articulação desses três registros, décadas antes de sua teorização sobre os nós, que Lacan constatou na atitude de Klein o desencadeamento de uma série efetivamente simbólica na criança.

Outro ponto importante a ser destacado é a questão diagnóstica. Não há dúvidas de que o questionamento de Klein estava relacionando às limitações das designações diagnósticas que estavam a seu alcance na época. A psiquiatria era fortemente influenciada pela psicanálise a partir (apenas) da organização das descrições¹⁶¹ dos sintomas, e Dick já havia recebido o diagnóstico de demência

¹⁶⁰ Segundo a psiquiatria contemporânea.

¹⁶¹ Se pensarmos aqui nas modalidades de escrita trazidas por Allouch (1995), essas descrições de sintomas tomadas da psicanálise pela psiquiatria mostram como a leitura dessa última é operada pela transcrição, ou seja, do sintoma (código) numa relação biunívoca entre comportamento e quadro. Nesse caso, a exclusão da transferência na situação clínica também traz limites para a construção diagnóstica.

precoce do Dr. Forsyth, psicanalista da Sociedade Britânica de Psicanálise. Mas a grande experiência de Klein com crianças e as características singulares de Dick (sua dificuldade principalmente em relação à linguagem) a impedia de ficar confortável com essas designações, inclusive havia um impasse teórico-clínico com o diagnóstico da esquizofrenia (ou da demência precoce), pois se tinha um entendimento de que haveria nesse diagnóstico uma regressão ao autoerotismo, supondo, assim, um “ego” já constituído (FURTADO, 2021). No caso das psicoses, sua experiência clínica com crianças psicóticas também a impossibilitava de caracterizar Dick nessa “categoria”. Podemos dizer o mesmo em relação à neurose. Dick não se assemelhava com as crianças neuróticas que Klein costumava receber para tratamento.

Façamos um breve retorno ao caso que detalha a situação clínica pela cena dos trens. Como podemos pensá-lo a partir dos estudos mais atuais da psicanálise à luz da linguagem? Diante da ausência de qualquer afeto ou ansiedade inicial e da falta de interesse dirigido de Dick, tanto pela pessoa de Klein quanto pelos brinquedos do consultório, a psicanalista aposta na escolha de dois trens de tamanhos diferentes e a nomeação desses brinquedos de “*Daddy-train*” e “*Dick-train*” (trem-papai e trem-Dick) captura o interesse da criança produzindo, assim, efeitos que marcaram a mudança de sua posição subjetiva (KLEIN, 1930/1981, p. 303):

Tomei então um trem grande, coloquei-o junto a um menor e os denominei de “trem do papai” e “trem do Dick”. Tomou então o trenzinho que eu batizara de Dick, fê-lo rodar até a janela e disse: “Estação”. Expliquei: “A estação é a mamãe; Dick está entrando na mamãe”. Largou então do trem, foi correndo até o espaço formado pelas portas interna e externa do aposento e ali se fechou. Dizendo: “Escuro”; logo a seguir, saiu correndo. Repetiu isso várias vezes. Expliquei-lhe: “Está escuro dentro da mamãe, Dick está dentro da mamãe escura”.

É a partir dessa captura de interesse que Dick pega o “*Dick-train*” e, ao dirigir para a janela, diz: “*Station*” (Estação). Nesse ponto, Klein intervém com uma interpretação que ocasionará uma série de comportamentos da criança, incluindo palavras faladas, como resultado de um mal-estar. É dessa relação acompanhada da angústia (ou ansiedade) que, pelo apelo, nasce a fala. Dito isso, como podemos elaborar essa cena e o que daí procede a partir dos ensinamentos de Lacan sobre o significante? Furtado (2021) realiza essa ousadia de maneira interessante, dividindo a “cena dos trens” em três tempos. Ao que permite pensarmos a cena pela linguagem,

ou seja, pelo campo de “causação do sujeito” que possibilita à fala o exercício de sua função significante.

- 1º tempo: A utilização dos significantes “*Daddy-train*” e “*Dick-train*” a partir do interesse de Dick pelos trens permite que Klein estabeleça, a partir da fala e da linguagem, uma relação entre os elementos significantes. “Se, de alguma maneira, Dick estava identificado com o trem que constituía um dos seus pouquíssimos objetos de interesse, agora ele fica nomeado e referido a um trem grande, a um papai” (FURTADO, 2021, p. 44). O trem deixa de ser apenas um objeto do mundo e passar a ser um significante que articula uma relação de filiação localizado a partir de um sistema simbólico edipiano concedido por Klein. O que, segundo Lacan, seria a simbolização de uma relação afetiva, uma relação de um ser nomeado com um outro. É o tempo em que o sujeito surge no campo do outro na forma de “Tú es...”, ou seja, suposto pela pergunta não dita: “Quem sou eu?”. Pois Klein se dirige e diz: “Tú es o trem pequeno, papai é o trem grande”. Klein forja uma cena fantasmática a partir de um sistema simbólico de uma constituição subjetiva. É claro que Dick não verbalizou essa pergunta, mas a sua resposta – “*Station*” – diante da intervenção realizada mostra que ele reconheceu a sua posição posta por Klein, o colocando como sujeito nesse “diálogo”.
- 2º tempo: A resposta de Dick – “*Station*” – a Klein estabelece a relação com um par significante. Trata-se de uma fala articulada por ele mesmo. Nesse tempo, percebemos o quanto ele escuta e está sensível à fala do outro. A sua fala é a prova disso, ao introduzir um terceiro termo – “*Station*”. Esse é o tempo em que o sujeito aparece no real, ao mesmo tempo que surge o espaço vazio (janela), o abandono do trem e a substituição por si mesmo ao se esconder no espaço vazio entre as portas. “Dick se ausenta em relação ao olhar de Klein, faltando enquanto objeto desse olhar do Outro” (FURTADO, 2021, p. 46).
- 3º tempo: Dick diz “*Dark*” ao entrar no espaço escuro ente as duas portas do consultório. Para suportar essa angústia, da sua identificação com o objeto do Outro, pega novamente o pequeno trem ao qual estava identificado, depois o deixa de lado e faz um apelo falado: “Nurse? Nurse.” Ao que Klein ampara: “A babá vem já”, e Dick repete: “A babá vem já. A

babá vem já.” O que temos depois disso? “Após o jogo de alternância entre o vazio do consultório e da janela, já sem o pequeno trem, colocando-se dentro da estação escura do entre portas, Dick pôde enunciar uma pergunta que marcará esse terceiro tempo” (FURTADO, 2021, p. 46).

Essa identificação como objeto do Outro provoca uma inquietação na criança. Uma inquietação que produz uma relação exploratória tanto espacial quanto com os brinquedos, permitindo à criança se endereçar a Klein com indagações verbais. Tomado pela angústia, Dick chama pela analista pela primeira vez, e essa mesma angústia o faz chamar pela babá. Esse endereçamento mostra como a criança vive a falta do Outro, demonstrado no prazer do acolhimento no seu reencontro. É nesse momento que a dependência do outro surge com “palavras tranquilizadoras” (KLEIN, 1930/1981, p. 304).

Furtado (2021) recolhe que esse momento consiste na subjetivação da possibilidade da falta da babá. Diferentemente do momento inicial em que a criança entrou no consultório, demonstrando profunda indiferença ao se separar dela. A pergunta de Dick mostra o quanto ele sentiu a falta dela, possibilitando sair da indiferença. Nisso, essa ansiedade (angústia) é efeito dessa constatação da falta e o que permite o endereçamento falado. Assim sendo, esses três tempos organizados dessa forma permitiram a visualização de uma estrutura de linguagem, ou seja, o diálogo que se estruturou a partir de uma série de holófrases (Dick falou três palavras: “*Station*”, “*Dark*” e “*Nurse?*”) e de uma frase que repetiu de forma ecológica (“A babá vem já. A babá vem já”). De todo modo, o mais importante de tudo isso é que Klein, ao tomar o material (os trens) que é suportável para a criança, teve a chance de estabelecer uma relação significativa entre eles, tornando-os significantes. Klein entra com sua fala e articula os significantes de um sistema simbólico familiar, enquanto Dick os assume. É a sua assunção de sujeito junto ao Outro a partir das primeiras articulações fundamentais que organiza a sua constituição subjetiva, implicando que um significante é o que representa o sujeito para outro significante.

*Daddy-train (S1) ----- Dick-train (\$) -----Station (S2)*¹⁶²

¹⁶² O esquema é nosso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS

Nesse ano de 2023 comemoro dez anos de IEL/Unicamp. Comecei minha trajetória como estudante especial em 2013, sendo aprovada no semestre seguinte no curso de mestrado da pós-graduação, o que me concedeu a participação como membro nas reuniões do Outrarte – psicanálise entre ciência e arte.

Minha investigação inicial na temática do(s) autismo(s) contou com uma experiência hospitalar vivida no programa de Implante Coclear do HC/Unicamp (2006-2010). Uma experiência que me permitiu, através da psicanálise, diferenciar uma criança autista de uma surda e impedir que uma autista fizesse uma cirurgia de correção anatômica, ou seja, uma cirurgia de ouvido. Quando ingressei no doutorado a ideia era estudar os casos clínicos da literatura psicanalítica para “entender” o funcionamento da linguagem. O título trazia algo como “Estudos psicanalíticos com crianças autistas: ensinamentos sobre o funcionamento da linguagem”, mas ainda sem muita clareza de como essa investigação se daria. Quando pensava estudar os casos clínicos, não tinha como não vir à mente a literatura de Marie Christine Laznik¹⁶⁵. Seu livro *Vers la parole*, Rumo à palavra (1995/2011) indicava como eu podia começar. Posteriormente, as perguntas foram se modificando, se transformando, principalmente durante minha passagem de intercâmbio pelo Uruguai. O estudo do caso clínico foi dando lugar à concepção de linguagem em psicanálise, aos estudos sobre a noção de discurso em Lacan, discussões que traziam questões sobre as relações de poder do discurso médico, críticas às descritivas dos manuais diagnósticos¹⁶⁶ etc.

No ano de 2017 participei como pesquisadora da missão de estudos do projeto CAPES-UDELAR "Formação da Clínica Psicanalítica e escrita de caso: interpretação, construção, narrativa"¹⁶⁷, na cidade de Montevideu. O diálogo com os colegas uruguaios resultou no encontro com a literatura de Marie-Claude Thomas¹⁶⁸, o que me

¹⁶⁵ Psicanalista brasileira radicada na França desde 1972, com extensa experiência em crianças autistas.

¹⁶⁶ *DSM*, abreviação de *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais).

¹⁶⁷ Projeto coordenado pela professora Nina Leite, em conjunto com pesquisadores Brasileiros da UNICAMP, USP e pesquisadores uruguaios da UDELAR – Universidad de la República.

¹⁶⁸ A autora é membro da École Lacanienne de Psychanalyse (elp) e possui uma prática de mais de trinta anos de trabalho com crianças no hospital dia de Paris-França.

permitiu fazer uma leitura crítica sobre o “fenômeno” do autismo infantil, através de uma abordagem epistemológica de sua entidade psicopatológica. Minha análise teve como passo inicial os estudos sobre o pensamento científico do início do século 20 nos Estados Unidos, tal como a concepção de linguagem estruturalista de Leonard Bloomfield e do behaviorismo dominante, que nutriram os saberes que influenciaram a construção diagnóstica do autismo: *o autismo infantil precoce* de Kanner (KANNER, 1943 *apud* ROCHA, 2012).

Como resultado dessa investigação preliminar constatamos que o autismo infantil surgiu como uma entidade psicopatológica em um contexto que ansiava por controle e previsão de respostas. A hipótese a ser confirmada trazia a ousada afirmativa de que a diagnóstica do autismo teria suas bases construídas numa linguagem behaviorista. Nesse estudo, percebemos o quanto o estruturalismo de Leonard Bloomfield (BOOMFIELD, 1933/1967) indica uma teoria que marca não somente uma diferença com o estruturalismo de Ferdinand de Saussure (SAUSSURE, 1916/2012; 2002), como inaugura uma outra concepção de linguagem. Uma concepção mecanicista de caráter binário que influenciou enormemente a psicologia, a pediatria e a psiquiatria infantil: uma linguagem tomada em si mesma como instrumento de comunicação, da língua enquanto nomenclatura.

A importância em conhecer esse percurso de influências de saberes científicos surgiu principalmente quando busquei interrogar os fundamentos dos métodos de tratamentos realizados atualmente com crianças que apresentam dificuldades na fala e na linguagem. Pude verificar que as bases dos tratamentos mais realizados¹⁶⁹, tanto no Brasil como no exterior, se estruturam em uma concepção de linguagem como gesto de comunicação que torna nulo o seu caráter significante¹⁷⁰, deixando apartado o que melhor fundamenta as teorias da linguagem em sua abordagem estruturalista francesa em detrimento da predição, do controle e da universalização da língua.

Do nosso ponto de vista, essa linguagem behaviorista não tem sustentação para localizar, a partir de sua variável *verbal behavior*, o que se passa na criança autista. A referência é a do meio e o objetivo é a adaptação. Tudo que é da

¹⁶⁹ Métodos ABA (*Applied Behavior Analysis*) e TEACCH (*Training and Education of Autistic and Related Communication Handicapped*) (THOMAS, 2014a).

¹⁷⁰ Ver também a discussão que Porge realiza sobre atos de nomeação de patologias que não possui nenhuma “consistência estrutural”, no livro “Padecer do Significante” (PORGE, 2017, p. 14).

especificidade da linguagem e da singularidade do sujeito ficam de fora. Noutra direção, propus um percurso teórico que me permitisse analisar as dificuldades da fala e da linguagem a partir de experiências infantis que a criança é capaz de realizar, na sua relação com o outro e com as situações e as coisas do mundo, através de uma concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica. Ou seja, um trabalho orientado pela linguagem como sendo o fundamento de uma questão preliminar a todo tratamento possível do(s) autismo(s).

Neste aspecto, o Outrarte – psicanálise entre ciência e arte fez toda a diferença para que esta questão sobre a linguagem como fundamento resultasse em perguntas decisivas para a constituição de um campo psicanalítico. Ao incluir o corpo do vivo, o falante, inventou o sema/soma que se constitui, posteriormente, no corpo/linguagem, me permitindo ir além daquilo que podemos recolher com a ciência linguística. Inclusão que testemunhamos com Lacan, que ao ler Saussure para além do *Curso*, trilha a entrada de outro termo na série língua, fala e linguagem: lalíngua – aquilo por meio do qual há tanto língua quanto inconsciente. Há *corpofalante*.

Esse viés de leitura justifica a urgência de uma investigação sobre essa específica concepção de linguagem empreendida pela teoria psicanalítica. Específica, porque seu estudo implica que estejamos de “ouvidos abertos” a todo percurso realizado por Lacan pelo sentido da linguagem freudiana, inaugurada pela linguagem dos sonhos e constituída a partir de seus clássicos casos clínicos e por diversas outras indagações que permitiram ao autor avançar na elaboração de uma linguagem que comportaria dimensões de desejo e gozo. O curso da fala tem também um lugar de importância, pois ela é o meio por onde a experiência analítica se realiza indicando, assim, o lugar do inconsciente. Mas, mais do que situar essa linguagem enquanto um campo em que a fala vem ocupar um lugar de função, destacamos o quanto o estudo da linguagem é preliminar a todo tratamento, pois é a partir de suas dimensões real, simbólica e imaginária que podemos identificar e situar a dificuldade diagnóstica. Atualmente, vemos o quanto esta dificuldade está referida a uma precária e insuficiente, ou até mesmo, uma ingênua concepção de linguagem que não dá conta de situar o que está em jogo no funcionamento da criança, tampouco no(s) autismo(s). Isso implica, inclusive, pensar sobre a fala do autista, pois como Lacan (1975/1998e) falou na Conferência de Genebra, os autistas falam muitas coisas, mas nós não os

escutamos. Um estudo que vai evocar a voz e suas formas de objeto a: o silêncio e o grito.

No trilhamento dos primeiros passos, buscamos retomar os fundamentos da linguagem através da trajetória de Lacan pelo estruturalismo francês, a fim de delimitar o terreno da experiência psicanalítica. O estudo detalhado¹⁷¹ de “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953/1998a)¹⁷², relatório que denunciava os desvios pelos quais a psicanálise sofria reafirma a importância de um retorno aos fundamentos¹⁷³. Um retorno a um período marcado por uma série de divergências e discordâncias conceituais que precisavam ser revistas. Assim, começar a estudar a linguagem a partir desse momento foi ao encontro daquilo que eu buscava marcar: a importância de se retornar aos fundamentos para a recondução da psicanálise na temática do(s) autismo(s).

Nesse relatório Lacan afirma que “à medida que a linguagem se torna mais funcional, ela se torna imprópria para a fala, e ao se tornar demasiadamente individual, perde sua função de linguagem” (LACAN, 1953/1998a, p. 300). Essa fala marcava o quanto a linguagem estava sendo tomada em seu sentido mais rasteiro, principalmente após o Congresso de Psiquiatria de 1950 que teve em peso a participação do grupo americano.

Como eixo dessa investigação sobre a linguagem, trabalhamos o caso Dick de Melanie Klein¹⁷⁴ e a discussão realizada por Lacan nesse primeiro seminário. Os estudos sobre a tópica do Imaginário foram decisivos para a elaboração da formação do *eu* na constituição simbólica, e a indicação de Lacan do texto freudiano de 1920 permitiu toparmos com um jogo daquilo que chamamos de “*fort-da* de Dick” pela insistência da criança em se inscrever numa relação afetiva e efetiva com o outro. A importância desse caso está em ilustrar uma leitura psicanalítica realizada a partir de um diagnóstico estrutural. Ressaltamos o quanto a questão diagnóstica nesse caso é ainda controversa. Enquanto a maioria da comunidade psiquiátrica/psicanalítica

¹⁷¹ E as indicações que trazem a marca da linguagem: a conferência “O simbólico, o imaginário e o Real” (LACAN, 1953), o “Homem dos lobos” (FREUD, 1918), “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920) etc.

¹⁷² Relatório do Congresso de Roma, realizado no *Istituto Di Psicologia Della Università Di Roma*, em setembro de 1953.

¹⁷³ Texto esse que foi redigido meses antes numa circunstância bastante conturbada de ruptura no grupo francês. Ou seja, uma divisão na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) que resultou na renúncia forçada de Lacan à presidência e, assim, a fundação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).

¹⁷⁴ “A importância da formação dos símbolos no desenvolvimento do ego” (KLEIN, 1930/1981).

classifica Dick como autista, buscamos trazer elementos que contestam essa abordagem. Se o olhar e a voz, incluindo o silêncio, funcionam como objetos pulsionais na relação ao Outro na linguagem, ou seja, como objeto *a*, percebemos que na presença de Klein a criança se constitui numa função desejante. A modalidade da transliteração apresentada por Jean Allouch (1995) em “Letra a letra” permite uma leitura outra da escrita deste caso e atesta como Dick pedia com o olhar. Dick era uma criança que fazia demanda a partir de seu silêncio. A identificação de Klein do apelo feito pela criança na situação “dos trens” fez toda diferença, pois trata-se de um reconhecimento necessário que ao vir do Outro alicerça sua imersão na linguagem.

Esse caso mostra como a linguagem é o fundamento preliminar para pensar a clínica com crianças autistas. Sem esse fundamento é complexo situar questões que articulam o sintoma e o tratamento na teoria psicanalítica, incluindo aí o que seria um diagnóstico se a psicanálise existe. Sendo assim, a concepção de linguagem em psicanálise tem a sua importância por orientar os psicanalistas nos princípios de seu poder.

Levando a questão mais adiante, problematizar a linguagem na clínica psicanalítica implica aceder a incidência do inconsciente. Isso inclui pensar a linguagem a partir de *lalangue*¹⁷⁵, termo forjado por Lacan através de um lapso que indica de uma forma muito interessante um viés por onde se constitui a concepção de linguagem da psicanálise: *lalangue* do inconsciente. Lacan havia recolhido da linguística conceitos que permitiram formular que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*. Mas qual linguagem seria? Seria uma linguagem que inclui o seu resto que é *lalíngua*. Uma linguagem que produz algo de outro; outro a própria linguagem. Nessa direção, busquei acompanhar o percurso epistemológico realizado por Milner em “O amor da língua” (MILNER, 1978/2012), na sua interrogação da ciência linguística ao considerar a hipótese de que há inconsciente. Para o autor, a linguística inclui em sua série o mundo da linguagem¹⁷⁶, a fala, o falante e *lalíngua* (como efeito de língua materna), mas para se ocupar mesmo do objeto língua: como um sistema, como uma estrutura, como forma, como uma construção suscetível de ser apreendida como objeto com fins de formalização. Nisso, “*lalíngua* de Lacan” é exorbitante e faz substância que nessa série faz lacuna, faz hiância e aponta para

¹⁷⁵ *Lalíngua*.

¹⁷⁶ Da linguagem enquanto um fenômeno (SAUSSURE, 2002, p. 115).

inexistência de uma relação, o lugar de um impossível, o lugar do equívoco, do inapreensível que fica na ponta: na ponta da linguagem, na ponta do falante, na ponta das formações do inconsciente, na ponta da transferência, na ponta do saber e da verdade, na ponta da fantasia, na ponta do dizer que está nas pontas dos ditos, na ponta da origem e do destino, enfim na ponta da questão.

Assumiremos, pois, que a concepção de linguagem em Lacan exige que não façamos nenhuma relação com a linguagem da psiquiatria. São outras as bases que irão sustentar a tese de que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*. Desse modo, é preciso um corte radical a partir de um ensurdecimento dessa voz do discurso médico psiquiátrico para que a real dimensão da linguagem possa ecoar. A propósito, é importante lembrar que será nas últimas elaborações lacanianas sobre a linguagem que a radicalidade de um corte também será dada em relação à linguística, quando pela “topologia dos nós” Lacan formula a linguagem em suas dimensões real, simbólica e imaginária permitindo, assim, avançarmos em nossas considerações sobre a clínica do(s) autismo(s).

Em relação a voz, nossos estudos indicam uma articulação com essa modalidade de linguagem do campo psicanalítico. Trabalhamos a especificidade da voz como uma das formas de objeto *a*, pois como Lacan coloca em “O desejo e sua interpretação” (LACAN, 1959/2002) o sujeito produz a voz. Uma voz que é a marca da presença demandante e desejante do Outro. A nomeação por Lacan de pulsão invocante (LACAN, 1964/2008a) permitiu generalizarmos a ideia de que todo objeto *a* é, em certa medida, invocante o que nos convoca a pensar a incidência disso que invoca no corpo/linguagem do autista. Os estudos sobre a voz na experiência com essas crianças mostram que o timbre é o real da voz que precisa que ser abafado, para assim ficar suportável (VIVES, 2020/2021). Assim, advertimos os clínicos sobre esse peso real; o peso real do sujeito no discurso. A questão da sonoridade e da vibração exige que avancemos em nossa leitura ao considerarmos a voz como escansão. Lacan faz novos desdobramentos sobre a voz no final do ensino. Em *Os não tolos erram*, na sessão do dia 09 de abril de 1974 ele se pergunta “O que é a voz?”. A voz seria alguma coisa que não é só timbre. Tampouco aquilo que se registra num disco de vinil ou fita K7, se considerarmos o que é o objeto em psicanálise. Lacan orienta que não podemos confundir fonética com fonema e acrescenta “a voz pode ser estritamente a escansão com a qual lhes conto tudo isso” (...) “Há algo que está

ligado ao tempo que ponho para dizer coisas, já que o objeto *a* está ligado a essa dimensão do tempo” (LACAN, 1974/2018, p. 201). De certa forma, isso tem a ver com a duração, que é o parâmetro do som diretamente ligado ao tempo de emissão que inclui os ritmos, mas, no campo do vivo, do falante e da voz como objeto essas pulsações e repetições parecem sugerir uma dimensão que marca os intervalos, os cortes, o silêncio, a hiância, as lacunas, enfim, tudo aquilo que implica o que falta: *la* língua. Falta esta que está na linguagem, no sentido que não é possível dizer tudo e que participa real, simbólica e imaginariamente da constituição subjetiva humana.

Antes de avançarmos para o fim, essa formulação psicanalítica sobre a linguagem e a voz nos dá mais elementos para pensar na criança que tapa os ouvidos diante da invocação do Outro. Na tentativa de desfazer o equívoco de uma interpretação imaginária de que eles tapariam os ouvidos para não ouvir, passamos a considerar que esse ato da criança seja uma tentativa primeira de ela reter a voz que escuta para poder tratá-la. É preciso escutar uma parte por vez e para isso, esse “som” que está vibrando no ouvido precisa ser tratado: do côncavo do ouvido para o orifício da boca, como mostrado topologicamente por Erik Porge (2012/2014) em “A voz do Eco”. Além do mais, nesse tratamento da voz é preciso fazer um corte, invocar o silêncio, ouvir primeiro o “som” que daí ecoa para em seguida poder significá-lo. Assim, há que “tapar os ouvidos” para de fato ouvir, o que em partes vai ao encontro com aquilo que nos lembra Freud em seus artigos sobre a técnica com a sua “atenção flutuante”. Com isso, ousamos dizer que esse ato excêntrico da criança tem a ver com essa questão da escansão de qual fala Lacan em 1974, do ritmo e do andamento e principalmente do corte, pois é nesse lugar que vai se produzir qualquer funcionamento significativo.

Depreende-se, então, que essa manifestação da criança cifra, em certa medida, sua relação com a alteridade, na linguagem. Cifra esta que escrita em transferência vira texto e aponta para a complexidade estruturante e estrutural manifesta na fala do autista. Mas, se essa manifestação (a fala) seria tudo aquilo que uma criança entrega gratuitamente, em sua espontaneidade, “de mão beijada” e “ao pé do ouvido” ao psicanalista, e se os psicanalistas estão surdos tanto à fala do autista, quanto ao que “fala” a teoria, o que temos a dizer é que isso não se dá gratuitamente. Isso é estrutural, pois na psicanálise a concepção de linguagem é

triádica constituída de real, simbólico e imaginário e foi deixada por Lacan como herança pelo grande valor “cifrado” de seu ensinamento.

E, como todo ensinamento tende a ficar com “pontas soltas”, a ponta que me resta percorrer trata da questão dos afetos. A suspeita que tenho é que os afetos partam de uma representação sem representante (sem significantes), deslocando-se entre representações, produzindo movimentos que animam o corpo e excede a concatenação (encadeamento) da língua. Assim, se a pulsão (ou mesmo o timbre) é o que faz o link entre o sema (linguagem) e o soma (corpo) o trabalho psíquico desse *quantum* de energia que é exigido do organismo parece retornar no corpo como afeto. Ou seja, o afeto é o retorno disso no corpo. Mas, se no caso do autista o corpo é prematuro aos afetos, trata-se de um corpo que ainda não nasceu, necessitando, assim, banhar-se desejante junto ao Outro na linguagem.

7 BIBLIOGRAFIA

ALLOUCH, J. **Letra a letra**: transcrever, traduzir, transliterar. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

BENJAMIN, W. Crítica da violência, crítica do poder. *In*: BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. Seleção e apresentação: Willi Bolle. Tradução: Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo: EdUSP, 1986. p. 160-175.

BLOOMFIELD, L. (1933). **Language**. Lima: Universidade de São Marcos, 1967. cap. 1, 2 e 4. Título original: El lenguaje.

BURGARELLI, C. G. (org.). **Padecer do significante**: a questão do sujeito. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

CAPANEMA, C. A.; VORCARO, A. M. R. A condição do ser falante no nó borromeano. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 388-405, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v22i2p388-405>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/122622>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CATÃO, I.; VIVES, J.-M. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 36, p. 83-92, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n36/n36a07.pdf> Acesso em: 8 out. 2022.

CITELLI, A. A poesia de Manuel de Barros: entre o regional e o universal. **Comunicação & Educação**, ano XIV, n. 3, p. 127-133, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/43855/47476>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUNKER, C. Entrevista: Christian Ingo Lenz Dunker. Entrevistador: Hellington Chianca Couto. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 693-697, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000300013>. Acesso em: 7 set. 2022.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. Coleção Estado de Sítio. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2015. Recurso digital.

ENCONTRO do outrarte – O corpo da voz – Conferência com o Prof. Miguel Wisnik (USP), 2022. 1 vídeo (1h49m40s). Publicado pelo canal IEL Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-k6rZKqtEt4&t=1893s>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FARIA, M. R. **Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan**. São Paulo: Toro Editora, 2019. (Série Ensaios Psicanalíticos).

FERREIRA, T.; VORCARO, A. **Tratamento psicanalítico de crianças autistas**: diálogo com múltiplas experiências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FREUD, S. (1900). **Obras completas, volume 4**: A interpretação dos sonhos. Tradução: Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1917-1920). **Obras completas, volume 14**: Além do princípio do prazer. Tradução: Paulo César de Souza. Cia das letras: São Paulo, 2010.

FREUD, S. (1926-1929). **Obras completas, volume 17**: Inibição, sintoma e angústia; O futuro de uma ilusão e outros textos. Tradução: Paulo César de Souza. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. (1937-1939). **Obras completas, volume 19**: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (Obras Completas de Freud). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

FURTADO, L. A. R. (org.). **O sujeito na entrada da estação**: estudos sobre o caso Dick, a clínica psicanalítica e o autismo. 1. ed. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2021. 362 p. (Coleção Heresia Lacaniana; 1).

GRANDIN, T.; PANEK, R. **O cérebro autista**: pensando através do espectro. Tradução: Cristina Cavalcanti. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

KLEIN, M. (1930). **Contribuições à psicanálise**. Tradução: Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

LACAN, J. (1961) Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade. *In*: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

LACAN, J. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In*: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998c.

LACAN, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. *In*: **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998d.

LACAN, J. (1975). Conferência em Genebra sobre o sintoma. **Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise**, n. 23, 1998e.

LACAN, J. (1953). **Fonction e champ de la parole et du langage**. Paris: P.U.F., 1953. Disponível em: <http://staferla.free.fr/Lacan/Fonction%20et%20champ.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LACAN, J. (1953-1954). **O seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Tradução: Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LACAN, J. (1953-1954). **Le séminaire, livre 1**: Les écrits techniques de Freud (1953-1954). 1975. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S1/S1%20Ecrits%20techniques.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LACAN, J. (1958-1959). **O seminário, livro 6**: O desejo e sua interpretação. Publicação não comercial. Circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

LACAN, J. (1962-1963). **O seminário, livro 10**: A angústia Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, J. (1964). **O seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

LACAN, J. (1972-1973). **O seminário, livro 20**: Mais, ainda. Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

LACAN, J. (1973-1974). **O seminário, livro 21**: Os não tolos erram / Os nomes do pai. Tradução e organização Frederico Denez / Gustavo Capobianco Volaco. Recurso eletrônico. Porto Alegre-RS: Editora Fi, 2018.

LACAN, J. (1964-1965). **O seminário, livro 12**: Problemas cruciais para a psicanálise. Publicação exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife: 2006.

LACAN, J. (1975-1976). **O seminário, livro 23**: O sinthoma. Tradução: Sergio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LACAN, J. **O seminário, livro 27**: Dissolução. [S./], 1980.

LACAN, J. (1969). Nota sobre a criança. *In*: **Outros escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

LACAN, J. Carta de dissolução. *In*: **Outros escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.

LACAN, J. (1974). Televisão. *In*: **Outros escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003c.

LACAN, J. (1972). O aturdido. *In*: **Outros escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003d.

LACAN, J. (1971-1972). **O seminário, livro 19**: Ou pior. Publicação não comercial exclusiva para os membros do Espaço Moébius. Salvador, 2003e.

LACAN, J. (1971-1972). **O seminário, livro 19**: O saber do psicanalista. Publicação não comercial exclusiva para os membros do centro de estudos do Recife. Recife, 2001.

LACAN, J. (1971-1972). **Séminaire 19b**: le savoir du psychanalyste. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S19b/S19b%20Le%20savoir%20du%20psychanalyste.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

LAURENT, E. **A batalha do autismo**: da clínica à política. Tradução: Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LAZNIK, M. C. (1995). **Rumo à fala, Vers la parole**: três crianças autistas em psicanálise. Tradução: Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2011.

LAZNIK, M. C. (2004). **A voz da sereia**: o autismo e os impasses na constituição do sujeito. Tradução: Cláudia F. Rohenkol. 3. ed. Salvador: Ágalma, 2013.

LEVIN, E. **Autismos y espectros al acecho**: la experiencia infantil em peligro de extinción. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Publicações Educativas y Material Didáctico, 2018.

LUCERO, A.; VORCARO, A. M. R. Lacan leitor de Melanie Klein: o caso Dick em questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, p. e3348, 16 out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3348>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/67k5qJthhVfLjyngZvVqhVn/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MALEVAL, J.-C. (2009). O autista e a sua voz. Tradução e notas: Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Blucher, 2017.

MILLER, J.-A. (1994). **Jacques Lacan e a voz**. Opção Lacaniana online nova série, ano 4, n. 11, jul. 2013.

MILNER, J.-C. (1978). **O amor da língua**. Tradução: Paulo Sérgio de Souza Jr. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012.

MILNER, J.-C. (1983). **Os nomes indistintos**. Tradução: Procópio Abreu. Rio de Janeiro; Companhia de Freud, 2006.

NAO⁶. **Aldebaran**, c2022. Disponível em: <https://www.aldebaran.com/en/nao>. Acesso em: 1 maio 2023.

ORRADO, I.; VIVES, J.-M. (2020). **Autismo e mediação**: bricolar uma solução para cada um. Tradução: Paulo Sergio de Souza Junior. São Paulo: Aller, 2021.

PORGE, E. (2012). **Voz do eco**. Tradução: Viviane Veras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

PORGE, E. **Padecer do significante**: a questão do sujeito. Tradução: Viviane Veras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

PULSÃO de morte, destrutiva ou criativa? | Christian Dunker | Falando nIsso 130, 2017. 1 vídeo (6m44s). Publicado pelo canal Christian Dunker. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n44l_ILh3ek. Acesso em: 22 out. 2022.

RIBEIRO, J. M. L. C. **A criança autista em trabalho**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

ROCHA, P. S. **Autismos**. 2. ed. São Paulo: Ed. Escuta, 2012.

SAUSSURE, F. (1916). **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, F. *Escritos de Linguística Geral*. (2002). S. Bouquet & R. Engler, Ed.; C. A. Leuba Salum & A. L. Franco, Trad. São Paulo: Cultrix.

SOLER, C. **Seminário de leitura de texto Ano 2006-2007**: seminário a angústia, de Jaques Lacan. Tradução: Elynes B. Lima, Lia C. Silveira, Sonia M. C. C. Magalhães. Revisão e tradução: Andréa H. Fernandes, Dominique Fingermañ. São Paulo: Escuta, 2012.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. Tradução: Erothildes M. B. da Rocha. Revisão: Estela S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TÉXIER, D. *et al.* **Savoir-faire avec lalangue**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Paris, Association de Psycanalyse Encore, 2015.

THOMAS, M.-C. **Autismo**: uma leitura epistemológica. 2. ed. Rosário: Uña Piraña Ediciones, 2018 (livro não publicado).

THOMAS, M.-C. **El autismo y las lenguas**. Paris: Ediciones Literales; École Lacanienne de Psychanalyse, 2014a.

THOMAS, M.-C. **Genealogia del autismo**. 1. ed. Córdoba: Babel Editorial, 2014b.

THOMAS, M.-C. La tiranía de la universalización de la lengua. **Ñácate** – Revista de psicoanálisis, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistanacate.com/wp-content/uploads/2016/12/La-tiran%C3%ADa-de-la-universalizaci%C3%B3n-de-la-lengua-M.-C.-Thomas.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

THOMAS, M.-C. **Lacan lector de Melanie Klein**: consecuencias para el psicoanálisis de niños. École lacanienne de psychanalyse. Tradução: Sílvia Pasternac. Roma, Ciudad de México: Editora Epee, 2008.

TUSTIN, F. **Autismo e psicose infantil**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

VIVES, J.-M. A pulsão invocante e os destinos da voz. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 7, n. 1, p. 186-202, jul. 2009. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8812/7507>. Acesso em: 8 out. 2022.

VIVES, J.-M. **Autismo e voz maquínica**. Oficina apresentada na Jornada “Autismo, voz e clínica”, organizada por Outrarte-IEL e LaPSus-FCM, da Unicamp. Tradução: Olívia Loureiro Viana e Angela Vorcaro (Texto de circulação interna – Outrarte e LapSus/Unicamp: Campinas-SP, 2016).

VORCARO, A. M. R. **A criança na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2004.

VORCARO, A. M. R.; GUIMARAES, M. R. Lacan leitor de Klein: da clínica kleiniana com Dick à teorização lacaniana. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 7, n. 2, p. 208-219, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2023.

YALOM, I. D. **Quando Nietzsche chorou**. Tradução: Ivo Korytowski. 35. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015.